

Universidade Federal do Rio de Janeiro
Instituto de Filosofia e Ciências Sociais
Programa de Pós-Graduação em História Comparada

João Ignácio de Medina

*Águas Revoltas: um estudo comparativo entre a Revolta da
Chibata de 1910 e o Movimento da Associação de
Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de
1964*

**Rio de Janeiro
Dezembro de 2008**

João Ignácio de Medina

Águas Revoltas: um estudo comparativo entre a Revolta da Chibata de 1910 e o Movimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de 1964

Dissertação de Mestrado em História Comparada
apresentada ao Programa de Pós-graduação em
História Comparada da Universidade Federal do
Rio de Janeiro sob a orientação da Prof^a. Dr^a. Anita
L. Preste e o Prof. Dr. Álvaro P. do Nascimento

Banca Examinadora:

Prof^a. Dr^a. Anita Leocádia Prestes (UFRJ / Orientadora)

Prof. Dr. Álvaro Pereira do Nascimento (UFRRJ / Co-orientador)

Prof^a. Dr^a Maria Conceição Pinto de Góes (UFRJ)

Suplentes

Prof. Dr. Lincoln de Abreu Penna

Prof. Dr. Flávio dos Santos Gomes

Rio de Janeiro
Dezembro de 2008

Resumo

A Revolta da Chibata em 1910 e o Movimento da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) em 1964 foram dois importantes levantes ocorridos no seio de uma organização militar no século passado no Brasil. Pelo fato de ambos terem sido movimentos de subalternos, sem a participação de oficiais da Marinha ou políticos, e ocorridos em contextos de crise de extrema complexidade na história do Brasil republicano, podem ser considerados objetos de estudo de grande relevância histórica. Este trabalho intenta analisar de forma comparada ambos os movimentos para além da questão organizacional, incluindo os marinheiros envolvidos na sociedade fazendo deles atores políticos e históricos importantes, caros para a compreensão da evolução da República brasileira.

Palavras chaves: Marinha de Guerra; Marinheiros; Revolta, Chibata, Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB).

Abstract

The Mariners` Rebellion in 1910 and the Movement of the Association of Sailors and Mariners of Brazil (AMFNB) in 1964 were important social manifestations that occurred inside the Brazilian Navy Force in the 20th century. They are also relevant historical cases studies in the sense that both of them were manifestations of subalterns, without the participation of Navy officials and politics, in a period of social and political changes in the Republican Brazilian scenario. The objective of this work is to compared and to analyze both movements beyond the bound of theirs organizational aspects. This analysis takes the mariners as social agents and important political and historical actors contributing to a better understating of the Republican Brazilian History.

Key words: Navy, mariners, Rebellion, Switch, the Association of the Sailors and Marines of Brazil (AMFNB).

M491

Medina, João Ignácio de.

Águas revoltas : um estudo comparativo entre a Revolta da Chibata de 1910 e o Movimento da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de 1964 / João Ignácio de Medina - 2008
111 f; 30 cm.

Dissertação (Mestrado em História Comparada) —Programa de Pós-Graduação em História Comparada, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, RJ, 2008

Bibliografia: f. 05-104.

1. Marinha de Guerra do Brasil. 2. Revolta

da Chibata, 1910. 3. Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, 1964.
I. Título.

CDU 94 (81)

SUMÁRIO

Introdução	5
Capítulo 1 A Revolta da Chibata	9
1.1 Considerações Iniciais	9
1.2 A Cidade e a Revolta: Entre o medo e o fascínio	10
1.3 Armada: Hierarquia e Alistamento	20
1.3.1 Antecedentes: o Contexto do Movimento	20
1.3.2 As Conspirações	25
1.4 Para Além da Chibata	29
1.4.1 O Pressentimento	29
1.4.2 A Resposta	31
1.4.3 As Punições	34
Capítulo 2 O Movimento da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de 1964	41
2.1 Considerações Iniciais	41
2.2 Contexto	42
2.3 A Fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMNFB	49
2.4 A Primeira e a Segunda Diretoria da AMFNB	52
2.5 A Eclosão do Movimento da AMFNB	58
2.6 Encaminhamentos	70
Capítulo 3 Singularidades e Igualdades entre 1910 e 1964	72
3.1 A Estrutura Militar e as Reivindicações dos Marinheiros	73
3.2 A legislação Militar	87
3.3 A Questão da Cidadania e a Marinha de Guerra	89
Conclusão	96
Bibliografia	99
Anexo	105

Introdução

Durante o século XX houve dois momentos críticos para os marinheiros pertencentes à Marinha do Brasil, o primeiro em 1910 e o segundo e último em 1964. Em ambos os casos a eclosão dos movimentos significou profundas mudanças, não apenas na estrutura hierárquica militar, mas também ocasionou reflexos diretos e indiretos por toda a sociedade civil.

O primeiro movimento insurgente ficou mais conhecido como a Revolta da Chibata, tendo seu palco de ações entre os dias 22 e 26 de novembro de 1910. Reivindicava melhores condições de trabalho, com o fim dos castigos corporais e melhoria do soldo, da alimentação e da qualificação profissional dos marinheiros. Todavia, nunca se pode simplificar um movimento com tais características de demandas, como nos lembra E.P. Thompson ao tratar das turbas da fome na Inglaterra:

“...estando com fome (ou sendo sensuais), o que é que as pessoas fazem? Como o seu comportamento é modificado pelo costume, pela cultura e pela razão? E (tendo admitido que o estímulo primário da ‘desgraça’ está presente) o seu comportamento não contribui para alguma função mais complexa? Função essa que, mediada pela cultura, por mais cozida no fogo da análise estatística, não pode ser reduzida ao estímulo novamente.”¹

Os marinheiros revoltosos organizaram-se pela primeira vez, de maneira clandestina e eficiente, para o planejamento e execução do movimento no mês de posse do novo Presidente da República, Marechal Hermes da Fonseca. Tomaram os mais modernos e poderosos navios de guerra da frota da Marinha do Brasil, equiparados às melhores embarcações da Armada britânica. O país acabara de modernizar sua frota mantendo, entretanto, a estrutura dos códigos de conduta e disciplinar dos marinheiros ainda

¹ THOMPSON, E.P. **Costume em comum: estudos sobre cultura popular tradicional**. 1ª reimpressão, São Paulo: Editora Companhia das Letras, 2002.

fundamentada nas práticas da Armada de Guerra anterior a Proclamação da República em 1889.²

O Corpo de Marinheiros Nacionais da Marinha de Guerra sublevou-se, ainda, dentro de um contexto sociopolítico nacional e internacional conturbado. No Brasil, a Campanha Civilista de Rui Barbosa à presidência da República, as revoltas populares ocorridas no Rio de Janeiro³ na primeira década do século XX e o descontentamento de diversos setores da sociedade com o tipo de república liberal instaurado no país. No exterior, o liberalismo entrava em crise com a disputa imperialista das principais potências econômicas por mercados e áreas de influência. Todos esses fatores fizeram parte do contexto no qual se insere a revolta da Chibata, deixando à mostra o grande descontentamento social presente na época anterior à Primeira Grande Guerra. Adiciona-se ainda a esse painel a falta crônica de mão de obra para a Marinha de Guerra, além do alistamento militar feito de maneira brutal, engajando criminosos, separando famílias e impondo aos homens o serviço por vinte anos, tempo que muitos deles não resistiam. Tudo isso apesar das Escolas de Aprendizes Marinheiros existirem desde 1836 acolhendo órfãos e meninos pobres que eram educados para a vida como praças da Marinha de Guerra do Brasil.

Cerca de meio século depois, as condições de trabalho e de vida dos marinheiros voltaram ou continuaram a ser regidas por códigos de conduta anacrônicos para sua época. Desta vez não mais por regulamentos anteriores à Independência, mas por normas surgidas pouco após a Revolta da Chibata, segundo as quais os castigos corporais foram extintos e se instaurou a caderneta de faltas,⁴ tão odiada que alguns marinheiros de 1960 a chamavam de “a chibata moral”.

Há ainda, como na primeira revolta, a aquisição de novos equipamentos de guerra junto a Grã-Bretanha, apesar de tal renovação ter se dado com armamentos ultrapassados

² Para saber mais detalhes sobre a codificação leia: NASCIMENTO, Álvaro P. do – **A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial**. Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001

³ A cidade do Rio de Janeiro era a sede da esquadra naval de guerra e local de moradia de boa parte dos marinheiros engajados.

⁴ Caderneta onde todo e qualquer tipo de falta poderia ser anotada, representando a tentativa de controle máximo dos oficiais sobre suas tripulações.

utilizados na Segunda Grande Guerra expondo, mais uma vez, a baixa qualificação dos marinheiros para lidar com o avanço técnico das embarcações e dos armamentos nelas presentes. Apesar das Escolas de Aprendizes Marinheiros, a formação da maior parte dos subalternos era insuficiente para a complexidade do maquinário recém-adquirido, além de faltar, na opinião deles, uma educação que lhes desse maiores perspectivas profissionais e maior respeito social para o seu labor.⁵ O contexto sociopolítico do início da década de 1960 era o da Guerra Fria no mundo; no Brasil, foram os conturbados anos dos governos Jânio Quadros e João Goulart, com a radicalização dos discursos dos setores conservadores e setores progressistas da sociedade.

Tendo tal cenário em mente, os marinheiros resolvem fundar, em 25 de março de 1962, a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB), inicialmente de caráter assistencialista, oferecendo atendimento médico e judicial, orientação comportamental e educacional, firmando acordos com a União Nacional dos Estudantes (UNE). A AMFNB foi progressivamente ampliando suas funções tratando de temas políticos, como as Reformas de Base do governo João Goulart, participando de reuniões de sindicatos e de partidos políticos, além de auxiliar subalternos das outras Forças Armadas a se organizarem.⁶ Isso ocorreu principalmente a partir da segunda administração, que tinha um caráter mais politizado. A AMFNB lutava também pelo direito ao voto e elegibilidade dos subalternos militares e direito de associação igual ao dos taifeiros, sargentos, suboficiais e oficiais militares. Os marinheiros buscaram, ainda, legitimar sua Associação e reivindicações, remetendo o seu movimento por reformas na Marinha de Guerra e no país aos marinheiros revoltosos de 1910, resgatando o líder mais famoso da Revolta da Chibata, o marinheiro João Cândido, que compareceu a AMFNB e tirou uma foto com seu presidente. Desta forma tentaram angariar a mesma simpatia que a causa dos marinheiros em 1910 alcançou junto à sociedade e aos meios de comunicação.

⁵ Desde do tempo da Armada Imperial os marinheiros eram tidos com a escória da sociedade, visão que ainda perdurava, pelo menos nos centros urbanos do Centro-Sul do país.

⁶ Exército, Aeronáutica, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros do Estado da Guanabara, de acordo com Flávio Rodrigues em seu já citado livro.

A Associação, desde sua fundação, desagradou a Administração Naval, sendo alvo de sua repressão, ainda mais com a ampliação de sua plataforma e de sua área de atuação, aliando-se à radicalização do cenário político nacional, e obteve como reação da Marinha de Guerra a proibição dos festejos do segundo aniversário da AMFNB, marcados para acontecer na sede do sindicato dos metalúrgicos no Rio de Janeiro. Os marinheiros e fuzileiros associados que compareceram no dia 25 de março de 1964 à festa foram recebidos a bala durante o trajeto, e se sublevaram até o dia 27 de março. Tais eventos fazem parte dos conturbados últimos instantes democráticos antes do Golpe Civil-militar de 1964.

Analisei comparativamente os dois maiores movimentos desencadeados por marinheiros da Marinha de Guerra do Brasil no século passado, procurando reconstruir o ambiente político que os cercavam e que influenciou suas ações e reações. Esta comparação possibilitará uma maior compreensão de ambos os movimentos partindo de suas semelhanças para buscar em suas diferenças um amplo painel que revele o caráter político dos marujos revoltosos.

Procura-se aqui, também, compreender o caráter dessas revoltas, avessas ao projeto de país mais conservador, onde de uma maneira geral os segmentos mais desprivilegiados quase não encontraram espaço, tendo que se contentar em ficar num plano político-social secundário, além de colaborar para o enriquecimento das discussões acerca dos movimentos subalternos militares, bem como das relações entre oficiais e subalternos militares. Tem-se como hipótese que tanto a Revolta da Chibata de 1910 como o movimento da AMFNB na década de 1960 ultrapassam as questões meramente corporativas, pois estiveram integrados ao contexto social e político dos respectivos momentos históricos. Os capítulos se estruturam da seguinte forma: o primeiro capítulo trata da Revolta da Chibata; o segundo trata do movimento da AMFNB; e o terceiro trata da comparação entre os eventos.

Capítulo 1

A Revolta da Chibata

1.1 Considerações Iniciais

Neste capítulo será abordada a primeira das sublevações dos marinheiros, a Revolta da Chibata, deflagrada no final do mês de novembro do ano de 1910. Ao tratar da influência da Revolta da Chibata na conformação da Marinha de Guerra e na vida política nacional, pode-se contribuir para a compreensão do processo de constituição da República brasileira em seus primeiros anos de existência. O movimento de novembro de 1910 possibilita uma análise da estrutura social que o novo regime de governo quis constituir e defender, pois foi contestatório e denunciador dos abusos que essa estrutura legitimava. A revolta durou apenas alguns dias, de 22 de novembro a 25 de novembro de 1910, mas suas conseqüências para os ex-revoltosos perduraram para o resto de suas vidas. As fontes de destaque neste capítulo são os periódicos *Jornal do Comércio* e *Correio da Manhã* e o relatório anual da Marinha de Guerra do Brasil sobre o ano de 1910.⁷

1.2 A Cidade & a Revolta:

⁷ As fontes encontram-se no setor de periódicos da Biblioteca Nacional e o relatório consultado encontra-se no site da Universidade de Chicago: www.crl.uchicago.edu/info/brazil/pindex.htm

Entre o Medo e o Fascínio

Na noite do dia 22 de novembro de 1910, a cidade do Rio de Janeiro estava envolta pelas festividades da posse do novo presidente, Marechal Hermes da Fonseca. A transmissão do cargo ocorrera no dia 15 de novembro, com toda pompa e circunstância. Havia celebrações da posse em diversos lugares, como em navios de guerra estrangeiros, teatros e nos principais clubes sociais da capital federal. Parecia que a noite parecia que ia transcorrer sem sobressaltos, quando se ouviu uma série de estrondos e tiros de canhões ecoando por toda a orla da baía de Guanabara. A reação a estes disparos foi quase que imediata por parte dos habitantes do litoral da baía: vários moradores, junto com alguns boêmios, foram em busca de maiores informações, fincando bases de observação em toda a cidade, principalmente no cais Pharoux, no cais do Mercado Novo, nas praias, como as de Santa Luzia e do Flamengo, e nos morros próximos. Outros fizeram telefonemas insistentes para as redações de jornais como o *Correio da Manhã* e o *Jornal do Comércio*, para saber o que ocorria na cidade. Uma das primeiras informações a chegar via telefone na redação do *Correio da Manhã* foi a da destruição de uma casa por um projétil no bairro de São Domingos, em Niterói, sem fazer vítimas, mas assustando os moradores do local. Isso fez com que vários curiosos da capital do estado se deslocassem para o litoral para saber o que ocorria.

Pela capital do país rumores começaram a espocar dando conta de um levante na Armada somando a grande movimentação de carros oficiais correndo em todas as direções pelo centro, deixando a certeza de que algo grave ocorria. Os primeiros boatos afirmavam que seria um levante orquestrado pelo Almirante Alexandrino de Alencar destituído há pouco do cargo de Ministro da Marinha. Ou ainda algo fruto dos reflexos da Campanha Civilista.⁸ Todavia, nada estava confirmado para todos que se localizavam à margem da baía. Por volta de uma hora da madrugada desembarcaram alguns passageiros da barca pertencente à Companhia Cantareira vindos de Niterói. Imediatamente foram abordados pelos curiosos e jornalistas presentes na Praça XV, ávidos por qualquer informação. As

⁸ Movimento liderado por Rui Barbosa quando candidato a presidência da República, pleito eleitoral que o recém empossado Marechal Hermes da Fonseca havia ganho de Rui Barbosa.

respostas dadas foram a de estar uma absoluta calma em Niterói, entretanto, pelo trajeto, ouviram-se gritos de "Viva à liberdade!"⁹ vindos dos encouraçados *São Paulo e Minas Gerais* da Marinha de Guerra. O ânimo dos presentes era do mais puro estado de alerta. Quaisquer barulhos mais fortes vindos da baía ou focalizações dos holofotes de bombardeio provocavam uma verdadeira fuga em busca de abrigo seguro, retornando aos pontos de observação após nova calmaria.

O novo Presidente da República encontrava-se no Clube da Tijuca, numa cerimônia em homenagem a seu irmão Fonseca Hermes. Quando informado do ocorrido em Niterói, dirigiu-se imediatamente ao Palácio do Catete para reunião de urgência com seus Ministros e com o Chefe da Polícia. Como medida inicial, todos os políticos considerados suspeitos aos olhos do novo governo foram postos sob vigilância. Tal suspeita atingiu Rui Barbosa, seus seguidores na Campanha Civilista e o ex-ministro da Marinha, o Almirante Alexandrino de Alencar, sem entretanto se ter certeza do que estava de fato ocorrendo nos vasos de guerra da Armada. O governo Hermes da Fonseca enfrentava sua primeira grande crise sem saber ao certo quem eram seus responsáveis. Desenhava-se uma tenebrosa noite para todos os reunidos no palácio do Catete.

A madrugada do dia 22 para o dia 23 de novembro de 1910 transcorria, portanto, de forma tensa, cheia de assombros, com sons de guerra em plena baía de Guanabara. Por volta das duas da madrugada havia boatos afirmando se tratar de uma revolta dos marinheiros do mais poderoso encouraçado nacional, o *Minas Gerais*, motivados, possivelmente, pelos abusos e maus tratos sofridos por eles no cotidiano da Marinha de Guerra brasileira. Tais boatos surgiram devido a relatos de um grupo de marinheiros de folga no cais, que confirmaram a má alimentação e os maus tratos sofridos na Armada. Sobre essas afirmações dos marinheiros de folga, uma carta publicada no *Correio da Manhã* de 25/11/1910 confirma o cerne da questão, então enevoadada para a maioria da cidade:

“Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1910 – Ilustrado sr. redator do *Correio da Manhã* – É doloroso o fato que ora se passa na nossa marinha de guerra, mas, sr. redator, quem os culpados? Justamente

⁹“À 1 e quinze minutos”. *Correio da Manhã* de 23/11/1910, 1ª edição, (p.01).

os superiores da referida Armada, estes que deviam encarar os seus subordinados como homens servidores da pátria; pelo contrario, eles são tratados como desprezíveis e sujeitos, à simples falta, nos castigos mais rigorosos possíveis. Têm hoje como símbolo do martírio desses infelizes a palmatória, as algemas, e o chicote, e tudo isso, ilustre sr. redator, na marinha que, conforme os plano do sr. ex-ministro dizia civilizar-se. A escravidão terminou-se a 13 de maio de 1888, com a áurea lei da liberdade, e os oficiais da nossa marinha de guerra, conquanto as leis militares tivessem abolido castigos, não ligaram importância às leis militares e à disciplina, castigando os seus subordinados com ódio com que os senhores castigavam os maus escravos. Sr. redator, é doloroso sim, ver-se a nossa marinha de hoje passar fome e todas as privações, pelo descaso dos comandantes de navios da Armada. Com um pessoal resumido e sofredor, eles querem o serviço feito a tempo e hora, sem encarar o cansaço, isto quando em viagens longas, como se deu nestas vindas das nossas unidades da Europa para aqui. Os nossos pobres marinheiros e foguistas vieram como verdadeiros escravos, passando fome e sendo constantemente castigados com os ferros, a chibata e o bolo; em um dos últimos navios chegados, o comandante, durante a viagem, em alto mar, mandava amarrar o pobre marinheiro e fazia com este fosse lavar e pintar o costado do navio. Foguistas, estes coitados, faziam 6 horas de quarto e não tinham o direito ao descanso que, pela lei, lhes toca, porque eram logo chamados para outros serviços. O verdadeiro navio negreiro. É necessário, sr. redator, que publiqueis estas mal escritas palavras, afim de que, chegando elas ao conhecimento das autoridades competentes, possam sanar o mal, e o fato igual não mais se reproduza na nossa marinha de guerra. É necessário que os oficiais da Armada compreendam que estamos no século da luz. Abaixo a chibata, as algemas e a palmatória – Um marinheiro.”¹⁰

Por volta das quatro horas da manhã do dia 23 de novembro, aumentou a movimentação de forças policiais no centro, concentrando-se principalmente no cais Pharoux. O Exército mobilizava um contingente cada vez maior de soldados, acordando moradores de bairros mais afastados da baía de Guanabara e causando grande furor entre estas pessoas, que nada sabiam dos fatos ocorridos durante a noite anterior. As notícias davam proporções das mais diversas aos fatos ocorridos, desde um “mero” motim à bordo do encouraçado *Minas Gerais* até o levante completo da Armada. A esta altura dos acontecimentos a segurança do Palácio do Catete¹¹ tinha sido reforçada com mais 100 homens do Exército.

Ainda durante a conturbada madrugada o Palácio do Catete foi informado sobre o que de fato ocorria. A rádio-estação do morro da Babilônia notificou e repassou radiogramas dos navios revoltosos endereçados ao Ministro da Marinha e ao Presidente. Os marinheiros dos encouraçados *São Paulo* e *Minas Gerais* e do scout *Bahia* notificaram o início do levante e suas demandas. Eles exigiam o fim dos castigos corporais, aumento do soldo e melhores condições de trabalho,¹² sob pena de bombardear a capital e demais

¹⁰“Uma Carta” *Correio da Manhã*, 1ª edição, 25/11/1910, p.1.

¹¹ O palácio do Catete à época tinha seus fundos para a baía, havendo até um ancoradouro.

¹² Incluindo capacitação da mão de obra para cada tarefa exigida pelo novo maquinário de guerra.

navios da esquadra. Enquanto os radiogramas dos revoltosos não eram respondidos, eles bombardearam a Ilha das Cobras, o Arsenal de Marinha e alguns pontos de Niterói e do Rio por acidente. Havia também intenso combate entre os navios revoltosos e os inicialmente obedientes ao governo. Como resultado da sublevação dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo*, os mais novos e mais poderosos da esquadra, outros vasos de guerra aderiram ao levante depois dos encouraçados foram: o scout *Bahia*, o *República*, o *Deodoro*, o *Floriano*, o *Tiradentes* e o *Benjamin Constant*. Restou ao governo alguns contratorpedeiros de baixo poder de fogo, em comparação aos novos encouraçados *Minas e São Paulo*, entre os mais poderosos do mundo na época.

Com o raiar do dia, o número de pessoas no centro da cidade aumentou sobremaneira, ampliando de forma extraordinária a rede de boatos pela cidade, como fica claro nesses trechos do jornal *Correio da Manhã*:

“O aspecto dos noctívagos é que era interessante. Tendo estampado no rosto evidentes signaes de susto, essas criaturas corriam as praias, dominadas por uma força indefinível, por um medo que os arrastava para logares de maior perigo...” (...) “Espalhavam o boato prodigamente, colorindo-o a bel-prazer. Com segurança, esse pioneiro do mal imaginário garantiam que o marechal Hermes estava á frente das forças de terra; que ás cinco horas da manhã a cidade seria bombardeada; que o ex-ministro da Marinha voltara ao Rio, chamado por radio-telegramma. Tudo isso se dizia, em palavras balbuciadas, separadas por muitas reticências, num ciclo perigoso e alarmante.”¹³

Os primeiros bondes provenientes dos bairros mais afastados, lotados com trabalhadores, começavam a chegar no centro, tornando-se alvo dos espectadores dos últimos acontecimentos, que informavam a todos todo o ocorrido e assombravam os recém chegados que por diversas vezes desistiam de ir trabalhar a fim de saber mais sobre a revolta. As barcas de passageiros da Companhia Cantareira tiveram sua circulação proibida com ameaça de serem levadas a pique pelo comando dos revoltosos. Cessava assim o transporte marítimo entre as capitais e uma das fontes de informações sobre as atividades da esquadra sublevada.

Por volta das 5:00 horas da manhã houve combate entre o encouraçado *Minas Gerais* e o navio *Almirante Barroso*, com algumas granadas caindo em terra. Exemplo

¹³“Aspectos da Cidade”. *Correio da Manhã* de 23/11/1910, 2ª edição, p.1.

disso foi uma que destruiu o quarto pertencente ao deputado por Minas Gerais, Dr. Camilo Pontes, na Pensão Guanabara localizada na rua da Lapa.¹⁴ Às 6 horas da manhã a cidade estava inteiramente acordada, com suas praias lotadas de pessoas curiosas e sedentas por toda e qualquer notícia, avançando em todos os jornais do dia. Também nesta hora o encouraçado *São Paulo* começou a fazer manobras em direção ao Palácio do Catete, realizando disparos de advertência na água. Toda a população concentrada no litoral bateu em retirada, em pânico. Começavam a chegar mais notícias de queda de vários artefatos bélicos durante a madrugada e o início da manhã, no Rio e em Niterói. Esses artefatos danificaram ou destruíram residências, ferindo alguns e apavorando muitos. Ainda não haviam notícias, ou mesmo boatos, sobre mortos em terra, mas, falava-se que alguns oficiais dos navios amotinados haviam sido mortos.

O cotidiano da cidade estava portanto alterado, com todos à espera dos próximos acontecimentos. O Palácio do Catete passou a ser também ponto de referência para a população à procura de informações, tornando-se a principal central de boatos da capital. Um número cada vez maior de pessoas era ferida com granadas e outros tipos de artilharia provenientes dos combates entre revoltosos e as forças legais. O Morro do Castelo teve sua população toda evacuada devido ao grande número de domicílios e ruas atingidas pelas lutas na baía. O morro foi ocupado por uma bateria de artilharia do Exército, por ordem do ministro da Guerra. Outra localidade do centro ocupada por tropas de artilharia foi o Mosteiro de São Bento, sendo suspensas as aulas do ginásio. Moradores da zona sul da capital, junto com suas famílias partiram pela avenida Central¹⁵ em direção aos subúrbios da cidade. Os meios de transportes foram todos os possíveis, desde bondes e charretes a automóveis que rasgavam as ruas do centro em alta velocidade. Foram postas à disposição da população composições ferroviárias extraordinárias, num total de doze, que partiram para Petrópolis levando cerca de três mil pessoas a bordo.

Somente o governo federal tinha informações mais próximas a realidade do levante dos marinheiros, no início da manhã do dia seguinte. O presidente Marechal Hermes da

¹⁴ “Efeitos de uma Granada”. *Jornal Correio da Manhã* de 23/11/1910, 2ª edição, p.1.

¹⁵ Atual Avenida Rio Branco.

Fonseca passou a receber telegramas de apoio de vários estados com oferecimento de ajuda direta dos presidentes dos estados de Minas Gerais e São Paulo. O presidente do estado do Rio de Janeiro, Dr. Alfredo Backer, estava em comunicação direta com o palácio do Catete no Rio. A cidade de Niterói concentrava a força policial local e federal presentes no estado na Escola Normal, próxima ao palácio do Ingá, sede do governo. O Governo Federal ordenou a prisão de todos os marinheiros de folga na capital para averiguações no Quartel-General do Exército. Todos eles alegaram não saber coisa alguma sobre a revolta em curso. Contudo, houve recusa geral em se apresentarem às autoridades superiores da Armada.

Em relação aos navios amotinados e suas manobras e atitudes, o medo continuava. Apesar do temor, a população de curiosos presentes na orla da baía começou a admirar as evoluções da esquadra amotinada, como fica claro neste relato de um jornal da época: “A entrada da esquadra levou ao cais milhares de pessoas que, boquiabertas, assistiram às admiráveis e prontas evoluções do S.Paulo, Minas, Bahia e Deodoro.”¹⁶ O comando revoltoso dos navios passa a receber elogios pela disciplina interna resguardando os pertences de oficiais, dinheiro etc. A principal figura elogiada era a de João Cândido “comandante” do encouraçado *Minas Gerais*. Segundo as palavras dos jornalistas, o “Almirante Negro” mostrou-se “um perfeito conhecedor dos segredos náuticos, revelou-se um admirável disciplinador dos marinheiros revoltados.”¹⁷ Provinha a admiração e o fascínio exercido pelos marinheiros da comprovação da real capacidade dos poderosos e onerosos vasos de guerra adquiridos pelo governo, pois havia um sentimento geral de que tais embarcações não correspondiam à sua fama. Sua aquisição foi criticada e sua utilidade posta em xeque por vários veículos da imprensa. O levante comprovou que, de fato, a Marinha de Guerra brasileira era uma das mais bem equipadas do mundo.

Os revoltosos começavam a ter seus mantimentos escasseados, necessitando de reposição urgente. O primeiro ato realizado foi o de interceptar as embarcações responsáveis pelo suprimento de água de outros navios fundeados na baía de Guanabara. O *scout Bahia* fez uma tentativa infrutífera de atracar em Niterói, sendo rechaçado pelo Forte

¹⁶“No caes Pharoux”. *Correio da Manhã*, edição extra, de novembro de 1910, p. 1.

¹⁷“O Commandante Revoltoso do ‘Minas Geraes’”. *Correio da Manhã*, edição extra de Novembro de 1910, p.3.

do Gragoatá. Um outro navio revoltoso atracou na Ilha do Vianna a procura de suprimento de carvão, conseguindo-o sob ameaças na firma Lage & Irmão. Mesmo o encouraçado *Minas Gerais* desembarcou cerca de vinte marinheiros em Maricá, com o objetivo de saquear armazéns em busca de alimentos e mantimentos em geral. Todas essas ações visaram apenas a reposição de gêneros fundamentais ao pleno funcionamento da esquadra revoltosa, sem exageros ou derramamento de sangue, e transcorrendo de maneira organizada e arrojada. Ainda em função da falta de mantimentos e de pessoal, alguns navios integrantes da esquadra sublevada foram abandonados, tendo suas tripulações embarcadas nos principais vasos de guerra, o *Minas Gerais*, o *São Paulo* e o *Bahia*, auxiliando as parcas tripulações originais no perfeito funcionamento das embarcações.

Ao mesmo tempo, o comando sublevado emitiu radiogramas exigindo o respaldo do Congresso Nacional às demandas do movimento, incluindo na lista a anistia total dos atos cometidos durante a revolta. A anistia, além de ser votada pelo Congresso, deveria ser a princípio assinada pelo Marechal Hermes da Fonseca diante do comando sublevado, dentro de um dos navios revoltosos. O não cumprimento resultaria, de acordo com os radiogramas, em pesados bombardeios sobre a cidade do Rio de Janeiro, acuando ainda mais o poder Executivo e o poder Legislativo acerca da melhor forma de encerrar o levante.

Os debates no Senado e na Câmara de Deputados eram acalorados e em prol da ordem constituída. A oposição eximia-se de qualquer influência sobre o movimento deflagrado. O senador Rui Barbosa era contrário à subversão da ordem constituída, representada pela atitude tomada pelos marujos, diferenciando o seu movimento político, o Civilismo,¹⁸ dos revoltosos subalternos da Marinha de Guerra, como inicialmente supôs o governo do presidente Hermes da Fonseca. Todavia, o passar do tempo e a impossibilidade do governo federal de extinguir o levante modificaram as discussões de senadores e deputados. Os oficiais da Armada pouco tinham para estruturar um ataque eficaz, por falta de logística¹⁹ militar e de vasos de guerra mais poderosos, trazendo mais pontos a favor dos marinheiros revoltosos. Estes, apesar de ameaçar de bombardeamento a capital, com um

¹⁸O nome Civilismo havia sido cunhado de forma pejorativa pelos opositores políticos de Rui Barbosa. “No Senado”. *Correio da Manhã*, 24/11/1910, p.01.

¹⁹ O armamento dos vasos de guerra estava espalhado em paióis ao redor de toda a Guanabara.

milhão de habitantes, encantavam a população por suas manobras arrojadas nos vasos de guerra e por sua demanda por melhores condições de trabalho. Uma das poucas medidas realizadas com sucesso foi o envio do deputado federal Comandante José Carlos de Carvalho para palestrar com os revoltosos, tarefa delegada por seu padrinho político, o senador gaúcho Pinheiro Machado. O deputado trouxe as mesmas informações que o governo tinha provenientes dos radiogramas. A exceção se fez apenas na afirmação veemente de ser um movimento de caráter único e exclusivamente de demandas dos marinheiros revoltosos, sem participação alguma de oficiais militares ou políticos.

Tanto o Senado quanto a Câmara de Deputados concordaram quanto à urgência da situação do trâmite da anistia, havendo basicamente duas fortes correntes gerais: uma liderada pelos oposicionistas, personificados em Rui Barbosa, e outra com claro posicionamento governista, liderada pelo senador Pinheiro Machado, padrinho político do novo presidente. Entretanto, Pinheiro Machado entendia ser esta tramitação uma perigosa jurisprudência para futuras questões de atentado à ordem vigente. Rui Barbosa rebatia os argumentos dos governistas tomando como base a boa conduta dos marinheiros e suas justas exigências no que denominava como século das luzes, em tempos plenos de adventos como a abolição da escravidão e a República. Ele colocava a culpa dos eventos ocorridos nos erros da política internacional brasileira, que deveria ter primado pela diplomacia e pela paz ao invés de ter-se armado com o mais moderno arsenal.²⁰ Atentava ainda para o fato da exasperação dos marinheiros estar ligada à situação desumana do cotidiano na Marinha de Guerra, denunciando o anacronismo da estrutura militar, presa a códigos ou condutas da primeira metade do século XIX. Por isso, apesar da quebra da ordem, defendia a aceitação pelo Congresso Nacional da proposta de anistia total dos marinheiros amotinados.

No decorrer das negociações os navios revoltados da esquadra continuavam a manobrar por toda a baía de Guanabara, bombardeando vez por outra alvos militares no Rio e em Niterói. Navios de passageiros estrangeiros provenientes de Buenos Aires, com cerca de 200 passageiros, chegaram ao Rio sem maiores problemas. Apenas o trabalho da

²⁰ A defesa torna-se mais interessante se for levado em conta que Rui Barbosa foi o principal defensor, em anos anteriores, da modernização da frota de vasos de guerra da Armada.

Alfândega ficou prejudicado. A cidade se habituou cada vez mais a viver entre o horror e a admiração em relação aos acontecimentos. O governo central, além de prender possíveis suspeitos, organizou no dia da votação da anistia uma passeata de funcionários públicos que tinha como atrações artistas de circo e do teatro, a fim de tentar tirar a atenção dos últimos eventos e esvaziar de alguma maneira a repercussão positiva que a revolta estava tendo dentro das camadas populares.

O novo governo estava enfrentava sua primeira crise, havendo pressão de todos os lados para a solução da revolta de maneira menos onerosa para a população e para o poder legalmente constituído. O presidente da República e seu ministério estavam em delicada situação, devido a má repercussão nacional e internacional do evento, principalmente por parte da Grã-Bretanha, construtora dos novos encouraçados brasileiros. Tais embarcações contavam a bordo com engenheiros ingleses para a manutenção da parte elétrica e maquinário em geral, e portanto o governo britânico posicionou-se contra toda e qualquer ação de ataque armado, que poria em risco os súditos da Rainha. No país, alguns grupos esparsos ofereceram auxílio ao novo governo, temerosos dos resultados sociais e políticos da primeira revolta de grandes proporções dos marinheiros da Armada.

Nesse contexto, tornou-se crucial o papel do Senado e da Câmara de Deputados contribuindo para a estabilidade política do país. Através dessas duas instâncias a administração e a resolução da crise poderia ser negociada pelos parlamentares. Todas as precauções foram tomadas por deputados e senadores acerca da questão, somente votando favoravelmente à medida de anistia após horas de debate, terminando com a notícia da deposição das armas pelos marinheiros sublevados. Os marinheiros enviaram mais um radiograma ao governo informando a deposição das armas, ainda no dia 24 de novembro. Acreditavam no governo e no Congresso Nacional para a concessão da anistia e a supressão dos castigos corporais. Os radiogramas cumpriram o papel de aliviar a pressão sobre os congressistas em aprovarem a anistia sob coação física. A votação realizou-se ao fim da tarde, quando os navios da esquadra revoltada estavam fora da barra da baía para passarem

a noite sem sobressaltos, adiando o real fim do levante para a manhã do dia 25 de novembro.

Na manhã do dia 25 de novembro boatos de bombardeamento iminente da cidade devido ao não cumprimento das exigências aterrorizou os curiosos de plantão no litoral.²¹ A entrada dos encouraçados *Minas Gerais* e *São Paulo* em companhia do *scout Bahia* com suas manobras próximas ao Palácio do Catete assustou a muitos. A correria foi grande, sendo interrompida quando não houve disparo contra terra firme. Com os navios sublevados notificados da votação favorável à anistia, as armas foram finalmente depostas. Os marinheiros voltam a obedecer ao comando hierárquico militar e ao poder legalmente constituído sem, contudo, ter o presidente da República assinado o ato de anistia a bordo como desejavam inicialmente, nem a garantia de aumento do soldo e melhorias na alimentação da marujada.

A anistia ao corpo de marinheiros foi aprovada pelo Congresso Nacional e apenas sancionada pelo Presidente da República, causando sérias conseqüências para o cenário político e social nacional. Houve o enfraquecimento da hierarquia militar, pondo em xeque a relação entre comandantes e comandados na Marinha de Guerra. Expôs-se negativamente o novo governo do Marechal Hermes da Fonseca, empossado há poucos dias, por não ter conseguido extinguir a Revolta da Chibata, sujeitando-se às demandas dos revoltosos. Isso prejudicou a imagem do novo presidente no âmbito nacional, dando força política à oposição. No âmbito internacional, a repercussão também foi negativa²² devido a atitude tomada pelo governo.

Os marinheiros passaram a serem vistos com bons olhos pelos segmentos sociais mais baixos e como uma ameaça iminente para os setores dominantes. Os setores dominantes tinham diversos indivíduos no corpo de oficiais da Marinha, instalando por assim dizer um clima tenso e pesado nos dias subseqüentes ao término da Revolta da Chibata. Os principais vasos de guerra da Armada tiveram seus armamentos mais

²¹ De acordo ainda com as notícias publicadas nos jornais da época.

²² Jornais argentinos foram além das críticas, elogiando os marinheiros e reivindicando ser a Argentina o local onde o *Almirante Negro*, João Cândido tinha nascido.

poderosos recolhidos para evitar novos motins e ameaças sobre a capital federal e a capital do estado do Rio de Janeiro. Vários marinheiros presos para averiguações devido à revolta da Chibata assim permaneceram. Houve uma reorganização geral dos comandos de toda a frota de guerra, sendo sido comissionados oficiais de maior agrado dos marujos. Uma aparente tranqüilidade instalou-se com o cumprimento da anistia geral aos marinheiros. Todavia, tal pacificação não era verdadeira, resultando alguns dias depois no episódio do levante da Ilha das Cobras, e do navio *Satélite*.

1.3 Armada: hierarquia e alistamento

1.3.1 Antecedentes: o Contexto do Movimento

Para compreender os eventos ocorridos ao final do ano de 1910 na capital federal, a Revolta da Chibata e o episódio da Ilha das Cobras, faz-se necessário analisar a hierarquia da Armada e seus integrantes. Quem eram, afinal, os homens engajados na Marinha de Guerra? E, principalmente, como conviviam até a eclosão da Revolta da Chibata?

A estrutura hierárquica da Armada era rígida, reproduzindo as divisões e medos da sociedade brasileira, incluindo o projeto de civilizar-se a nação. Inexistia a possibilidade de ascensão social, e os setores dominantes cumpriam o papel de “educar” o corpo de marinheiros, formado por pessoas pobres. O alistamento nas Forças Armadas era realizado de acordo com as necessidades de pessoal nas guarnições militares, mas de maneira autoritária. Na Marinha de Guerra o tempo de serviço militar era de cerca de vinte anos para a maior parte dos indivíduos²³ que “sentavam praça”.²⁴

Outro ponto incluso na hierarquia diz respeito aos códigos disciplinares²⁵ utilizados na Marinha reafirmando o sistema social vigente. O primeiro código a entrar em vigência,

²³ Ver NASCIMENTO, Álvaro P. de **Do Convés ao Porto: A Experiência dos Marinheiros e a Revolta de 1910**, Tese de doutorado em História, Campinas-SP: Unicamp, 2002

²⁴ Termo utilizado para denominar alistamento militar.

²⁵ Códigos presentes em: Nascimento, Álvaro P. do – “A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial”, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.

denominado *Artigos de Guerra*²⁶, era uma adaptação do utilizado até a Independência em 1822. Em outras palavras era similar ao empregado pela Marinha do Império Português. Somente em 1890, após a proclamação da República, é que os *Artigos de Guerra* foram substituídos pelos *Códigos penal e disciplinar da Armada*. Cabendo o julgamento das faltas cometidas por marinheiros e oficiais ao Tribunal de Guerra. Entretanto a maior parte dos casos não alcançaram o tribunal, o oficialato dos vasos de guerra aplicava o artigo nº 80 dos *Artigos de Guerra*:

“Art. 80: Todos os mais delitos, como, embriaguez, jogos excessivos, e outros semelhantes, de que os precedentes artigos não façam particular menção, ficarão ao prudente arbítrio do superior para impor aos delinqüentes o castigo que lhes for proporcionado; o uso da golilha, prisão no porão, e impedimento da ração de vinho, é o que se deve aplicar a oficiais marinheiros, inferiores e artífices; assim como à marinagem e soldados, que podem ser corrigidos por meio de pancadas de espada, e chibata, não excedendo ao número de 25 por dia; isto é, em culpas que não exijam Conselho de Guerra.”²⁷

Dando abertura para a constituição de um verdadeiro regime correccional independente de códigos disciplinar e penal vigente à época. Portanto, a maior parte das penalidades era resolvida dentro das embarcações. As sentenças eram proferidas no convés dos navios diante de toda a tripulação, sendo a pena imediatamente aplicada na frente de todos. A execução da sentença era um “espetáculo” com intuito “educacional”, para que a tripulação aprendesse a nunca desrespeitar a hierarquia militar. As punições ministradas podiam ainda assumir forma de serviços extras e de corte de folga em terra. Habitualmente as *sentenças de convés* não tinham apelação e nem forte fiscalização do Tribunal de Guerra. Sendo a punição mais comumente aplicada aos marinheiros faltosos o açoite, com chibata ou espada de fio cego. Açoite, o qual quase nunca respeitava o número máximo estipulado pela lei. O número de pancadas variava de acordo com a falta cometida e constituição física do marinheiro em questão.

No “Tribunal do Convés” as sentenças proferidas dependiam dos oficiais presentes em cada navio no momento da falta. Praticamente todo o tipo de incidente era resolvido pelo comandante da embarcação, com intuito de não se perder nenhum praça, em

²⁶Código de leis utilizado na Armada de sua criação em 1822 a por volta de 1890.

²⁷Nascimento, Álvaro P. do – “A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial”, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001. p.34.

decorrência da crônica falta de mão de obra que assolava a Marinha de Guerra, bem como o Exército. Engendrando assim fortes e crescentes embates dos marinheiros com os oficiais e a hierarquia militar vigente. As conturbações foram de tal ordem que ecoaram também na relação entre os oficiais de convés e a alta cúpula da Armada.

Com a proclamação da República, inicialmente foi abolido o castigo corpóreo, entretanto a prática foi retomada pouco tempo depois devido à pressão do oficialato. Um novo código penal e disciplinar mais rígido foi sancionado, sendo esse denominado *Códigos penal e disciplinar da Armada*, aonde havia maiores punições aos praças faltosos, implementado em 1890. Criando a *Companhia Correccional* executora das penas proferidas pelo Tribunal de Guerra. Todavia, os oficiais da Armada continuavam a aplicar os castigos corporais como forma de manter a disciplina e a hierarquia. Tendo como resposta maiores oposições à estrutura disciplinar da Armada por parte do corpo de marinheiros.

Afinal quem eram os integrantes da Armada? Quem compunha seu corpo de oficiais e de marinheiros? O oficialato era basicamente composto pela mais alta elite, desde o Império. Portando-se de forma mais conservadora no âmbito social e político do país. Visando manter uma postura mais próxima do plano civilizatório do país, onde os oficiais detinham posição de liderança e saber. Diferentemente do Exército, onde havia uma mescla entre os ricos e os segmentos médios da sociedade que buscavam ascensão social.

Entretanto, as duas forças armadas utilizavam o mesmo método de alistamento para os quadros subalternos. Os marinheiros e soldados das forças militares provinham dos segmentos mais baixos da sociedade. O alistamento militar era algo temido por muitos indivíduos, sendo uma prática autoritária e coercitiva para a maior parte da população. O governo central exigia cotas de indivíduos engajados aos governos regionais de todo o país para amenizar o déficit de pessoal. Tais autoridades acionavam todo seu poder coercitivo representado pelas forças policiais. Portanto, a seleção para o ingresso na Marinha de Guerra não respeitava critérios rígidos, sendo boa parte dos indivíduos forçados a servir na Armada ou no Exército. Para assim cumprir as metas estipuladas pelo governo, alistando toda qualidade de sujeitos de maneira arbitrária e autoritária.

O alistamento significava para as forças policiais uma solução para os problemas financeiros e sociais. Financeiros, devido ao fato de que o pagamento de uma gratificação extra aos agentes encarregados pelo processo de alistamento era uma importante fonte de complementação de renda. E sociais, por incluírem no processo criminosos como, por exemplo, os capoeiras, limpando assim as cadeias de suas comarcas. Mas o número de pessoas presas em geral não era suficiente para atingir a meta estipulada pelas Forças Armadas via Governo Federal. Fomentavam-se buscas em outros locais, a tão importante mão de obra para os navios da Armada.

O restante dos praças recrutados provinha das camadas sociais mais pobres, compreendendo: chefes de família, trabalhadores empregados ou desempregados e meninos acima dos dez anos de idade. Havendo como escapatória ao alistamento a fuga ou o apadrinhamento político. O significado do alistamento para a comunidade afligida era de afastamento de membros importantes economicamente para suas famílias, além de prejudicar a mão de obra da economia local. Os estratos médios conseguiam escapar pelo já citado apadrinhamento e também por meio de seção de escravos.

O engajamento de escravos ajudou a preencher os quadros do Corpo de Marinheiros da Armada, isto foi comum em períodos de guerra, como foi o caso da Guerra do Paraguai. Apesar dos escravos substituírem seus senhores no cumprimento do serviço militar, sendo mais um tipo de alistamento forçado, tais escravos ganhavam com isso a sonhada liberdade. Sendo assim, o alistamento militar tornou-se uma das opções para os escravos conquistarem sua alforria. Escravos fugidos podiam se apresentar aos agentes do alistamento como forros, legalizando assim sua liberdade. A incorporação de escravos apenas cessou com a Abolição da escravatura em 1888.

Além das formas anteriormente citadas havia ainda as Escolas de Aprendiz de Marinheiro, que cada vez mais proviam de praças a Marinha de Guerra. Eram locais onde menores órfãos, infratores ou carentes recebiam educação para exercer o ofício de marinheiro. Tornou-se uma possibilidade de desoneração para famílias pobres, além de

representar ganhos financeiros pelo engajamento da criança. Com isso, a Armada intentava suprir suas demandas, sem depender do cada vez mais penoso processo de alistamento de novas praças.²⁸

Essa mescla formou o amálgama do corpo de marinheiros da Armada, onde cada praça engajada tinha que cumprir vinte anos de serviço militar, até a Proclamação da República. Após a instauração do regime republicano, criaram-se tempos diferenciados de serviço militar pelo tipo de engajamento (escola de aprendiz de marinheiro, voluntários, recrutados). Havendo, entretanto, corte na contagem de tempo de serviço pelo número e qualidade de faltas cometidas pelos praças, segundo o código da *Companhia Correccional*. O novo código penal e disciplinar abrangia também a postura das praças fora das embarcações, quando iam às cidades. Cidades onde interagiam tanto com a marginalidade quanto com as forças políticas locais através das maltas de capoeiras. Participando ativamente dos processos eleitorais, angariando votos para os seus contratantes através da intimidação. Tornando assim o serviço militar ainda mais longo, engendrando maiores conflitos dentro dos vasos de guerra. Apesar do anteriormente citado “Tribunal de Convés” onde os oficiais evitavam na maior parte dos casos o envio dos faltosos ao Tribunal de Guerra.

Passados vinte e um anos da Proclamação da República, a situação do Corpo de Marinheiros da Marinha de Guerra havia conseguido piorar ainda mais. Os castigos corporais cruéis, a alimentação deficiente, as más condições de trabalho, a má formação para o trabalho, a crônica falta de mão de obra e a baixa remuneração eram os principais pontos das queixas dos subalternos no cotidiano da Armada. Com a renovação de parte da frota de guerra ao fim da primeira década do século XX, houve mais pressão sobre as guarnições, ampliando-se a insatisfação e a insubordinação dos marinheiros com a hierarquia militar, originando pequenas e repetidas rebeliões. Foi assim que, de maneira individual ou coletiva, os marinheiros se viram compelidos a lutar por melhorias, aumentando e fortalecendo sua organização, o que permitiu o planejamento do maior

²⁸ Para saber maiores informações consultar a tese de doutorado sobre a Revolta da Chibata de Álvaro Nascimento com referência completa na bibliografia.

levante até então feito por eles desde a instituição da Armada brasileira. O momento escolhido para o levante foi o da posse do novo presidente Marechal Hermes da Fonseca em novembro 1910, para controlar praticamente toda a poderosa frota recém adquirida pelo governo²⁹.

1.3.3) As conspirações

Os indícios da dimensão que tomaria a organização dos marinheiros começam a ser revelados em 1910, quando três belonaves da Armada, o *Bahia*, o *Tamoio*, e o *Timbiras*, foram enviados aos festejos oficiais no Chile. Pela insatisfação e pela conseqüente indisciplina, a missão fora apelidada de “Divisão da Morte”, quando em apenas uma das embarcações, o *Bahia*, foram cometidas 911 faltas disciplinares. Havendo cinco deserções em Buenos Aires e uma carta de ameaça ao comandante, que dizia o seguinte:

*“Venho por meio destas linhas pedir não maltratar a guarnição deste navio, que tanto se esforça para trazê-lo limpo. Aqui ninguém é salteador, nem ladrão. Desejamos Paz e Amor. Ninguém é escravo de oficiais e chega de chibata. Cuidado!”*³⁰ assinada por Mão Negra.

O *Mão Negra* era simplesmente o marinheiro Francisco Dias Martins³¹, um dos líderes da posterior Revolta da Armada. Juntamente com João Cândido (*encouraçado Minas Gerais*), Ricardo Freitas (*cruzador Bahia*), Gregório Nascimento (*encouraçado São Paulo*) e André Avelino (*couraçado Deodoro*) constituíram o Comando Geral da Revolta. Comando que instalou em terra um Comitê, que funcionava em três pontos da cidade do Rio de Janeiro: no sobradinho nº 65 da rua Tobias Barreto perto da praça Tiradentes, no “Jogo do Bola” na Saúde, e na Rua dos Inválidos nº 71, localizado numa vila³².

As guarnições dos principais vasos de guerra da Armada Nacional estavam totalmente preparadas para realizar o levante. Os marinheiros dos *encouraçados Minas*

²⁹ Aquisição feita a partir de um pesado empréstimo oferecido pela a Grã Bretanha.

³⁰ In: Morel, Edmar – “A Revolta da Chibata”; 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. p.60.

³¹ O marinheiro Francisco Dias Martins, o *Mão Negra*, além de saber ler e escrever era presidente de um clube de literatura.

³² Informação retirada da entrevista de João Cândido a Hélio Silva utilizada por Edmar Morel em seu já citado livro.

Gerais e *São Paulo* já dominavam toda a técnica necessária para o pleno manejo das embarcações e de suas armas. Domínio que provinha do tempo que passaram nos estaleiros de New Castle na Inglaterra após a conclusão dos navios. A época não podia ser mais perfeita, com a baía de Guanabara cheia de navios de nações estrangeiras, fundeados para as comemorações da posse do novo governo federal. Como fica claro neste depoimento de João Cândido:

“Pensamos no dia 15 de Novembro. Acontece que caiu forte temporal sobre a parada militar e o desfile naval. A marujada ficou cansada e muitos rapazes tiveram permissão para ir à terra. Ficou combinado, então que a revolta seria entre 24 e 25. Mas o castigo de 250 chibatadas no Marcelino Rodrigues precipitou tudo. O Comitê Geral resolveu, por unanimidade, deflagrar o movimento no dia 22. O sinal seria a chamada da corneta das 22 horas. O “Minas Gerais”, por ser muito grande, tinha todos os toques de comando repetidos na proa e na popa. Naquela noite o clarim não pediria silêncio e sim combate. Cada um assumiu o seu posto e os oficiais de há muito já estavam presos em seus camarotes. Não houve afobação. Cada canhão ficou guarnecido por cinco marujos, com ordem de atirar para matar contra todo aquele que tentasse impedir o levante.

Às 22h 50m, quando cessou a luta no convés, mandei disparar um tiro de canhão, sinal combinado para chamar à fala os navios comprometidos. Quem primeiro respondeu foi o ‘São Paulo’, seguido do ‘Bahia’. O ‘Deodoro’, a princípio ficou mudo. Ordenei que todos os holofotes iluminassem o Arsenal da Marinha, as praias e as fortalezas. Expedi um rádio para o Catete, informando que a Esquadra estava levantada para acabar com os castigos corporais.

Os mortos, na luta, foram guardados numa improvisada câmara mortuária e, no outro dia, manhã cedo, enviei os cadáveres para a terra.

O resto foi rotina de um navio em guerra.”³³

A insurreição se construiu portanto a partir dos marinheiros e suas experiências dentro e fora da instituição militar. Sabendo fazer uso do discurso político utilizado na construção da República e do próprio debate acerca da Abolição dos escravos feita há mais de vinte anos. Lançando sólidas bases para a legitimação do levante perante a sociedade civil, ganhado assim significativa simpatia a causa dos insurretos. Conturbando de sobremaneira o suporte político do governo recém instaurado. Vários membros dos extratos médios e da elite se expressaram contrariados, através de seus meios de comunicação, como por exemplo:

“*Fanfulha*, jornal italiano de São Paulo, comentou: ‘É bem doloroso para um país forte e altivo ter de sujeitar-se às imposições de 700 ou 800 negros e mulatos que senhores dos canhões, ameaçaram a Capital da República’.”³⁴

³³ In: Morel, Edmar – “Aroleta da Chibata”, 4ª edição, Rio de Janeiro, ed. Graal, 1986(pp.73-74).

³⁴ Idem p.125.

Os comandantes da frota sublevada tinham ao seu dispor a aplicação de toda mão de obra das tripulações além de contar com o auxílio forçado dos maquinistas ingleses responsáveis pelo bom funcionamento dos modernos equipamentos existentes a bordo. Diante do total domínio do maquinário de guerra, ficou evidente a real capacidade do Corpo de Marinheiros no manejo e conservação dos vasos de guerra para alcançar a vitória. Essa maestria permitiu ao grupo singrar as águas da baía de Guanabara rechaçando toda e qualquer tentativa de extinção do movimento por parte das forças legalmente constituídas. O alto Comando da revolta, contudo, acabou por aceitar a proposta de anistia do Congresso Nacional tramitada em 25 de novembro e sancionada pelo Presidente da República, o que dividiu a organização dos marinheiros que engendram o maior levante de subalternos na Armada. Isso fica claro no depoimento do marinheiro José Alves de Sousa, um dos líderes da tripulação do *Deodoro*:

“Todo este desgosto partiu do comandante João Cândido ter aceito a anistia, feita por terra, e não com a presença a bordo, do Presidente da República e do seu Ministério da Marinha. Embora o comandante da divisão revoltada tivesse procurado nos convencer que seria impossível o Governo vir assinar a anistia em nossa presença, nós ainda discordamos, não só disto, como do fato de não se ter aumentado por lei, também, o nosso miserável soldo. Lamentamos que o chefe João Cândido, arrastando o ‘São Paulo’, o ‘Minas Gerais’ e o ‘Bahia’ tenha aceitado a proposta do governo, para ficarmos, depois de tanto sacrifício, nas mesmas condições de oprimidos. Pelo muito que temos feito, pelo nosso grande sacrifício na luta, o que nenhum companheiro ignora, nós apelamos para as guarnições dos navios revoltados, a fim de que resolvamos o nosso destino, antes de aceitar a entrega da Esquadra, para que não nos arrependamos mais tarde. Não devemos ter pressa da anistia. Esperemos por alguns dias. Não dizem que nosso soldo será discutido no Congresso? Pois aguardemos a sua discussão. Nós temos força. O povo está conosco. Ele há de nos ajudar a forçar o Governo a dar tudo o que desejamos.”³⁵

Assim apesar do não atendimento de muito pontos da pauta, os revoltosos enviaram este radiograma para o governo depondo armas no dia 24 de novembro:

“Comandante José Carlos – Catete – Entraremos amanhã ao meio dia. Agradecemos os seus bons ofícios em favor de nossa causa. Se houver qualquer falsidade o senhor sofrerá as conseqüências. Estamos dispostos a vender caro as nossas vidas. – *Os Revoltosos*.”³⁶

A Revolta obteve inicialmente sucesso, conquistando alguns avanços em relação à situação anterior, à qual as guarnições estiveram submetidas. Houve a suspensão dos castigos corporais, a anistia para os revoltosos e a troca no comando dos navios. Todavia, o

³⁵ Idem p. 123.

³⁶ Op. cit. p. 124.

soldo continuava inalterado, não havia promessa de melhoria na alimentação ou na formação profissional dos marinheiros. E mesmo o que fora prometido pelo Congresso Nacional foi feito de maneira diferente do que originalmente a insurreição pleiteara para depor armas; podendo e sendo contestado pelo alto comando da Marinha de Guerra, criando um clima propenso a perseguições. O corpo de oficiais da Armada não se conformou com o desfecho vitorioso dos sublevados, que correspondeu para eles a uma inaceitável quebra de hierarquia e a uma grande humilhação para a Instituição, bem como para a ordem vigente. O caso percorreu o mundo inteiro, como foi dito anteriormente, se tornando motivo de grande repercussão internacional, principalmente pelo seu desfecho com os marinheiros ainda estando com as armas em punho. Como fica evidente nestes trechos de notícias veiculadas em alguns periódicos estrangeiros:

“*Le Petit Parisien* disse que os acontecimentos marcaram uma nota desagradável para a estréia da Presidência do Marechal Hermes da Fonseca.”

“*Taegliche Rundschau* censurou o procedimento dos marinheiros sublevados, achando-o, todavia, perfeitamente compreensível. Acrescentou que o Governo brasileiro deve tratar, agora de assenhorar-se novamente dos navios revoltosos, sem maiores prejuízos.”

“*Temps* afirmou que ‘os revoltosos bem podiam vangloriar da vitória fácil, e que era muito provável que mais dia menos dia tentassem abusar dos sucessos de hoje. O Governo brasileiro’ – acrescentou – ‘sai deste transe com sua autoridade muito diminuída. Será preciso que, de futuro, o Marechal Hermes da Fonseca tenha muita habilidade e muita tenacidade para poder reconquistar o terreno agora perdido’.”

“*Liberte* diz que o Governo de Hermes da Fonseca, entre as diversas soluções que se ofereciam ao caso, preferiu a da capitulação integral. ‘Uma paz conquistada a tal preço – ponderou – não é certamente muito gloriosa’.”³⁷

Isso sem citar as inúmeras reações dos periódicos nacionais e regionais, pondo a relação entre o oficialato de convés e as guarnições de marinheiros em xeque. Constituindo assim um panorama caótico, onde o oficialato fez de tudo para resgatar sua honra perdida.

1.4) Para além da Chibata

1.4.1) O pressentimento

³⁷Op. cit. pp. 124-125.

Com o fim da Revolta da Chibata, o ar de aparente tranqüilidade surge, mas seria por muito pouco tempo. O Comitê Geral da Revolução não mais se reunia devido à transferência de alguns líderes para serviços em terra e o desembarque de outros. Os marinheiros estavam receosos, chegando a formar uma comissão que visitou as residências dos senadores Rui Barbosa e Pinheiro Machado, além de redações de jornais, para expor suas apreensões. Alguns dos ex-revoltosos, como o marinheiro André Avelino, comandante sublevado do navio *Deodoro*, resolveram fugir. Ação censurada pelo principal comandante da ex-frota sublevada João Cândido que disse: “*Vocês fazem mal! Isto é um desrespeito ao Governo! Fomos anistiados, somos cidadãos livres...*”³⁸. Todavia, o temor era totalmente justificado, pois poucos dias após o término da insurreição foi publicado o decreto n.º 8.400, que dizia:

“Atendendo ao que lhe expôs o Ministro de Estado dos Negócios da Marinha, resolve autorizar a baixa, por exclusão, das praças o Corpo de Marinheiros Nacionais, cuja permanência se tornar inconveniente à disciplina; dispensando-se a formalidade exigida pelo artigo 150 do Regulamento anexo ao Decreto n.º 7.124, de 24 de setembro de 1908, e revogando-se as disposições em contrário. Rio de Janeiro 28 de novembro de 1910. 89.º da Independência e 22.º da República (Assinados) *Hermes Rodrigues da Fonseca – Joaquim Marques Batista de Leão.*”³⁹

Desenhava-se assim o fim da curta vitória dos marinheiros rebelados sobre o Governo Federal e sua Marinha de Guerra. O Corpo de Marinheiros teve o seu número de praças tão reduzido, que forçou a Marinha a contratar de maneira emergencial mão de obra para os serviços mais indispensáveis, sendo a maior parte dos trabalhadores de origem lusitana. Enquanto novos marinheiros eram formados pelas Escolas de Aprendizes - Marinheiros ou alistados.

A medida tomada por decreto significou não apenas o descumprimento do acordo de anistia aos revoltosos, mas deu início ao processo de resgate da “honra perdida” pelos oficiais, pela Armada e pelo Governo Federal. O governo também enviou emissários ao Congresso Nacional a fim de fazer sondagens acerca de instaurar-se o Estado de Sítio no país.

³⁸ In: Morel, Edmar – “A Revolta da Chibata”; 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. p. 148.

³⁹ Idem p. 148.

Toda a Armada estava de prontidão, o Batalhão Naval ficou de sobreaviso na ilha das Cobras. O Quartel-General, o Depósito Naval, o litoral do Arsenal até a Prainha e os navios *Floriano*, *Benjamin Constant*, *República*, *Tamoio* e *Primeiro de Março*⁴⁰, todos com reforços de praças. Havia uma série de boatos entre os marujos sobre uma possível retaliação aos ex-revoltosos, provindo o ataque de terra firme sob a tutela do Exército. Tencionando ainda as relações entre subalternos e oficialato, engendrando rumores de novo motim entre os marujos.

Os marinheiros presos⁴¹ para averiguações durante e após a Revolta da Chibata encontravam-se em sua maioria na cadeia do Batalhão Naval localizado na ilha das Cobras. Na madrugada do dia 4 de dezembro de 1910 foram presos mais 22 marinheiros sob a acusação de conspiração em Piedade. Tendo como destino a já superlotada cadeia do Batalhão Naval, onde os boatos sobre o motim davam até dia para eclosão.

Tudo estava delineando-se para o desfecho almejado por oficiais militares e pelo próprio Presidente da República. Uma resposta aos marinheiros dura, enérgica e restauradora da ordem e da hierarquia perdidas na solução da Revolta da Chibata. Os revoltosos anistiados sofreriam as conseqüências da humilhação impetrada por eles ao país, dentro da visão hierárquica das Forças Armadas. Pretendendo, por assim dizer, calar todos os críticos nacionais e estrangeiros em relação à postura do governo diante da insurreição da frota de guerra.

1.4.2) A resposta

No dia 9 de dezembro no *scout Rio Grande do Sul*, de acordo com rumores, era grande o temor dos praças em relação ao iminente ataque noturno do Exército à embarcação. Pelos tais rumores, a invasão contaria com a complacência dos oficiais de

⁴⁰ Os navios citados mantiveram-se fieis a hierarquia militar e a ordem vigente.

⁴¹ Não há relatos de prisão de líder algum dos marinheiros anistiados.

bordo. Às 20 horas a guarnição apenas aguardava uma ordem para descumpri-la e dar início ao motim, enquanto os oficiais à bordo, cientes previamente da situação, esperavam o primeiro tiro para rechaçar os marinheiros. No entanto, a ação teve início apenas às 23 horas, quando um grupo se reuniu no convés aproveitando-se do desembarque de alguns praças, e assim eclodiu o conflito, vitimando um oficial. Faltando cinco minutos para a meia-noite dois marinheiros, Manoel Antônio e Belmiro Líbano, pediram e conseguiram uma audiência com o comandante da embarcação. Na audiência declararam que o conflito ocorreu devido à série de boatos de que seriam os marujos atacados por forças de terra por não contarem mais com a força dos canhões nas belonaves da Armada. Por não haver ataque algum, punham-se de novo à disposição dos oficiais.

Ao mesmo tempo em que ocorriam tais fatos, à bordo do *scout Rio Grande do Sul*, mais exatamente às 22 horas, eclodiu mais um levante. Desta vez na ilha das Cobras foi dado o toque de avançar em acelerado, e em minutos vários praças invadiram o pátio do Batalhão Naval aos gritos de “*Vivas à Liberdade!*”. A insurreição tomou o Batalhão Naval, sendo que os oficiais e cerca de duzentos praças refugiaram-se no Arsenal da Marinha. Os insurretos tentaram entrar em contato com o *encouraçado Minas Gerais*, sem sucesso, por falta de embarcação. Os fuzileiros revoltosos liberaram todos os presos da cadeia angariando mais homens para a empreitada.

Foi iniciado o bombardeio ao Batalhão Naval por parte da bateria do Exército instalada no morro do mosteiro de São Bento e pelos navios que pertenceram à frota sublevada quando da revolta da Chibata, ou seja; os *encouraçados Minas Gerais, São Paulo, o scout Bahia* e o *Deodoro*. Todos os navios foram firmes no intento de sufocar o motim dos fuzileiros navais. Também houve auxílio por parte de navios da Armada britânica fundeados na Guanabara com seus holofotes e tochas. A todo esse poderio os praças sublevados responderam com tiros em direção do Arsenal e da Praça XV. Tendo-se posteriormente, durante o desenrolar do embate, instalado um canhão na porta do Hospital da Marinha para responder ao fogo da bateria do mosteiro de São Bento. Sem contudo obter total êxito por tal canhão ter sido atingido logo por um petardo da mesma bateria, apesar do fato de o hospital estar cheio de pacientes.

O confronto foi estendido ao máximo possível pelo governo central, com o objetivo de obter-se ganhos políticos. Entenda-se ganhos políticos como o encaminhamento feito ao Congresso Nacional acerca do Estado de Sítio:

“Não é possível, entretanto, esconder que êsse fato, seguindo-se tão de perto aos acontecimentos de 22 de novembro é resultado de um trabalho constante e impatriótico que tem lançado a anarquia e a indisciplina nos espíritos, especialmente aos menos cultos e, por isso mesmo, mais suscetíveis de fáceis sugestões.”⁴²

O projeto de lei sobre o Estado de Sítio foi rapidamente apresentado pelo senador Alencastro Guimarães, sendo aprovado no Senado por 36 votos contra 1, justamente o voto do senador Rui Barbosa⁴³. O Presidente da República assim tentou ganhar mais força política para sua administração, visando sanar a derrota sofrida perante a frota sublevada, na Revolta da Chibata.

Os marinheiros desembarcados da manhã do dia 10 foram todos presos, apesar de se manterem fiéis à hierarquia militar bombardeando a ilha das Cobras. A prisão visou principalmente integrantes das guarnições da frota sublevada em novembro. Os principais líderes da Revolta da Chibata como João Cândido, o *Almirante Negro*, foram presos e escoltados para diversas repartições militares e civis da cidade. Serviço feito pelas forças do Exército, Polícia Militar e Corpo de Bombeiros, corporações responsáveis pela a segurança da orla da cidade durante o levante dos fuzileiros. O alto comando do Comitê da revolta da Chibata foi todo encarcerado no 1.º Regimento de Infantaria localizado no Quartel General do Exército na Praça da República.

A ilha das Cobras estava em ruínas, ardendo sob chamas devido ao incessante ataque da frota de guerra e dos canhões localizados ao longo do cais Pharoux e do mosteiro de São Bento. O clima do Batalhão Naval é melhor descrito por um periódico da época:

⁴² In: Morel, Edmar – “A Revolta da Chibata”; 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. p. 152.

⁴³ Rui Barbosa se posicionou de maneira independente e contrária ao governo durante toda a Revolta de 1910. Não concordava com a supressão dos direitos de toda a nação.

“A ilha – escreveu o ‘Diário de Notícias’ – é um montão de ruínas, sepultando centenas de cadáveres. De 600 soldados que eram restam 60 vencidos pelo desespero. Os outros morreram, fugiram ou entregaram-se ao Governo. Não se justifica, pois, o Estado de Sítio.”⁴⁴

No quartel do Batalhão Naval desde às 2 horas da tarde os fuzileiros sublevados não respondiam ao fogo, sendo que às três horas tudo parecia em estado de ruína absoluta. A bandeira branca foi levantada e não respeitada pelas forças legais. Impelindo os revoltosos restantes a planejarem sua fuga, vestindo roupas de oficiais, de trabalhadores à paisana que realizavam obras no dique e de camisolas do hospital. Eles pegaram às 3 e 45 da tarde, rebocadores no cais do depósito Naval e partiram em direção do Arsenal da Marinha. O plano naufragou, sendo todos eles reconhecidos e encaminhados presos a quartéis em terra. Logo após a frustrada tentativa de fuga, foi enviado ao quartel um destacamento, encontrando 23 mortos e 18 feridos. No fim das contas entre mortos e feridos não houve nenhuma baixa por parte dos oficiais, excetuando-se o caso do *scout Rio Grande do Sul*. Na insurreição da ilha das Cobras só morreu um praça raso junto com mais nove civis. O levante no Batalhão Naval foi de apenas poucas horas sem chance alguma de sucesso, tornado-se um verdadeiro banho de sangue.

O 2.^o Regimento de Infantaria do Exército ocupou o quartel do Batalhão às 5 horas, sendo que uma hora depois o comando da ilha das Cobra foi devolvido aos oficiais da Marinha. Foram no total cerca de oito horas ininterruptas de bombardeio das forças legais contra o motim deflagrado no Batalhão Naval. A ação bélica impetrada aos marinheiros pelo Presidente Hermes da Fonseca gerou uma imensa polêmica, sendo interessante mostrar um depoimento em favor e um contra a atitude tomada:

“A anistia, nas condições em que foi concedida, era uma dolorosa medida de emergência de que a própria Inglaterra lançara mão outrora, em situação decerto mais grave, tendo posteriormente o mesmo procedimento como tinha agora o Brasil, apenas com a diferença de que aqui se limitaram as autoridades a deportá-los para o Acre, e lá foram enforcados...” **(Tenente do Exército Felipe Moreira Lima apud MOREL p.159).**

“Mesmo quanto ao bombardeio da ilha das Cobras, entendo que não havia necessidade de tanto rigor, quando bastava cortar-se a água. Não precisava tanta crueldade, pois não há mérito em dar combate a leões enjaulados, tal qual se achavam os fuzileiros navais na Ilha das Cobras. Foi mais uma fita para mostrar o seu valor militar. E as pobres vítimas é que perderam a vida; homens,

⁴⁴Op. cit. p. 152.

mulheres e crianças, filhos do povo, pagaram com a vida a exibição dessa farsa. Enquanto o Presidente da República enveredar pelo caminho das leis e da Constituição, terá todo o meu apoio. No caso, atual, não vejo razão para o estado de Sítio.” **(Deputado Federal paranaense Corrêa de Freitas apud MOREL p.156).**

Iniciou-se a fase seguinte do processo de reconquista da hierarquia e da ordem na Armada Nacional e glorificação do novo governo, fase das punições exemplares aos subalternos revoltosos. Punições que tem como mórbido cenário novamente a cadeia do Batalhão Naval e o *paquete*⁴⁵ *Satélite*.

1.4.3) As punições

Os antigos líderes da Revolta da Chibata foram presos no 1.^o Regimento de Infantaria do Exército, onde o antigo Comitê dos revoltosos foi ameaçado com armas para confessar que o senador Rui Barbosa era o verdadeiro comandante da Revolta da Chibata. Os demais marinheiros detidos foram distribuídos, em sua maioria, entre a 3^a Galeria da Casa de Detenção e a masmorra do Batalhão Naval na ilha das Cobras. Com o Estado de Sítio decretado pelo Congresso, o xadrez da Polícia Central ficou superlotado com as cerca de 600 prisões efetuadas, sendo quase todos ou marinheiros anistiados ou civis arrebanhados nas ruas. Na prisão todos indiscriminadamente eram alvos de maus tratos e torturas, como por exemplo, o caso de um conhecido de João Cândido:

“No cubículo do 1.^o Regimento de Infantaria, João Cândido descobriu um amigo de infância, encarcerado pelo crime de ter feito um comentário em frente ao edifício da ‘Gazeta de Notícias’, exaltando a revolta de novembro. De tanto apanhar ficou com um olho vazado e várias costelas quebradas. Não recebeu socorro médico e, em consequência dos maus tratos, faleceu no calabouço.”⁴⁶

Os indivíduos presos durante o Estado de Sítio ficaram incomunicáveis, dando margem de manobra para o Governo Federal e seus agentes coercitivos na forma de tratar os prisioneiros feitos sob a sombra dos levantes dos marinheiros. Foi assim que tornou-se possível contratar na surdina o *paquete Satélite* junto ao Lóide Brasileiro, afim de deportar para Santo Antônio do Madeira no Acre em plena selva amazônica 441 indivíduos detidos

⁴⁵ Tipo de embarcação utilizado na época no transporte de mercadorias e passageiros.

⁴⁶ In: Morel, Edmar. *A Revolta da Chibata*; 4^a edição, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. p. 156.

pelo Estado. A princípio 200 degredados iriam trabalhar na construção da linha dos Correios e Telégrafos e também junto a Comissão Rodon. Outros 200 seriam destinados para a construção da estrada de ferro Madeira - Maimoré. Detalhe interessante da lista de degredados é a inclusão e a posterior exclusão do comandante da Revolta da Chibata, João Cândido. Provavelmente devido ao alto conceito e fama alcançado por ele na imprensa e nos meios políticos, por seu cioso comando da frota revoltosa em novembro.

Havia entre os detidos 105 ex-marinheiros presos no Quartel General do Exército, e mais 45 mulheres junto com 292 “*vagabundos*” confinados na Casa de Detenção. Ficando clara assim a utilização do episódio do levante da ilha das Cobras para limpar a cadeia pública da capital dos “*indivíduos indesejáveis*” pela a ordem vigente. Pois ao que consta o degredo apenas seria para ex-revoltosos da marinha e mais ninguém.

O embarque e a partida foram também envoltos em segredo, sendo a ação efetuada apenas na noite de natal de 1910. O *Satélite* partiu tendo à bordo, além da tripulação e dos condenados, 50 soldados do Exército. As condições da embarcação eram as piores possíveis para os presos que ficaram encarcerados no porão sem ventilação, sem claridade e sujo devido ao transporte de cana de açúcar. Logo no dia 26 de dezembro, descobriu-se um plano de motim de um marinheiro apelidado de *Sete* que foi fuzilado em alto mar já na altura do estado do Espírito Santo.

O oficial de bordo continuou investigando e aumentou a vigilância sobre os presos. Houve uma parada em Salvador na Bahia para reabastecimento dos mantimentos e aquisição de barras de ferro para melhor aprisionar os condenados. No dia 31 de dezembro, em Pernambuco, houve a deserção do cozinheiro, sendo a segurança reforçada com mais 23 soldados do Exército. Pouco depois da meia-noite, já no dia 1º, mais quatro presos foram fuzilados em alto mar⁴⁷, acusados de prepararem um motim. Sendo que mais dois outros, que iriam ser fuzilados, jogaram-se ao mar morrendo afogados por terem os pés atados por cordas. Houve ainda mais dois fuzilados pelas mesmas acusações no dia 2 de janeiro. Para variar um pouco ocorreu mais um falecimento à bordo, mas desta vez devido às más

⁴⁷ O fuzilamento era realizado em alto mar para não chamar atenção sobre o navio e sua missão.

condições de cárcere. No total, dez pessoas morreram durante a viagem, sendo nove por fuzilamento.

O *paquete Satélite* chegou dia 13 de janeiro a Belém, onde ficou dez dias à espera de novas ordens do Governo Federal. Partindo para o Acre no dia 23 de fevereiro, sendo que durante o trajeto final os Coronéis da borracha puderam pegar cerca de 30 degradados para o trabalho nos seringais. Os 200 degradados originalmente designados para as obras da estrada de ferro Madeira – Maimoré não foram aceitos pelos norte-americanos responsáveis pela construção⁴⁸. Assim a viagem de ida seguiu para o seu destino final em Santo Antônio do Madeira em 3 de fevereiro de 1911, com os prisioneiros em estado lastimável, como descreve este relato de Booz Belfort de Oliveira funcionário da Comissão Rondon:

“...estavam hermeticamente guardados, numa clausura de 31 dias, sem verem a luz do sol, sob o regime de uma alimentação forçada num ambiente mefítico, como sardinhas em latas. A guarnição formou ao longo do navio armado em guerra, de carabinas embaladas, os porões foram abertos, e, à luz do sol amazonense, os 400 desgraçados foram guindados, como qualquer coisa ao barranco do rio. Era fisionomias esguedelhadas, mortas de fome, esqueléticas e nuas, como lêmures das antigas senzalas brasileiras. As roupas esfarrapadas deixavam ver todo o corpo. As mulheres, então, estavam reduzidas às camisas.”⁴⁹

A missão designada aos tripulantes do *paquete Satélite* foi realizada com sucesso, tendo retornado ao Rio de Janeiro em 4 de março de 1911, sem que tivesse sido feito grande alarde na imprensa ou que a oposição ficasse desconfiando de algo. O caso do navio *Satélite* apenas veio à tona posteriormente, quando Booz Belfort de Oliveira funcionário da Comissão Rondon escreveu uma carta, datada de 30 de maio de 1911, ao senador Rui Barbosa.

Enquanto os acontecimentos da viagem do *Satélite* ocorriam, no Rio de Janeiro os líderes da Revolta da Chibata foram transferidos da cadeia do 1º Regimento de Infantaria para a masmorra⁵⁰ do Batalhão Naval da Ilha da Cobras na véspera de natal de 1910. João Cândido mais 17 marinheiros foram postoe na cela denominada de “*Prisão Solitária*” de

⁴⁸ Não encontrei o motivo oficial, mas possivelmente devido as condições que os degradados devem ter chegado a região norte do país.

⁴⁹ In: Morel, Edmar. *A Revolta da Chibata*; 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. p. 174.

⁵⁰ A origem da palavra *masmorra* remonta a uma corruptela da expressão *mais que morra*.

acordo com as ordens do comandante Marques da Rocha, que também requisitou as chaves da cela ao carcereiro. No dia de natal o carcereiro notou que algo não ia bem dentro da prisão. Impossibilitado de averiguar de imediato chamou o comandante que encontrava-se no Clube Naval com a chave da cela. Para se ter uma idéia do local e de como ficaram confinadas 18 pessoas, nada melhor que o depoimento de um dos sobreviventes, o marinheiro João Cândido:

“A prisão era pequena e as paredes estavam pichadas. A gente sentia um calor de rachar. O ar, abafado. A impressão era de que estávamos sendo cozinhados dentro de um caldeirão. Alguns, corroídos pela sede, bebiam a própria urina. Fazíamos as nossas necessidades num barril que, de tão cheio de detritos, rolou e inundou um canto da prisão. A pretexto de desinfetar o cubículo, jogaram água com bastante cal. Havia um declive e o líquido, no fundo da masmorra, se evaporou, ficando a cal. A princípio ficamos quietos para não provocar poeira. Pensamos resistir os seis dias de solitária, com pão e água. Mas o calor, ao cair das 10 horas, era sufocante. Gritamos. As nossas súplicas foram abafadas pelo rufar dos tambores. Tentamos arrebentar a grade. O esforço foi gigantesco. Nuvens de cal se desprendiam do chão e invadiam os nossos pulmões, sufocando-nos. A escuridão, tremenda. A única luz era um candeeiro a querosene. Os gemidos foram diminuindo, até que caiu o silêncio dentro daquele inferno, onde o Governo Federal, em quem confiamos cegamente, jogou 18 brasileiros com seus direitos políticos garantidos pela Constituição e por lei votada pelo Congresso Nacional. Quando abriram a porta já tinha gente podre. O médico do Batalhão Naval, um homem muito querido, o Dr. Guilherme Ferreira, negou-se a fornecer os atestados de óbito como morte natural. Retiraram os cadáveres e lavaram a prisão com água limpa, e nós dois, os únicos sobreviventes, fomos metidos, novamente, na desgraçada prisão. Lá fique até ser internado como louco no hospício.”⁵¹

João Cândido e os demais prisioneiros ficaram ainda cerca de um ano e meio presos até começarem ser julgados pelo Conselho de Guerra. João Cândido, nesse ínterim, ficou de 18 de abril a 13 de junho de 1911 internado no Hospital de Alienados, devido a alucinações traumáticas depois do ocorrido na masmorra do Batalhão Naval. O Governo Federal esperava atestar a loucura do *Almirante Negro*, fato que não ocorreu, sendo João Cândido novamente encaminhado para a cadeia no Batalhão Naval, mas desta vez para uma melhor cela. Uma das provas da lucidez do *Almirante Negro* pode ser resumida por este relato:

“Neste imenso infortúnio, atirado como louco indigente no casarão da Praia Vermelha, pediu aos médicos duas folhas de papel para escrever uma espécie de memórias. Fez camaradagem com o doente de nome ‘Castanhola’, a quem ditou trechos de um depoimento que tencionava publicar. Ele mesmo intitulou o libelo:

‘A Vida de João Cândido ou o Sonho da Liberdade’.”⁵²

⁵¹Depoimento dado a Edmar Morel por João Cândido. In: Morel, Edmar – “A Revolta da Chibata”; 4ª edição, Rio de Janeiro, Editora Graal, 1986. pp. 179-180.

⁵²Tais escritos foram destruídos quando da volta de João Cândido a cadeia. Op. cit. p.185.

Foram implicados no total pelo Conselho de Guerra 70 marinheiros, os quais apenas 10 continuavam presos no Batalhão Naval. Os 60 marinheiros que faltavam foram dados pelo processo como: “*desaparecidos, excluídos, inexistentes, estraviados, falecidos por ensolação, fuzilados*”⁵³. Entrando nessa contabilidade as vítimas da masmorra do Batalhão Naval e do *paquete Satélite*. O julgamento foi iniciado no dia 2 de outubro de 1911 e terminou em 1º de dezembro de 1912. Havendo tentativas do Presidente da República conceder nova anistia aos marinheiros presos se os oficiais responsáveis pelo bombardeamento de Manaus fossem incluídos no decreto, oferta não aceita pelo Congresso Nacional.

O Governo Federal intentou com o *Satélite*, com a masmorra do Batalhão Naval e o longo julgamento quebrar toda e qualquer iniciativa para futuras rebeliões dos subalternos militares. Utilizando-se de métodos violentos, cruéis, os quais provocaram grande sofrimento e mortes desnecessárias, para a manutenção da paz e ordem almejadas. “Recuperando” a honra e a glória perdida pelo próprio governo e por sua Marinha de Guerra.

A Revolta da Chibata de 1910 foi um movimento incômodo demais para a ordem social vigente no país. Sendo que a grande repercussão favorável aos marinheiros responsáveis, tanto na imprensa quanto entre os segmentos sociais mais baixos, por sua sublevação e pelo desfecho inicialmente a favor dos revoltosos, desagradou a maior parte dos setores da oficialidade, das elites e do próprio governo central.

Os marinheiros pertenciam às consideradas “classes perigosas”⁵⁴, alvos preferenciais da política “civilizatória” do país desde a época do Brasil Império. Representando a vitória dos marinheiros, mesmo que parcial, uma vívida ameaça a todo um conjunto de práticas sociais vigentes e perpetradas por séculos, remontando, por assim

⁵³ Op. cit. p. 196.

⁵⁴ Os marinheiros eram basicamente homens provenientes dos setores mais baixos da sociedade e em geral negros ou mulatos representando tudo o que era considerado atrasado e indesejado pelos setores dominantes da sociedade brasileira.

dizer, ao Brasil Colônia. Práticas sociais denunciadas na época por escritores malditos nos círculos literários dos setores dominantes do Rio de Janeiro, como Lima Barreto.

A revolta e a anistia dos revoltosos representou assim um grande risco de desestruturação das bases sociais que alicerçavam o país, de acordo com a visão dos segmentos mais conservadores da nação. A modificação, imediata ou não, da estrutura militar da Armada Nacional, forçada por imposições de praças sublevados, era uma humilhação e inversão de papéis inadmissível, imposta pelo “incivilizado” povo de nossa terra aos setores dominantes. Essa visão dos setores dominantes estava expressa no projeto, supostamente posto em prática na Marinha de Guerra àquela época, que tratava da “civilização” dos subalternos e que foi encampado por seu antigo Ministro Almirante Alexandrino de Alencar. Os setores dominantes se consideravam assim no dever e na obrigação moral de “elevar” o espírito dos segmentos mais baixos da sociedade.

No caso específico do Corpo de Marinheiros, a personificação desta estrutura foram os códigos penais e de conduta impostos a seus integrantes. Onde a “educação” do subalterno passava necessariamente pelo respeito total à classe dominante sob pena de castigos corporais que remontavam à escravidão. Mantendo indivíduos em condições degradantes, apesar da nova conjuntura nacional e até internacional que cercavam e permeavam a visão de mundo dos mesmos. Tendo eles se utilizado dos discursos anteriormente feitos a época da Abolição, da Proclamação da República e das próprias campanhas políticas existentes. Ocupando de certa forma a posição que “cabia” aos segmentos mais ilustrados e ricos da nação.

Portanto, o Governo Federal, a Marinha e demais grupos ameaçados com o tamanho das proporções alcançadas pela revolta da frota de guerra sentiram-se impelidos ao embate com os subalternos anistiados pelo Congresso Nacional. O artifício utilizado foi a onda de boatos lançados dentro das guarnições da Armada, estimulando o medo e a indisciplina por parte dos marujos. O intuito não era apenas resgatar a “honra, a glória, o prestígio político” da Marinha e do governo juntamente com o restauro da hierarquia militar, mas desestabilizar uma união que tinha se reforçado com a Revolta. Era fundamental reafirmar

toda uma estrutura social que perdurou, com pequenos ajustes, ao longo da história do país. Estrutura que legitimava quase todos os tipos de abuso e humilhações para com as classes sociais menos favorecidas, que foi mantida e reafirmada, mesmo que os abusos tivessem sido contidos ou falseados.

Visando assim recuperar todo o *status* que lhe era cabido, o governo, como representante dos interesses particulares da classe dominante, se valeu de todos os subterfúgios ao seu alcance. Maltratando e matando todo aquele que um dia ousou lutar por seus direitos por meio da Revolta da Chibata. Sujando suas instituições com o sangue de inocentes vítimas e dando à história do Brasil mais um capítulo de supressão violenta de movimentos populares, que tinham apenas objetivos de alcançar uma vida mais digna e menos sofrida.

Capítulo 2:

O Movimento da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) de 1964

2.1) Considerações Iniciais

Neste capítulo será abordada a segunda das sublevações dos marinheiros, propostas neste trabalho, a Revolta da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMNFB) deflagrada no final do mês de março do ano de 1964. Não se resumindo apenas à esfera militar e suas questões indo dialogar com esferas diferentes ou estranhas a hierarquia da Marinha de Guerra. Adentrando no campo de disputa de projetos políticos polarizados existentes na sociedade brasileira. O movimento da AMNFB possibilita outro viés de análise dos projetos de país existentes em meados dos anos 60 e da própria participação dos marinheiros como atores políticos legítimos no processo de disputa por novos espaços e mesmo de uma nova estrutura social para o Brasil. O levante durou apenas poucos dias, de 25 a 27 de março de 1964, tornando-se um movimento marginalizado tanto pela setores conservadores quanto pelos setores mais progressistas da sociedade. Os primeiros justificaram seus planos golpistas com base na quebra de hierarquia militar dos sublevados engendrando o golpe civil-militar de abril de 64, os últimos colocaram boa parte da culpa da instauração da ditadura militar nos marinheiros e fuzileiros navais da AMFNB. Engendrando por algum tempo uma série de análises onde a busca para a compreensão do

real papel da AMFNB e sua revolta não eram contempladas, feitas provavelmente ainda sem um distanciamento histórico necessário. Atualmente surgem novas análises sobre o tema, em que se almeja uma compreensão da AMFNB, podendo ser citado o historiador Flávio Rodrigues ou o livro de memórias de Pedro Viegas, um ex-associado da AMFNB.

2.2) Contexto

Para melhor abordar o surgimento da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e de seu movimento se faz necessário contextualizar o período histórico. Um histórico que perpassasse mesmo que superficialmente as esferas civil e militar que engendraram tal contexto. O Brasil estava sob o regime democrático desde 1946, também denominado por alguns como período da democracia populista. Após quinze anos de Getúlio Vargas no poder há alternância de presidentes eleitos⁵⁵. O cenário internacional estava polarizado entre os países capitalistas liderados pelos Estados Unidos e os países socialistas liderados pela União Soviética. O Brasil estava alinhado com o bloco capitalista liderado pelos Estados Unidos, mas dentro do painel da Guerra Fria todo e qualquer espaço de influência era muito disputado por esses dois blocos. Havendo por tanto estímulos dos mais diversos para se ampliar as áreas de influência tanto do lado capitalista quanto do lado socialista. Demonstrações disso são a Revolução Chinesa (1949), a guerra da Coreia (1950-53) e a Revolução Cubana (1959). Outro fator importante internacionalmente e nacionalmente, mesmo que em menor escala, foi a modificação do acesso aos bens de consumo:

“As décadas de 1950 e de 1960, ou a ‘era de ouro’ nas palavras de Hobsbawm, assistiram a uma explosão do consumo e da produção no ocidente.” (...) “A mudança nos padrões de consumo transformou definitivamente a vida cotidiana das pessoas naqueles idos da década de 1960. A facilidade cada vez maior de crédito, nos países ocidentais, possibilitou o acesso, mesmo dos mais pobres, a bens de consumo duráveis, como o automóvel, ou a casa própria, ou até a bens de consumo não-duráveis como o radinho de pilha, transistorizado e miniaturizado, e a tantos outros produtos que passaram a poder ser transportados de um lugar a outro. (...) Aproveitando a conclusão de Eric Hobsbawm: ‘em suma, era agora possível o cidadão médio desses países [incluimos o Brasil] viver como só os muito ricos

⁵⁵ Foram eleitos presidente Dutra, Getúlio Vargas, Juscelino Kubitschek e Jânio Quadros.

tinham vivido no tempo de seus pais – a não ser, claro, pela mecanização que substituíra os criados pessoais.”⁵⁶.

Em relação às Forças Armadas brasileiras neste período existem, de acordo com alguns historiadores, várias correntes que iam desde grupos mais progressistas a grupos mais conservadores politicamente. Tais grupos podem ser dividido a grosso modo em três: os conservadores, nacionalistas e reformistas. Dentro do espectro mais conservador havia ligação maior com a estrutura militar estadunidense. Tal proximidade se deveu a convivência da Força Expedicionária Brasileira (FEB) com os militares estadunidenses que comandavam as operações contra o nazi-fascismo na Itália. Parte do oficialato brasileiro “... verificando o atraso tecnológico do país, passou a postular a abertura da economia e a aproximação política e econômica com os EUA”⁵⁷. Desse grupo de oficiais se originou a criação em 1948 a Escola Superior de Guerra - ESG⁵⁸. Podendo-se até citar uma passagem do historiador João Roberto Martins sobre qual era a visão dentro da ESG sobre o papel do Brasil no cenário mundial:

“Já em 1952, o então coronel Golbery do Couto e Silva definia a situação mundial, criada a partir da intensificação do conflito entre EUA e URSS como um cenário de ‘bipolarização rígida do poder no campo internacional’ e decrescente ‘antagonismo entre Ocidente cristão e Oriente comunista’. Nessa situação, a condição humana testemunharia o agravamento do antigo dilema hobbesiano que opunha liberdade e segurança. A única garantia de segurança seria o fortalecimento do poder nacional. O sistema de relações internacionais em que dominavam duas potências tornava obrigatório para o Brasil vencer as veleidades isolacionistas e aceitar o bipolarismo como único solo onde nosso poder nacional tinha que ser cravado. De tal maneira, na teoria geopolítica que surgiu junto com a ESG, o destino do Brasil estava indissolúvelmente ligado ao destino do Ocidente e a soberania nacional só seria defendida numa guerra sem tréguas à sua principal ameaça: o Império Universal da URSS”⁵⁹

Denota-se um caráter altamente anticomunista e de alinhamento automático com as posições tomadas pelos Estados Unidos e seu bloco aliado. Sendo contrária a qualquer

⁵⁶ RODRIGUES, Flávio L. – Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64. – São Paulo: Cortez, 2004. pp.21 e 23.

⁵⁷ RODRIGUES, Flávio L. – Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64. – São Paulo: Cortez, 2004. p.28.

⁵⁸ Para aprofundar a discussão recomendo a leitura do texto de MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e a política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) – O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003. (pp. 97-126)

⁵⁹ Idem, ibidem, p. 108.

posicionamento internacional independente, neutro ou diferente dos interesses do bloco estadunidense. Tendo tal posição política correspondente no setor civil na figura da União Democrática Nacional – UDN, que muitas vezes propôs a tomada do poder pelos militares para pôr tal aliança com os EUA em prática durante este período democrático. O alinhamento aos Estados Unidos e à UDN era o desejo do setor mais conservador das Forças Armadas não sendo a princípio totalmente viável devido à existência dos setores nacionalista e progressista, pelo menos até o conturbado ano de 1964. A corrente nacionalista se pautava por defender a soberania nacional, respeitar e manter a ordem vigente. Sendo contrária à influência e/ou intervenção estrangeira nas questões nacionais, para alguns historiadores seria o grupo de maior tamanho. A última corrente dita progressista se alinhava com os setores mais a esquerda do espectro político nacional defendendo reformas para o país.

A sociedade civil brasileira fervilhava com demonstrações de maior participação política de seus diversos setores através de inúmeras associações que surgem neste período. Os movimentos sociais crescem, bem como novos atores sociais surgem, ou ressurgem, se mobilizando. O ambiente de mobilização popular mostra sua força, por exemplo, quando do suicídio de Getúlio Vargas, contrariando as aspirações políticas de tomada do poder central por grupos políticos contrários ao presidente, como a UDN:

“Na capital da República, a notícia do suicídio de Vargas detonou na população um profundo sentimento de revolta e amargura. Grupos de populares, indignados, passaram a percorrer as ruas do centro da cidade com paus e pedras. Dirigiam seu rancor particularmente contra todo e qualquer material de propaganda política da oposição. Os símbolos políticos mais visados, e destruídos com fúria, eram dos candidatos da UDN. Grupos percorreram as ruas do centro da cidade ateando fogo no material de propaganda política das oposições.”⁶⁰

As revoluções na China e em Cuba, que instauraram o socialismo também estimulam a crença dos setores mais à esquerda do espectro político nacional de que seria viável uma revolução brasileira. A crença na possibilidade de modificar por completo o país era grande e não se restringia apenas ao campo da atuação política. Prova disso pode

⁶⁰ FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) – O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003. p.310.

ser observada no campo cultural com a criação do Centro Popular de Cultura (CPC) da União Nacional dos Estudantes (UNE), que tinha entre outros objetivos a conscientização política do povo brasileiro através de sua arte engajada⁶¹. Havia, portanto, no país e no cenário internacional uma intensa disputa entre a direita e a esquerda com os seus respectivos projetos de sociedade, sendo que no decorrer deste período, de 1946 – 1964, o Brasil foi ficando cada vez mais radicalizado, tornando um confronto mais direto entre conservadores e progressistas uma questão de tempo.

Isso significou, dentre outras coisas, tentativas de desestabilização de governos por interesses contrários à ordem vigente. A ponto de por diversas vezes a democracia brasileira ficar ameaçada. Exemplos disso são: 1) O então presidente eleito Getúlio Vargas em 54 cometer suicídio devido à crise política:

“Nos jornais, generais, brigadeiros e almirantes eram incitados a derrubarem Vargas da presidência da República. A Aeronáutica tomou à frente o inquérito [sobre o atentado sofrido por Carlos Lacerda na rua Toneleiros] para desvendar o crime. O grupo encarregado das investigações, pela total liberdade de ação, ficou conhecido como ‘República do Galeão’. Nesse momento, a oficialidade da FAB se encontrava em estado de rebelião contra o presidente, exigindo a sua renúncia. A marinha, arma tradicionalmente hostil a Vargas, encampou a tese, ao lado de diversos generais do Exército (Wainer, 1988,p.202). Em reuniões, militares indignados pregavam o golpe sem rodeios. Em 11 de agosto, no Clube da Aeronáutica, oficiais superiores e subalternos das três forças discutiam livremente os rumos a tomar. Centenas de militares, sob a presidência do brigadeiro Eduardo Gomes, ouviram de vários colegas de farda discursos inflamados de pregação do golpe. Não casualmente, no dia anterior, um dos mais renomados políticos da UDN, o sr. Otávio Mangabeira declarou: ‘A Nação está exausta de tanta humilhação e sofrimento. Somente as Forças Armadas podem acudir o país. Unamo-nos como um só homem a seu redor, pondo nelas a toda a confiança, obedecendo ao seu comando, como se estivéssemos em guerra.’”⁶².

2) A posse de Juscelino Kubitschek em 56 ficar ameaçada havendo um contra-golpe preventivo por parte do general Henrique Lott para garantir a posse do presidente eleito e do seu vice João Goulart:

⁶¹ Para maiores aprofundamentos sobre o tema ler o livro *Em busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv* de Marcelo Ridenti citado na bibliografia.

⁶² FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) – O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003. p.308.

“Após a vitória de Juscelino e João Goulart, desencadeou-se uma campanha contra a posse. No início de novembro de 1955, faleceu o presidente do Clube Militar – general Canrobert Pereira da Costa, um dos mais destacados conspiradores contra Getúlio. Em um oração fúnebre, pronunciada no enterro de Canrobert, o coronel Bizarria Mamede, um dos signatários do memorial dos coronéis, fez o elogio do morto. Atacou os interessados em defender uma ‘pseudolegalidade imoral e corrompida’ e chamou de ‘mentira democrática’ um regime presidencial que concentrava nas mãos do Executivo uma vitória da minoria. A referência à eleição de Juscelino era óbvia”⁶³.

3) quando da renúncia do presidente Jânio Quadros em 61 as forças conservadoras civis e militares tentaram impedir a posse do vice João Goulart sendo apenas impedidas por uma grande mobilização da sociedade e pela *Campanha da Legalidade* encampada pelo então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola com grande repercussão no cenário político nacional:

“Ao final da tarde do mesmo dia [25.08.1961], as primeiras manifestações de rua surgiram em Porto Alegre. Com o apoio de alguns coronéis e generais alocados em postos-chaves no estado do Rio Grande do Sul, e mais o protesto popular, o governador deu início ao movimento conhecido como Campanha da Legalidade. No dia 26, o país amanheceu em estado de sítio não oficial e Mazzilli surgiu como preposto de uma junta militar”⁶⁴

O vice João Goulart toma posse com presidente da República após negociações que transformaram o regime político brasileiro de presidencialista em parlamentarista dissolvendo-se o governo provisório contrário à posse de Jango. Governo composto pelo presidente da Câmara de Deputados Ranieri Mazzilli apoiado pelos ministros militares que visava evitar Jango ser empossado como presidente. Contrariando a Constituição vigente na época, que assegurava o direito de posse do cargo de presidente da República ao vice-presidente eleito⁶⁵. A saída negociada para evitar maiores convulsões sociais foi selada no Uruguai:

⁶³ FAUSTO, Boris. “O período democrático: 1945-1964”. In: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 1995. p421.

⁶⁴ FERREIRA, Jorge. “Crises da República: 1954, 1955 e 1961”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) – O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003. p.327.

⁶⁵ Na época o processo eleitoral para eleição de presidente e vice-presidente não era chapa única, significando a possibilidade de eleição de um presidente de um partido, ou coligação, e o vice-presidente de outra. Era o que exatamente tinha acontecido com Jânio Quadros e João Goulart.

“Com o avanço das forças legalistas, no dia 31 de agosto [de 1961] o vice-presidente João Goulart desembarcou em Montevidéu. Na capital uruguaia, encontrou-se com Tancredo Neves. Ali iriam pactuar a emenda do parlamentarismo. Mesmo contrariado com a diminuição de poderes, Goulart aceitou o acordo.”⁶⁶

Haveria ainda um plebiscito a ser realizado em 1963 para a continuidade ou não do sistema parlamentarista no país. Então João Goulart assume a presidência e tem como primeiro-ministro Tancredo Neves. Todavia em meados do ano de 1962 Tancredo acabou por renunciar ao cargo. Com a dificuldade de indicação de um nome que agradasse o Congresso Nacional e os setores mais progressistas da sociedade, criou-se o cenário ideal, com sucessivas crises, para a antecipação do plebiscito: “[...] o Congresso aprovou a antecipação do plebiscito para 6 de janeiro de 1963.”⁶⁷ O resultado do plebiscito foi a volta do regime presidencialista restituindo os antigos poderes legais do presidente da República. Jango toma posse com um plano de governo reformista com a sociedade dividida em seus interesses e polarizada em dois pólos, o conservador e o progressista. Tendo como base o pensamento sócio-econômico desenvolvido a partir dos anos 50 pela Comissão Econômica para a América Latina e Caribe (CEPAL) e do Instituto Superior de Estudos Brasileiros (ISEB) que teorizavam sobre uma nova categoria de pensamento sobre os países latino-americanos, dentre eles o Brasil. Lançando bases para o nacional-desenvolvimentismo dentro e fora do país.

Nesse contexto histórico conturbado, que vai além da esfera militar, é que surge a Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMNFB no início dos anos 60. A AMFNB e seus associados podem ser postos dentro da corrente mais progressista das presentes nas Forças Armadas, envolvida com reformas, para desagrado da corrente mais

⁶⁶ FERREIRA, Jorge *Crises da República: 1954, 1955 e 1961* IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 335.

⁶⁷ _____ *O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964* IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 359.

conservadora. Havia na época uma clara polarização da sociedade brasileira como um todo ao redor de basicamente dois projetos de país: um mais conservador e outro mais reformista. Polarização a qual tem intensa participação da sociedade como um todo em prol de algum dos dois projetos. Os conservadores, que se alinhavam com o alto oficialato afinado com os EUA e com a UDN e vinham há tempos tentando tomar o poder muito caro às pretensões de estruturar o país longe da “ameaça” do comunismo. Os progressistas se alinhavam com o governo de João Goulart por este adotar como suas propostas de reformas de base, demandas dos setores nacionalistas e de esquerda, das quais constavam as reformas agrárias, administrativa, bancária, fiscal, urbana e universitária, além do voto dos analfabetos e dos subalternos militares:

“É fácil perceber que as reformas de base não se destinavam a implantar uma sociedade socialista. Eram apenas uma tentativa de modernizar o capitalismo e reduzir as profundas desigualdades sociais no país, a partir da ação do Estado. Isso porém implicava uma grande mudança à qual as classes dominantes em geral, (...)”⁶⁸

Em outras palavras:

“As reformas de estrutura, que se convencionou chamar de reformas de base, tornaram-se o tema dominante da política brasileira, nos últimos [1962-63] do governo João Goulart, não porque se tivessem convertido no assunto principal dos comícios públicos, da pregação da esquerda, dos editoriais de imprensa ou dos discursos parlamentares, mas por serem exigências ou necessidades objetivas do processo de desenvolvimento deflagrado no País.”⁶⁹

Então o governo João Goulart em seu plano de governo intentava aplicar uma série de medidas que vinham de encontro aos anseios históricos de diferentes grupos sociais, como estudantes, trabalhadores urbanos, trabalhadores rurais. Angariando a simpatia de setores mais progressistas, mas com isso aumentou as cobranças pela a rápida aplicação das reformas. Os setores mais conservadores, afinados com todo um ideário contrário a mudanças profundas na estrutura social e econômica do país, também aumentam a pressão sobre Jango fortalecendo cada vez mais alianças com setores militares descontentes com o governo federal. Os militares mais uma vez são atores importantes no cenário político e social do país, sendo que desta vez os oficiais das Forças Armadas brasileiras tiveram a

⁶⁸ FAUSTO, Boris. “O período democrático: 1945-1964”. In: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 1995. p.448.

⁶⁹ CORBISIER, Roland *Lógica e cronologia das reformas* IN: : MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de (orgs.) O Brasil de João Goulart: um projeto de nação Rio de Janeiro: PUC - Rio: Contraponto, 2006, p. 147.

companhia dos suboficiais e demais subalternos, cada qual com seus interesses e visões sobre os rumos do país.

2.3) A fundação da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMNFB

A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB foi fundada em 25 de março de 1962 com registro em cartório de notas na cidade do Rio de Janeiro e com sua primeira diretoria já composta (que tinha um viés mais reivindicatório do que político). Para melhor tratar de sua fundação pode-se recorrer ao historiador Flávio Rodrigues, que em seu livro *Vozes do Mar*⁷⁰, fez uma série de entrevistas com antigos associados. As primeiras conversas sobre a necessidade de uma associação que assistisse os marinheiros fora do ambiente de trabalho foram iniciadas ainda no ano de 1961. Ainda segundo ele, teriam sido iniciadas por um grupo de marinheiros que nas horas de folga freqüentavam o Centro Pró-Melhoramento de Oswaldo Cruz, clube civil localizado no bairro de mesmo nome na cidade do Rio de Janeiro. Vale à pena lembrar que de acordo com os estatutos militares vigentes era vedada a criação de qualquer tipo de agremiação por parte dos subalternos das três Forças Armadas. Apesar disso, inicialmente a Administração Naval não reprime de maneira direta a Associação, apesar de ter conhecimento da existência da mesma. Voltando à fundação da AMFNB, a sua criação foi:

“...cercada, contudo, por uma disputa velada, habilmente administrada por João Barbosa de Almeida. Segundo Antonio Duarte existiam ‘dois partidos’. O primeiro apoiado por marinheiros dos navios, ou ‘embarcados’ na esquadra e na Força de Transporte da Marinha [de Guerra] que eram ‘mais combativos, ativistas, partidários de organização de caráter militar’. Queriam a formação de comitês nos vários navios e unidades terrestres, aos moldes daqueles da época de João Cândido. (...). Estavam na oposição durante a vigência da diretoria dirigida por João Barbosa. O segundo ‘partido’, representado por João Barbosa e pelo grupo de Centro Pró-Melhoramento de Oswaldo Cruz, se constituía de soldados cuja vida social era mais tranqüila.”⁷¹

⁷⁰ Livro já citado e com referência completa na bibliografia.

⁷¹ RODRIGUES, Flávio L. – *Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64*. – São Paulo: Cortez, 2004. pp. 64-65.

A primeira diretoria da AMFNB é, portanto, presidida por João Barbosa e pelo grupo proveniente do Centro de Pró-Melhoramento de Oswaldo Cruz, mas fica clara, com a citação acima, uma disputa de dois grupos diferentes. Significando sentidos e formas de atuação distintas para a AMFNB na sua origem, dando margem a outros anseios dos marinheiros e fuzileiros navais a princípio não satisfeitos com a primeira diretoria. Aqui cabe um parêntese; é que já no início, na AMNFB, não aparece a figura do seu segundo presidente José Anselmo dos Santos⁷² como figura de destaque nas discussões. Em parte, a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) teve posteriormente seu nome e sua história, bem como de seus integrantes, e em especial sua segunda diretoria, uma imagem negativa devido à atuação de Anselmo junto à repressão da ditadura militar instaurada logo a seguir. Maculando, por assim dizer, todo o movimento da AMFB por associação a Anselmo, sem comprovação de o mesmo ser já naquela época agente infiltrado dos interesses dos setores conservadores. Condenando o movimento da AMFNB e seus associados ao histórico posterior de José Anselmo em sua atuação política durante o regime militar instaurado em 1964.

Seria interessante, todavia saber um pouco sobre a origem dos marinheiros e fuzileiros navais da Marinha de Guerra neste período. Assim, pode-se melhor entender a necessidade que um grupo destes homens tenham tido para fundar sua própria agremiação. Os historiadores que tratam das Forças Armadas indicam que a maior parte dos homens que sentaram praça⁷³ na Marinha de Guerra eram de origem humilde e provenientes do Nordeste. O ingresso em uma das três Forças Armadas era uma oportunidade única para maioria daqueles homens que viviam em locais que não ofereciam muitas opções ou acesso a estudo, a trabalho e ascensão social (mínima que fosse). Encantando por assim dizer muitos jovens humildes devido à possibilidade de crescimento pessoal e de conhecer novas realidades através do engajamento. Isso ocorria devido à propaganda que as Forças Armadas faziam para atrair homens para os seus quadros, se mostrando como uma boa opção para uma vida melhor, e possivelmente era.

⁷² Posteriormente conhecido por “cabo” Anselmo, patente que nunca chegou a obter, pois quando presidente da AMFNB ainda era marinheiro.

⁷³ Termo utilizado para designar o alistamento numa das Forças Armadas, no caso a Marinha de Guerra brasileira.

Quando adentravam a estrutura da Marinha de Guerra, os praças eram treinados de maneira a satisfazer a necessidade de demanda de pessoal. Os cursos oferecidos tinham caráter prático e teórico, todos ligados ao ofício a ser realizado dentro da marinha de Guerra. Contudo, de acordo como Flávio Rodrigues, tais cursos acabavam por não satisfazer plenamente as necessidades profissionais e mesmo pessoais dos futuros subalternos. Devido, por exemplo, à falta de possibilidade de continuar o aprimoramento de forma satisfatória, a maior parte dos marinheiros não alcançava patentes mais elevadas na hierarquia militar. Para alcançar essas patentes os marinheiros precisavam contar ainda com os oficiais que muitas vezes dificultavam o máximo possível tais anseios, computando faltas dos subalternos e inviabilizando os estudos para admissão em cursos mais avançados dentro da Marinha de Guerra. Apenas os marinheiros lotados em terra encontravam um pouco mais de facilidade para empreender tal tarefa.

Existe mais outra componente importante a ser salientada: a imagem geral dos marinheiros existente fora do nordeste do país. Ao chegar ao Rio de Janeiro sede da Esquadra da Marinha de Guerra, os marinheiros provenientes em sua maioria do nordeste tinham um verdadeiro choque. Pois diferentemente do que muitos podiam imaginar em suas terras natais, eles encontravam praticamente a mesma imagem cristalizada desde os tempos de fundação da Marinha de Guerra do Brasil. O que significava serem tratados como o que havia de mais vil e sujo na sociedade, estando sempre associados à marginalidade e às zonas de prostituição. Além disso, a composição étnica dos subalternos era em boa medida de negros e mestiços, que, historicamente falando sempre foram alvos de preconceitos sociais dos mais diversos tipos. Em outras palavras, ao invés de terem uma grande oportunidade de ascensão social e de serem respeitados pela função que exerciam, os jovens marinheiros, ao sentarem praça, sofriam com o tratamento recebido. Tratamento esse que não ficava restrito apenas no convívio com a sociedade civil; o oficialato da Marinha de Guerra de uma maneira geral também não tinha em boa estima seus subalternos. Engendrando uma série de conflitos menores dentro das guarnições militares, principalmente no tocante a faltas cometidas pelos marinheiros, que era o instrumento pelo qual a hierarquia era mantida pelo oficialato. Oficialato que, de acordo com relatos dos

marinheiros, usava de tal expediente de maneira arbitrária punindo por faltas muitas vezes inexistentes. Para agravar ainda mais as tensas relações entre oficiais e marinheiros a Marinha de Guerra brasileira adquire novo maquinário de guerra junto à Grã Bretanha, aumentando a necessidade de uma maior qualificação técnica do Corpo de Marinheiros. Qualificação que pela estruturação dos cursos de formação continuada existente na época não estava sendo feita de maneira ampla como era necessário. Outras questões também eram levantadas pelos marinheiros como a melhoria do soldo, poder vestir-se à paisana quando de folga (devido ao estigma social sofrido pelos marinheiros), permitir casamento aos marinheiros mais rasos e ter direitos políticos (votar e ser votado, como ocorria com os oficiais militares).

Por conseguinte denota-se uma necessidade crescente por modificação da estrutura militar de acordo com as necessidades de seus subalternos. Agregando as demandas dos quadros rasos da Marinha de Guerra têm-se as justificativas para o início das conversas sobre a fundação de algum tipo de agremiação para se discutir e buscar soluções para as mesmas. Já que, apesar de ser vedada a participação dos subalternos militares rasos, todos os outros militares tinham esse direito como os taifeiros, sargentos, suboficiais e oficiais militares. Então a AMFNB, apesar de seu esforço de diálogo com a Administração Naval e com a Marinha de Guerra como um todo, desde o início foi considerada irregular.

2.4) A primeira e a segunda diretoria da AMFNB

A primeira diretoria da AMFNB, presidida por João Barbosa e o grupo do Centro de Pró-Melhoramento de Oswaldo Cruz, buscou reconhecimento da própria associação junto a Administração Naval além de ter uma série de reivindicações a serem satisfeitas:

“Várias foram as atividades da primeira diretoria da AMFNB. Em entrevista ao primeiro número do *A Tribuna do Mar*, o presidente João Barbosa de Almeida listou algumas: assistência médica – ginecológica, de ambulatório, clínica e análise; distribuição gratuita de remédios; assistência jurídica : contratação de quatro advogados; convênio com agências de viagens da Guanabara (para facilitar as visitas dos marinheiros aos seus familiares), com a Associação como ‘fiadora’;

criação de cursos de português e matemática para preparar os candidatos para a promoção de sargento; curso de inglês e taquigrafia; criação de carteira de pecúlio para auxílio funerário e prêmio à natalidade (não especificado).”⁷⁴.

Para realizar essas tarefas a AMFNB, de acordo com os depoimentos tomados por Flávio Rodrigues, contou com o auxílio de assistente social italiana, radicada no Brasil desde 1940, chamada Érica Bayer In Roth que trabalhou na AMFNB durante a vigência das duas diretorias, denotando uma busca por apoio dos marinheiros em setores sociais fora da esfera militar:

“Dessa forma, Roth iniciou a estruturação da associação para que ela suprisse as necessidades de seus associados. Foram criadas as diversas seções: seção de saúde, criando o programa Pró-Mater de ajuda às gestantes; seção de educação, concretizando um convênio com a Secretaria de Educação do Estado da Guanabara, que permitia que a AMFNB utilizasse a escola estadual no período noturno para ensinar matemática e português à marujada; seção da família entre outras. ‘Pouco a pouco conseguimos com o nosso trabalho aumentar o número de filiados de 300 para 3 mil. Acredito que este desenvolvimento foi possível em virtude de estarmos conseguindo preencher as necessidades dos próprios associados. Então o desenvolvimento aconteceu em todos os sentidos e aconteceu no último sentido, que é o sentido político. Eles tomaram posição’, referindo-se à posição política, de esquerda, seguida pelos integrantes da associação marinheira.”⁷⁵

Por essas passagens verifica-se que os marinheiros em sua Associação, em sua prática cotidiana na Marinha de Guerra reafirmam o que o historiador E.P. Thompson⁷⁶ defende como o processo de formação consciência de classe. Para ele a *classe* não é dada a priori, sendo fruto de uma *consciência* forjada pela posição social do grupo no mundo do trabalho. Pois no mundo do trabalho, a busca por melhorias de vida engendra a *luta de classes*, conformando a consciência de classe e a *classe* propriamente dita. Pondo os associados e posteriormente amotinados como agentes reais do processo político da época. Não sem fruto de interesses estranhos a AMFNB.

⁷⁴ Op. Cit. p.76.

⁷⁵ Op. Cit. p.77.

⁷⁶ THOMPSON, E.P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. 1ª reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

A AMFNB, de acordo com o seu estatuto⁷⁷ surge como uma sociedade de classe⁷⁸, de cunho democrático, podendo todo e qualquer associado participar das atividades e de sua diretoria. Em outras palavras, isso significa não obedecer ao sistema de patentes militares dentro da Associação. Apenas esses pontos seriam suficientes para desagradar a Administração Naval além de vários oficiais. Por primeiro se utilizar da palavra classe, um termo estranho à hierarquia militar, ou melhor, associado a setores de esquerda no Brasil e no mundo. Pois nas Forças Armadas a única distinção aceita oficialmente são as patentes adquiridas ao decorrer da vida na caserna. E por se dizer democrática dando igualdade a indivíduos de patentes inferiores e claro, diferentes podendo haver um marinheiro mandando num cabo dentro da AMFNB situação que nunca poderia ser aceita dentro da Marinha de Guerra.

Bom lembrar que a AMFNB surge no contexto conturbado do ano de 1961, ano no qual o presidente eleito Jânio Quadros renuncia e toma posse seu vice-presidente João Goulart. Para assumir a presidência João Goulart, como já foi dito, contou com o apoio da Campanha da Legalidade do então governador do Rio Grande do Sul Leonel Brizola e do apoio do Terceiro Exército lá sediado. Contudo, João Goulart apenas pode tomar posse tendo concordado com a mudança do sistema de presidencialismo para parlamentarismo, restringindo os poderes do presidente Jango de 7 de setembro de 1961 até o plebiscito de janeiro de 1963. O país cada vez mais se encontrava num cenário de disputas políticas, onde os movimentos sociais ganhavam cada vez mais destaque com personagens políticos atuantes e influentes nos destinos da sociedade. Isso vale tanto para os movimentos progressistas quanto para os movimentos conservadores. Exemplo disso é a Igreja que abriga correntes mais à esquerda participando da UNE e correntes mais à direita. A Igreja Católica da época também adentra nesse embate com o papa João XXIII que convocou um Concílio, onde se propôs uma opção pelos pobres contrária à miséria humana e toda sorte de desigualdades. Engendrando na América Latina e no Brasil o movimento mais engajado social e politicamente de parte do clero, criando-se a *teologia da libertação*.

⁷⁷ O estatuto da AMFNB consta ao fim deste trabalho em parte anexa.

⁷⁸ O termo classe surge possivelmente como maneira de dizer que são uma associação de indivíduos provenientes do mesmo meio do mundo do trabalho.

Dentro desse verdadeiro turbilhão de acontecimentos no país é que a AMFNB é conformada interagindo não apenas com seu meio social ligado ao mundo do trabalho e sim com a sociedade como um todo. Participando de alguma maneira do ideário existente na sociedade de necessidade de mudanças urgentes para o país e não apenas ficando circunscrita à esfera militar. Vários grupos sociais na época estão em plena efervescência lutando por direitos, melhorias nas condições de vida, e por vezes pela modificação das estruturas vigentes no país como o movimento estudantil ou camponês, representado pelas Ligas Camponesas. E sua segunda diretoria refletiu cada vez mais intensamente essa afinidade.

Foi durante a vigência da segunda diretoria da AMFNB que ocorreu o movimento da Associação, quando de seu segundo aniversário a ser comemorado na sede do Sindicato dos Metalúrgicos. O processo de radicalização dos meios civis e militares estava em pleno curso e o discurso reivindicatório da AMFNB passou a incomodar cada vez mais vários oficiais da Marinha de Guerra. A segunda diretoria da associação surge do movimento da oposição à primeira diretoria, a qual acaba por convocar uma assembléia geral para destituição da primeira diretoria e eleição de uma nova que tomou posse na sede da associação em 1º de maio de 1963 de acordo com o relato de Pedro Viegas em seu livro *Trajetória Rebelde*:

“As eleições normais estavam previstas para, mais ou menos, um ano depois. Mas, pelos estatutos, estava assegurado que, em caso de crises como aquela, as eleições poderiam ser antecipadas por decisão de uma assembléia geral para esse fim. 50% mais um dos votos garantiriam essa antecipação”⁷⁹

Sobre a composição da segunda diretoria da AMFNB, o livro de relato de Pedro Viegas e os relatos dos ex-associados existentes na pesquisa de Flávio Rodrigues são categóricos ao afirmar que o posteriormente conhecido “cabo” Anselmo não fazia parte de nenhuma formação de chapa original como presidente da Associação. Os ex-associados relatam que inicialmente outros associados são convidados - como o Moacyr Omena de

⁷⁹ VIEGAS, Pedro *Trajetória Rebelde* - São Paulo: Cortez, 2004, p.45.

Oliveira, Geraldo Costa e Antônio Duarte - e recusam assumir o principal cargo da chapa. Por eliminação chegou-se ao então marinheiro de primeira classe José Anselmo dos Santos lotado no Centro de Instrução Almirante Wandenkolk (CIAW).⁸⁰ Então todo o processo de politização e posterior radicalização com a eclosão do movimento da AMFNB pode ser analisada de outro prisma sem ser o de seu segundo presidente José Anselmo. Fica evidenciado haver outras lideranças com maior prestígio e conseqüentemente influência entre os associados. Aumentando então o caráter político do grupo dirigente e não ficando apenas restrito a Anselmo a responsabilidade das reivindicações e do próprio movimento da AMFNB.

Essa diretoria, sob a presidência de José Anselmo, teve um cunho mais politizado adentrando cada vez mais esferas políticas antes apenas freqüentadas por oficiais militares, sendo mais um motivo de atrito entre os associados e o oficialato da Marinha de Guerra. Continuava ainda atuando pelo reconhecimento da AMFNB junto à Administração Naval e implementando a estrutura elaborada com a assistente social Érica Roth para melhor satisfazer os anseios e demandas dos associados. Ampliando cada vez mais sua atuação a AMFNB dialogou com seus iguais nas outras forças e com grupos da sociedade civil. Isso para a Marinha de Guerra por si poderia ser considerado mais um forte atentado contra a hierarquia militar exigida dos membros subalternos das Forças Armadas. A AMFNB foi além com a participação cada vez maior de seus associados no cenário político nacional, fazendo reivindicações que foram além de questões referentes ao mundo do trabalho, tocando em assuntos como direitos políticos e levantando bandeiras reformistas. A radicalização do discurso e das ações da AMFNB tenciona as relações internas e hierárquicas da Marinha de Guerra brasileira. Nenhuma destas posturas politizadas agrada o Almirantado fazendo com que cada vez mais setores de oficiais ficassem insatisfeitos tornando cada vez mais iminente uma reação contrária, mais incisiva aos marinheiros e fuzileiros associados. Podendo ser destacado uma passagem do livro do ex-marinheiro Pedro Viegas sobre as pressões, mas também sobre os resultados da ação da AMFNB dentro da Marinha:

⁸⁰ Parte das análises mais antigas feitas sobre a AMFNB atrelam e confundem o papel da mesma e de seus associados com o papel que seu segundo presidente teve posteriormente na História junto à repressão do regime militar à luta armada no país, sendo conhecido como “cabo” Anselmo.

“As pressões sobre o Movimento dos Marinheiros cresciam, mas as respostas vinham. Mais e mais marinheiros e fuzileiros engajam-se nele. A radicalização também crescia. E tanto o engajamento como a radicalização não aconteciam apenas pelo que acontecia no interno da Marinha. A fonte de tudo estava na agitação crescente do movimento de massa dos trabalhadores da cidade, do campo e do movimento estudantil, chamando amplas e profundas reformas que deixavam de ser de uma ou outra categoria profissional para ser da maioria da sociedade.”⁸¹

O relato de Pedro Viegas revela a mescla dos anseios por mudanças de vários movimentos sociais organizados bem com da própria AMFNB. As demandas dos marinheiros associados inicialmente estavam atreladas apenas ao labor na Marinha de Guerra mas se inseriram também no conjunto de reformas que a sociedade discutia, pondo os marinheiros dentro da luta pelo programa de reformas de base proposto pelo presidente João Goulart. Pode-se também perceber que o trabalho feito pela AMFNB para apoiar seus associados no tocante à melhoria de condições de vida também surte efeito fazendo que cada vez mais marinheiros e fuzileiros navais procurassem por seus serviços de assistência. Aumentando a atenção sobre a AMFNB e suas ações dentro da estrutura da Marinha.

A situação do governo João Goulart estava cada vez mais instável no ano de 1963, apesar da sua vitória no plebiscito de janeiro. Havia disputas políticas ferozes ao redor do programa de reformas de base e do próprio governo. Os movimentos sociais cada vez mais radicalizados à esquerda, bem como os setores conservadores da sociedade, que eram maioria no Congresso Nacional da época, batiam-se pela manutenção de seus interesses e pela realização de seus projetos de país. Ao fim do ano, após a decisão da Justiça de que os sargentos eleitos em 62 para o Congresso Nacional eram inelegíveis, eclode a Revolta dos Sargentos em Brasília:

“O sargento do Exército Prestes de Paula, presidente do Clube dos Suboficiais, Subtenentes e Sargentos das Forças Armadas e Auxiliares do Brasil, com sede em Brasília, convocou os seus colegas para discutirem formas de protesto. O resultado da assembléia não foi apenas realizar um ‘protesto armado’ mas sim desencadear uma insurreição popular de âmbito nacional. Tomar o poder pelas armas, eis a decisão.”⁸²

⁸¹ Op. Cit. p.49.

⁸² FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) – O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática

Tal movimento foi debelado pelas forças militares legalistas, mas representou mais um abalo ao governo. O ano de 1964 se inicia sob a égide de uma revolta militar subalterna em Brasília que tinha em seus motivos parte da pauta de lutas por mais direitos existentes dentro da AMFB, deixando as Forças Armadas em alerta contra qualquer nova ameaça, aumentando a vigilância sobre os subalternos. Fornecendo ainda mais munição aos setores civis e militares em prol de uma atitude extremada para a volta da hierarquia militar e para que o país não fosse “tomado de assalto” pelos movimentos sociais mais à esquerda, entendidos como herança de Vargas ou como comunistas a mando de Moscou por tais setores. Dentro das Forças Armadas a revolta dos Sargentos e a existência da AMFNB ampliaram o descontentamento do oficialato militar com a participação de seus subalternos em movimentos políticos. A insatisfação corroeu o apoio de setores militares ao governo de Jango enfraquecendo ainda mais o presidente.

2.5) A eclosão do movimento da AMFNB

A AMFNB, desde sua fundação, se tornou alvo de preocupação de diversos oficiais bem como da própria Administração Naval. A Associação e sua segunda diretoria aumentaram o grau de politização, participando ativamente das discussões políticas, ampliando as demandas encampando as reformas de base.. Todavia, boa parte do que a AMFNB defendia era parte da plataforma política defendida pelo líder máximo das Forças Armadas, o presidente João Goulart. O que em última instância não seria quebra alguma de hierarquia, isso se Jango tivesse da maior parte da sociedade brasileira apoio suficiente para fazê-las. Incluindo-se o apoio dos militares divididos em suas próprias correntes internas (conservadora, nacionalista e progressista). Prova que não tinha tal apoio eram as articulações, boatos e ataques ao governo federal em números cada vez maiores presentes nos jornais da época como o Jornal do Brasil, Correio da Manhã, sem falar na Tribuna da Imprensa⁸³. Isso por parte tanto dos conservadores, que o consideravam um representante

– da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003. p.370.

⁸³ Jornal pertencente ao governador pela UDN do Estado da Guanabara Carlos Lacerda.

de Moscou, quanto para os setores mais progressistas que queriam as reformas de base de qualquer maneira. E, após a revolta dos sargentos no final de 1963, em Brasília, aumenta ainda mais a pressão na Marinha de Guerra para enquadrar os marinheiros e sua associação. Devido, dentre outros motivos, à bandeira levantada pelos sargentos por direitos políticos estava dentro das demandas da AMFNB, sendo que se a associação era irregular de acordo com os códigos militares. O cenário político nacional, que já se encontrava conturbado e polarizado, fica mais ainda com a organização e realização do comício de 13 de março na Central do Brasil no Rio de Janeiro: que selaria o apoio dos movimentos sindicais, urbanos e rurais, além da UNE, ao do presidente. Os setores não alinhados ao ideário reformista de Jango reagiram:

“O anúncio do comício mobilizou o movimento sindical e as esquerdas, mas acirrou os ânimos da direita. Uma classe social poderosa mobilizou-se contra as reformas de Goulart: os capitalistas. Com um manifesto de alerta à Nação, fundaram o Comando Nacional das Classes Produtoras, com sede, não casualmente, no estado da Guanabara. Embora a Casa Militar de Goulart, general Assis Brasil, garantisse ter montado um ‘um dispositivo militar’ [a exemplo da Campanha da Legalidade de 61] para sustar qualquer tentativa de golpe, um grupo de coronéis, convencidos de que seus próprios superiores dificilmente tomariam a iniciativa de conspirar contra o presidente, decidiram tomar para si a tarefa. O Estado-Maior das Forças Armadas tornou-se o centro da conspiração, enquanto seu chefe general Castelo Branco, assumiu a liderança do movimento sedicioso.”⁸⁴

Isso ocorre não apenas nos meios militares, mas também nos segmentos mais conservadores, que realizam diversos eventos contrários ao presidente da República e seu governo, como marchas pelos valores tradicionais em várias cidades do país.

No discurso da Central do Brasil, o presidente João Goulart expõe o ideário político do confronto político entre os setores conservadores e progressistas do cenário nacional. Dando por assim dizer maior respaldo para os movimentos existentes na sociedade brasileira em continuar a atuarem em prol de reformas do país:

“[...] Não receio ser chamado de subversivo por proclamar a necessidade da revisão da atual Constituição da República, que não mais atende aos anseios de nosso povo. É antiquada porque legaliza uma estrutura econômica já superada, injusta e

⁸⁴ FERREIRA, Jorge. “O governo Goulart e o golpe civil-militar de 1964”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.) – O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003, p.382-383.

desumana. O povo tem que sentir a democracia que ponha fim aos privilégios de uma minoria proprietária de terras. Quer participar da vida política do País através do voto, poder votar e ser votado. É preciso que nos pleitos eleitorais sejam representadas todas as correntes políticas sem discriminação ideológica. Todos têm direito à liberdade de opinião e a manifestar o seu pensamento. Este é um princípio fundamental dos direitos do homem, contido na própria carta das Nações Unidas. Está nisso o sentido profundo dessa grande multidão que presta manifestações ao presidente, o qual lhe presta conta de seus problemas, atitudes e posições, na luta que vem enfrentando contra forças poderosas, mas confiante da unidade do povo e da classe trabalhadora, que há de encurtar o caminho de nossa emancipação.”⁸⁵

Tomada a decisão de se alinhar mais à esquerda do espectro político nacional, o presidente João Goulart desiste de fazer um governo mais conciliatório para alcançar as reformas que julgava necessárias para o desenvolvimento do país. Esperando ser apoiado não apenas pelos movimentos sociais, mas também pelos setores progressista e nacionalista das Forças Armadas, como havia ocorrido quando de sua posse em 1961 com a Campanha da Legalidade.

Em relação à AMFNB, ela passa a sofrer mais ainda com a repressão da Administração Naval. A Associação teve alguns de seus integrantes transferidos para localidades mais distantes. Além de maior fiscalização das atividades de sua diretoria por parte do serviço de inteligência da Marinha. Podendo ser citado dentro da repressão à suas atividades a proibição dos associados participarem de uma cerimônia na refinaria da Petrobrás, localizada em Duque de Caxias, onde os trabalhadores seriam homenageados pela AMFNB. Como noticiou o jornal *Correio da Manhã* de 21 de março:

“Lotando as dependências do auditório da rádio Mayrink Veiga, grande número de marinheiros, protestou, ontem á noite, contra a atitude do Ministro da Marinha Almirante Silvio Mota, que os impediu de manter contato com os operários da Petrobrás, por ocasião da visita que pela manhã fizeram á refinaria Duque de Caxias. Entre os oradores da reunião figurou o presidente da Associação dos Cabos e Marinheiros, cabo José Ancelmo. O Ministro da marinha, segundo informações daquele marinheiro, impediu a ‘concentração’ considerando-a atentatória á

⁸⁵ GOULART, João. *Discurso de 13 de Março* IN: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de (orgs.) *O Brasil de João Goulart: um projeto de nação* Rio de Janeiro: PUC - Rio: Contraponto, 2006, (p.39).

disciplina. Ontem á noite os marinheiros afirmaram que se alguma punição fosse imposta ao presidente daquela entidade eles também se apresentariam presos”⁸⁶

E o *Jornal do Brasil* de 22 de março de 1964:

“Expectativa de prisão de dirigentes marinheiros reabre crise na Marinha. Nova crise se esboça na Marinha, onde se tem como certa a prisão para as próximas horas, de dirigentes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, [...] Segundo declarações feitas ontem por associados daquela entidade, deverão ser presos os marinheiros José Anselmo dos Santos, Presidente; Marcos Antônio da Silva, Vice-Presidente; e Antônio Duarte, Presidente do Conselho Deliberativo”⁸⁷

Assim os festejos do segundo aniversário da AMFNB acabam por ser proibidos, aumentando a tensão entre os marinheiros e o oficialato representado pela Administração Naval. Por ordem do ministro da Marinha de Guerra Almirante Sílvio Motta, de acordo com o *Jornal do Brasil* de 25 de março de 1964, na véspera das comemorações foi ordenada a prisão de toda a diretoria da AMFNB por terem participado de reunião de cunho político no Sindicato dos Bancários, onde foram discutidas as reformas de base defendidas pelo governo federal:

“O Ministro da Marinha, Almirante Sílvio Mota, decretou, ontem, a prisão dos 12 diretores da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais [do Brasil], por terem participado de reuniões de caráter político, na sede do Sindicato dos Bancários. Seis foram recolhidos, no mesmo dia, ao Quartel da Ilha das Cobras; o restante desapareceu. A pena imposta aos marinheiros é de dez dias, mas a maioria, por ter sido condenada, num período de um ano, a mais de 30 dias de prisão, deverá ser expulsa, incluindo na medida o próprio Presidente da Associação, José Anselmo dos Santos”⁸⁸

Visando a não realização da festa de aniversário na sede do Sindicato dos Metalúrgicos do Rio de Janeiro, o ministro efetuou ainda mais prisões no dia 25 de março, de acordo com o *Correio da Manhã* de 26 de março. O posicionamento da Marinha de Guerra contrário à AMFNB transparece ainda com mais força em matéria publicada no dia da festa dos marinheiros:

⁸⁶ *Marinha impediu Manifestação* IN: *Jornal Correio da Manhã* de 21 de março de 1964, 1º caderno, p.2.

⁸⁷ *Marinheiros Fiéis* IN: *Jornal do Brasil* de 22 de março de 1964, 1º caderno, p.13.

⁸⁸ *Marinha decreta prisão de mais doze e adverte até navios fora do Brasil* IN: *Jornal do Brasil* de 25 de março de 1964, 1º caderno, p.4.

“Ao falar ontem no auditório do centro de Adestramento Almirante Marques de Leão, o Ministro da Marinha Alm. Silvio Mota, exortou a disciplina e o comportamento apolítico que devem ter todos os militares da Marinha. Presentes todos os almirantes que servem no Rio e comandantes dos diversos órgãos daquele ministério, em discurso retransmitido para todos os navios, o titular da pasta da Marinha disse que ‘não cabe ao militar a discussão dos problemas nacionais, embora deva ele estudá-los compreendê-los e acompanhar sua evolução. Estes problemas estão entregues a quem de direito e acreditamos firmemente que sua solução será encontrada dentro de um indispensável ambiente de paz e tranqüilidade.’

Ainda lembrou que a ‘estrutura militar da Marinha e com ela sua hierarquia, vem sendo abalada em seus alicerces, não só por pressões estranhas a seus quadro mas também pelo clima de incompreensão, de insatisfação, de desconforto que se verifica em algum dos nossos navios, órgãos e alicerces”⁸⁹

Apesar dos esforços do ministério da Marinha efetuando prisões e transferências de associados, o que seria inicialmente uma comemoração, uma festa transformou-se numa vigília política, que perdurou do dia 25 ao dia 27 de março, em plena Semana Santa daquele ano. A repressão ao movimento dos marinheiros e fuzileiros associados não tardou. Segundo Pedro Viegas, alguns marinheiros embarcados souberam do movimento e foram prestar solidariedade, mas foram alvejados por oficiais da Marinha postados no alto de alguns prédios. Tal atitude radicaliza mais ainda os marinheiros dentro do Palácio dos Metalúrgicos, de acordo com Pedro Viegas. Segundo os jornais, quando o Corpo de Fuzileiros Navais chegou à frente do prédio, onde estavam amotinados os associados da AMFNB, o mesmo não conseguiu invadir o prédio. Não por incapacidade técnica ou física e sim por vários deles se identificarem com os revoltosos. Tanto que alguns fuzileiros largam as armas e adentram o prédio do sindicato para se juntar ao movimento, atendendo não às ordens do comandante do Corpo de Fuzileiros Navais, e portanto à hierarquia militar, e sim aos apelos feitos pelos associados para a eles se juntarem. Para evitar maiores perdas com deserções, o oficial em comando recolhe o Corpo de Fuzileiros Navais e bate em retirada, admitindo sua derrota frente aos marinheiros. O episódio significou a queda do ministro almirante Silvio Mota e do vice-almirante Cândido da Costa Aragão do Comando Geral de Fuzileiros Navais. Além de revoltar de sobremaneira o oficialato pela quebra de hierarquia e pela falta de capacidade do ministro da Marinha em debelar a revolta da AMFNB. Como fica claro na leitura dos jornais da época:

⁸⁹ *Marinha: Ministro exorta á disciplina* IN: Jornal Correio da Manhã de 25 de março de 1964, 1º caderno, p.1

“O Almirante Aragão, também demissionário, após parlamentar, ontem com os marinheiros e fuzileiros navais que se encontram no Palácio dos Metalúrgicos decidiu enviar para o local um choque de fuzileiros. O choque tinha por fim manter a ordem. Trinta dos elementos da força de policiamento, todavia, passaram a engrossar o movimento dos marinheiros. O Almirante considerando o fato como insubordinação, apresentou sua exoneração do posto e desapareceu. O Almirante Washington Braga indicado para substituir o Almirante Aragão recusou. Foi igualmente demitido de suas funções. Assumiu a chefia do Corpo de Fuzileiros Navais o Almirante Luís Felipe Linay.”⁹⁰

Cabe também dizer que, presentes na festa no Palácio do Aço estavam representantes do governo federal, que atenderam ao convite feito ao presidente da República João Goulart, bem como alguns representantes sindicais. Significando que as festividades na sede do Sindicato dos Metalúrgicos tinham em alguma instância o aceite presidencial, apesar da repressão desencadeada pelo ministro da Marinha para a não realização da mesma. O presidente João Goulart apesar de não comparecer ao enviar representante para o festejo de aniversário da AMFNB demonstra sua opção política pelos setores mais à esquerda da sociedade. Sem contudo comparecer para não estremecer ainda mais suas relações com as Forças Armadas. Outra personalidade marcante presente na festa era o mais famoso dos líderes da Revolta da Chibata, o marinheiro João Cândido, o *Almirante Negro*, o que o Jornal do Brasil de 25 de março, dia da celebração, noticiou assim:

“O marinheiro que comandou a Revolta da Chibata, João Cândido, com 84 anos de idade, afirmou, ontem, que, caso seja convidado, vai comparecer ao Sindicato dos Metalúrgicos, onde se comemora, hoje, o aniversário da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais [do Brasil] [...] – Sou inteiramente favorável às reformas de base – declarou – sei bem que a revolução está nas ruas e que ninguém poderá evitá-la. Por isso a expulsão dos marinheiros não representa nada mais do que o temor do almirantado, que não admite que eles se salientem mais.”⁹¹

⁹⁰ Aragão IN: Correio da Manhã de 27 de março de 1964, 1^o caderno, (p.1 / página alterada).

⁹¹ João Cândido diz que a crise começou em 1910 IN: Jornal do Brasil de 25 de março de 1964, 1^o caderno, p.4.

Com isso a diretoria da AMFNB no mínimo fazia além de uma homenagem a um antigo símbolo heróico dos marinheiros⁹², uma ligação direta com o mais importante movimento de marinheiros que havia existido na Marinha de Guerra nacional. Revolta, que apesar de não tolerada pelos militares, foi em 1910 considerada justa devido à sua pauta de reivindicações e pela maneira como se portaram os marinheiros revoltosos em relação à manutenção da esquadra e no bombardeio de alvos preferencialmente militares⁹³. Sendo tirada uma foto de João Cândido⁹⁴ com o presidente da AMFNB José Anselmo. Tentando assim angariar mais simpatizantes não apenas dentro das fileiras subalternas das Forças Armadas, mas também da sociedade brasileira, principalmente entre os setores progressistas e/ou nacionalistas da população.

Devido à forte repressão sofrida pelos associados nos meses que antecederam as comemorações de aniversário da AMFNB alguns dos associados tomaram algumas atitudes como prevenção, com o envio de um grupo de associados à Câmara de Deputados no dia 24 para conversar:

“Uma comissão de representantes da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais [do Brasil] comunicou, ontem, ao Deputado Ferro Costa que cerca de 20 marinheiros foram presos por ordem do Ministro da Marinha. A comissão reclamou do Deputado da UDN um apoio mais decidido das forças populares, advertindo que não há meios de ‘controlar os associados podendo, à revelia dos diretores, repetir-se nos navios e quartéis a revolta dos sargentos de Brasília’. A mesma comissão que informou à Câmara a prisão dos marinheiros adiantou também, que, com ou sem a presença do Presidente da República dez mil marinheiros vão-se reunir hoje, às 20 horas, para comemorar, no Palácio dos Metalúrgicos, na rua Ana Néri, em São Cristovão, o aniversário da Associação.”⁹⁵

⁹² Apesar da dura repressão que havia na Marinha de Guerra quando se tratava sobre a Revolta da Chibata.

⁹³ Ao contrário do histórico de bombardeio de cidades como Salvador e Manaus ordenados e executados pelo governo central na Primeira República.

⁹⁴ João Cândido, de acordo com os jornais, saiu da sede do sindicato dos metalúrgicos do Estado da Guanabara antes da eclosão da revolta dos marinheiros.

⁹⁵ Na Câmara IN: Jornal do Brasil de 25 de março de 1964, 1º caderno, p.4.

Além de lançar uma nota, assinada pelos diretores da AMFNB no dia 24 de março divulgada na imprensa:

“Em nota oficial lançada, ontem, e assinada por diretores cuja a prisão já havia sido decretada, a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais [do Brasil] acusou o Ministro da Marinha Almirante Sílvio Mota, de construir, com sua indiferença, um clima de intranqüilidade, semelhante ao que antecedeu à Revolta da Chibata, liderada pelo marinheiro João Cândido.”⁹⁶

Foi ainda devido a tais circunstâncias que a festa transformou-se em uma assembléia não-festiva onde foi proposta uma vigília até a soltura dos integrantes da AMFNB presos. A vigília pela liberdade acabou por engendrar mais demandas por parte dos associados. Reivindicou-se o reconhecimento da Associação bem como de bandeiras ligadas as Forças Armadas dentre as quais podem ser citadas: a melhoria do soldo; se vestir à paisana fora do serviço; melhoria das condições de trabalho e de instrução; fim da caderneta de faltas⁹⁷; o direito a matrimônio estendido a todos os marinheiros; o direito de votar e ser votado. Ou como foi relatado na imprensa no dia seguinte:

“Foi agitada a sessão comemorativa do segundo aniversário da AMFN[B]. Realizada ontem, á noite, na sede do Sindicato dos Trabalhadores Metalúrgicos do Estado da Guanabara. O marinheiro José Anselmo, presidente da Associação, fez violento discurso de crítica ás instituições e defesa das reformas de Base. Durante esse discurso, o Ministro da Marinha foi alvo de violentas manifestações hostis pela maioria dos presentes enquanto uma pequena parte pedia silêncio. Na ocasião foi lida mensagem atribuída aos marinheiros presos na ilha das flores por questões políticas. Alguns marinheiros expulsos foram apresentados aos presentes e declaram-se felizes por terem sido banidos da Marinha ‘porque cumpriram com seu dever’. E o deputado Pereira Nunes informou que espera aprovação pelo Congresso na semana que vem, da anistia para todos os implicados no levante de Brasília”.⁹⁸

⁹⁶ *Marinheiro vê em nota velho clima de revolta* IN: *Jornal do Brasil* de 25 de março de 1964, 1º caderno, p.4.

⁹⁷ Consideradas por alguns marinheiros como uma chibata moral em alusão direta ao movimento de 1910.

⁹⁸ *Marinheiros e Fuzileiros Realizam Reunião Agitada* IN: *Correio da Manhã* de 26 de março de 1964, 1º caderno, p.2.

“Disse o Marinheiro José Anselmo em seu discurso:

Nós Marinheiros e Fuzileiros Navais reivindicamos reforma do regulamento disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visem apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB; estabilidade para cabos, marinheiros e fuzileiros; ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de Brasília”.⁹⁹

Percebe-se pelas reivindicações que os marinheiros partem para um discurso mais radicalizado para modificação da relação de trabalho, mas que se fossem acatadas daria a eles além da vitória sobre o oficialato uma participação política mais ativa dentro e fora das Forças Armadas. Assemelhando-se a vários movimentos sociais que lutavam na época por maior participação na vida política intentando profundas modificações estruturais em toda a sociedade brasileira. Para que com isso houvesse real diminuição das injustiças sociais, melhorando significativamente suas condições de vida.

O movimento da AMFNB levou o presidente João Goulart a se reunir com todo o seu ministério no Rio de Janeiro incluindo o então ministro da Marinha Sílvio Mota para solucionar a situação com os marinheiros:

“A partir das 22 horas e 30 minutos de ontem todo o ministério estava reunido no Palácio das Laranjeiras aguardando o presidente João Goulart, para deliberações a respeito da crise surgida na Marinha de Guerra. Ao mesmo tempo já se verificava prontidão geral nas forças Armadas e ameaçaram a circular rumores que seria decretado estado de sítio no País. O Almirantado por sua vez esteve reunido na noite passada no Ministério da Marinha. Ameaçava renunciar se o Ministro Sílvio Mota, que também estava demissionário, tivesse seu pedido de exoneração aceito. Todavia a solicitação do Ministro pedindo demissão de posto, foi recusada pelo Chefe da Casa Civil, que a pediu por escrito. O emissário do Almirante Sílvio Mota transmitiu-lhe as palavras do Chefe da Casa Civil. O Almirante Sílvio Mota compareceu á noite á reunião dos ministros nas Laranjeiras.”¹⁰⁰

⁹⁹ *Reivindicações IN: Correio da Manhã* de 26 de março de 1964, 1º caderno, p.2.

¹⁰⁰ *Crise Militar reúne Ministério IN: Correio da Manhã* de 27 de março de 1964, 1º caderno, (p.1 / página alterada).

Ainda no dia 26 de março os diretores da AMFNB divulgaram um manifesto para a imprensa sobre a revolta e suas intenções demonstrando que as articulações e influências não estão contidas apenas na caserna e sim no cenário político nacional. Ampliando o alcance social do seu discurso para além das questões relativas ao seu mundo do trabalho. Não havendo como negar os revoltosos como atores políticos que foram além da questão corporativista de sua associação se relacionando com todo um ideário progressista existente nos movimentos sociais e partidos políticos da época:

“Em novo manifesto, ontem distribuído, os diretores da Associação dos Fuzileiros e Marinheiros [dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil] assinalam como vitória o fato de terem os fuzileiros navais depositado suas armas na entrada do Sindicato dos Metalúrgicos em represália a concentração dos militares da Marinha. Garantem o seu pacifismo e elogiam a adesão ‘dos companheiros do exército’ e a ‘solidariedade dos militares de Natal, São Paulo, Salvador, Rio Grande do Sul’. Acreditam na vitória, pois ‘esta é uma epopéia que culminará com a reforma dos nossos regulamentos arcaicos dando-nos liberdade de agir ao lado e não contra o povo brasileiro’ As ‘forças nacionalistas’, segundo os manifestantes, estarão unidas pelas reformas de que necessita o País. ‘ Só assim os militares ao lado do povo, ao lado dos seus filhos, lutando pelos direitos mais primários e pelas liberdades mais fundamentais até hoje sonegadas’. E continuam: ‘o nosso ato, unindo-nos aos trabalhadores na data de aniversário da nossa AMFNB, teve profunda importância para a política nacional, para os destinos de nossa pátria. Devemos continuar em nossa trincheira de luta com o pensamento único de que aqui estamos para “deixar a pátria livre ou morrer pelo Brasil”.’”¹⁰¹

O trecho acima do manifesto denota a inserção da AMFNB não apenas com o contexto político existente na época marcando posição mais afinada com as demandas dos movimentos sociais, mas principalmente com o plano de Reformas de Base do governo João Goulart que já havia optado pelos setores mais progressistas após o famoso discurso da Central do Brasil. Prosseguindo com a matéria do jornal *Correio da Manhã* de 27 de março sobre o manifesto e os revoltosos:

¹⁰¹ *Solidariedade aos Marujos Rebeldes* IN: *Correio da Manhã* de 27 de março de 1964, 1º caderno, p.2.

“Por diversas vezes no interior do sindicato dos metalúrgicos foi lida mensagem que teria sido enviada pelos cabos e marinheiros presos na ilha das Cobras, na qual estes acusam a ‘intolerância desenfreada, a prepotência, o abuso do poder de umas poucas mentalidades retrogradadas de apátridas com interesses anti-nacionalistas e anti-povo’ de terem desfechado ‘profundo golpe nos sentimentos democráticos do nosso povo, no mais vergonhoso atentado á dignidade da pessoa humana encarcerando sem qualquer justificativas legais.’ Recriminando ‘a estrutura social e econômica do país em luta contra a espoliação internacional a mensagem conclama os companheiros associados, operário, camponeses, estudantes e intelectuais progressistas, para uma tomada de posição para derrubar definitivamente uma estrutura anacrônica’.”¹⁰²

O discurso dos revoltosos na matéria acima denota uma clara radicalização comparável ao que ocorria na sociedade com as greves feitas pelos sindicatos, as Ligas Camponesas, o movimento estudantil. Os marinheiros adotam no discurso questões que estão além das Forças Armadas por se localizarem dentro dos movimentos sociais, esperando a sua simpatia e apoio. Havia no país todo um clima de confronto entre setores sociais, em outras palavras, estava declarado o embate pela hegemonia na sociedade entre setores mais progressistas e mais conservadores. A revolta da AMFNB angaria apoios declarados da União Nacional dos Estudantes (UNE):

“A União Nacional dos Estudantes distribuiu ontem á tarde nota oficial na qual se solidariza com os marinheiros e fuzileiros protestando contra a punição de diversos diretores de sua Associação de classe e exigindo ‘das autoridades o imediato levantamento do cerco ao Sindicato dos Metalúrgicos’, onde se encontram reunidos os fuzileiros e marinheiros ‘não podendo deixar de estranhar’ – dizia a nota – ‘a atitude do governo federal que, no mesmo momento em que vem assumindo posições reivindicadas pelo conjunto das forças populares se arrisca a apagar este saldo positivo permitindo que sejam violentadas, frontalmente, as liberdades democráticas, ora em curso no país’.”¹⁰³

E de Leonel Brizola:

¹⁰² *Solidariedade aos Marujos Rebeldes* IN: Correio da Manhã de 27 de março de 1964, 1º caderno, p.2.

¹⁰³ *Solidariedade aos Marujos Rebeldes* IN: Correio da Manhã de 27 de março de 1964, 1º caderno, p.2.

“O Sr. Leonel Brizola em manifesto de solidariedade enviado aquele sindicato denunciou: ‘às intenções golpistas que movem os comandos da Marinha de Guerra em sua perseguição aos marinheiros e fuzileiros. É inadmissível que se negue a esses nossos irmãos um direito que a Constituição assegura a todos o direito de associação’. E concluiu sugerindo a ‘imediata democratização dos regulamentos militares incorporando nossos patrícios militares ao processo democrático brasileiro.’”¹⁰⁴

Os revoltosos da AMFNB apenas se entregam no dia 27 de maio de 1964 e são encaminhados para quartéis do Exército, quando o presidente João Goulart nomeia o novo ministro da Marinha de Guerra almirante Paulo Mário. Nome que agrada aos revoltosos por seu posicionamento nacionalista, ele reconduz o vice-almirante Cândido Aragão ao Comando Geral dos Fuzileiros Navais e põe como chefe do Estado - Maior da Armada o Almirante Suzano. Essa composição ministerial mesclada com a liberação dos marinheiros e fuzileiros navais revoltosos ainda no dia 27, apenas dando licenças de serviço aos mesmos, era o que faltava para as diversas correntes militares se aliarem de vez com os setores conservadores civis na conspiração que engendraria o golpe civil-militar de 1º de abril de 1964. Para boa parte dos associados envolvidos no movimento, a anistia inicialmente era uma vitória. Contudo, a licença concedida aos mesmos para evitar maiores atritos com o oficialato era um sinal negativo, pois os marinheiros em geral não tinham residência própria, sendo sua moradia dentro dos batalhões e navios da Marinha de Guerra. Sendo até uma das funções da AMFNB o resguardo dos marinheiros e fuzileiros navais em terra com atividades e alojamento para quem se associasse.

Os jornais no dia seguinte ao fim da revolta e da prisão dos revoltosos da AMFNB mostram os mesmos tendo saído do 1º Batalhão de Guardas, caminhado numa espécie de passeata. Comemorando sua vitória e sua anistia tendo até carregado o vice-almirante Aragão e o almirante Suzano, que ali se encontravam a fim de desmobilizar os marinheiros para não provocar maiores atritos com os oficiais da Marinha bem como das duas Forças Armadas restantes. Sendo notadamente infrutífera a tentativa jogou mais combustível na

¹⁰⁴ *Solidariedade aos Marujos Rebeldes* IN: Correio da Manhã de 27 de março de 1964, 1º caderno, p.2.

fogueira, pois os jornais publicaram fotos do vice-almirante Aragão e do almirante Suzano sendo carregados. Amadurecendo cada vez mais os planos golpistas à medida que enfraquecia na mesma proporção a lealdade de vários setores militares à ordem vigente, leia-se ao governo de João Goulart. Demonstrando uma clara polarização entre o projeto conservador e o projeto progressista de país dentro da sociedade brasileira, que resultou em poucos dias estava sendo instaurado um regime militar que perduraria no país de 1964 a 1985. De acordo com a bibliografia consultada, após o golpe civil-militar de 1964 até 1968, a Marinha de Guerra bem como as demais Forças Armadas fizeram um grande expurgo de suas fileiras expulsando e/ou prendendo vários militares contrários aos planos mais conservadores que apoiaram tanto o golpe de Estado quanto o regime instaurado. Para os marinheiros e fuzileiros navais envolvidos com a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) o destino foi o mesmo.

2.6) Encaminhamentos

O movimento dos revoltosos da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) conheceu uma efêmera vitória na sua anistia inicial, e seus integrantes tiveram pela frente uma série de penalizações de todo o tipo. Além do projeto em que acreditavam ter perdido para as forças conservadoras, eles foram expulsos da Marinha de Guerra, foram presos, não tiveram direito ao advento da Anistia quando do processo de reabertura política do país. Setores conservadores e setores progressistas responsabilizaram os marinheiros e sua Associação quase como únicos culpados. Isso também se refletiu por algum tempo na historiografia, em que a trajetória do “cabo” Anselmo influenciou na análise de sua vida pregressa na AMFNB ou então o assunto não era muito aprofundado não merecendo maiores atenções dos estudiosos do período.

Creio que tanto o surgimento quanto a radicalização da AMFNB fazem parte do complexo contexto social da época estando suas atitudes em sintonia com os acontecimentos da sociedade como um todo. Saindo da esfera do corporativismo militar por se utilizar e dialogar com o ideário político existente no país na época. Participando de

reuniões de sindicatos, partidos políticos e se reunindo com representantes do governo federal. Sendo participante direto do embate dos projetos de país e de nação conflitantes no Brasil daquele tempo. Sua luta contra a estrutura da Marinha de Guerra brasileira, querendo reformá-la foi de encontro com outros movimentos da sociedade que intentavam modificar o país por completo. Os associados da AMFNB em seu processo de busca por melhores condições de trabalho e de vida obtiveram ganhos, não apenas perdas. Organizaram-se lutaram, foram presos e expulsos da Marinha de Guerra, alguns deles entraram na luta armada contra a ditadura e mesmo hoje vários desses homens lutam por sua Anistia.

Capítulo 3

Singularidades e Igualdades entre 1910 e 1964

Neste capítulo a problemática a ser tratada será a comparação entre os movimentos organizados e deflagrados pelos marinheiros da Marinha de Guerra brasileira durante o século XX, o primeiro em 1910 e o segundo em 1964. Em ambos os casos, a eclosão dos movimentos significou profundas mudanças, não apenas na estrutura hierárquica militar, como também ocasionou reflexos diretos e indiretos por toda a sociedade civil brasileira. Todavia busco compreender o caráter desses movimentos, avessos ao projeto de país vigente, onde de uma maneira geral, os segmentos mais desprivilegiados quase não encontram espaço, tendo que se contentar em ficar num plano político-social secundário. Levando em consideração ainda algumas questões relativas ao universo de trabalho dos revoltosos marinheiros. Neste caso questões relativas à vida na caserna e toda a lógica militar que tais indivíduos estavam inseridos e como tal estrutura militar interagiu com os demais segmentos da sociedade nas respectivas épocas. Analisando comparativamente os dois maiores movimentos desencadeados por subalternos dentro da Marinha de Guerra do Brasil pode-se dar uma importante contribuição acerca das discussões sobre Forças Armadas, subalternos e até mesmo sobre a história do Brasil republicano. Entendendo os marinheiros insurretos como personagens históricos importantes para a compreensão dos períodos históricos compreendidos. Pois, como defende o historiador Flávio Luís Rodrigues:

“Se os revoltosos de 1910 foram apresentados pelos estudiosos como desastrosos, bôlidos caídos do céu sem representação social e sem contexto político, os revoltosos de 1964 são apresentados como irresponsáveis e culpados pela tragédia do Golpe militar.”¹⁰⁵

¹⁰⁵ RODRIGUES, Flávio L. - Vozes do Mar – O Movimento dos marinheiros e o golpe de 64, São Paulo, Cortez, 2004, p. 53.

Entendendo que várias questões emergem quando se questiona os movimentos dos marinheiros eclodidos em 1910 e 1964 dentro da Marinha de Guerra do Brasil. Questões que remetem à estrutura militar, à origem e à imagem dos marinheiros, o que reivindicavam, quais eram os direitos social, militar e político de ambas as épocas. Inicialmente será abordada a estrutura militar existente no país, mais especificamente a Marinha e as reivindicações dos marinheiros.

3.1) A estrutura militar e as reivindicações dos marinheiros

Comparando a relação dos marinheiros com a instituição da Marinha de Guerra e seu corpo de oficiais pode se perceber que havia claro déficit entre o que era exigido dos marinheiros e o que era possível ser feito, dadas as condições de formação e trabalho oferecidas aos praças¹⁰⁶ alocados nos mais diversos serviços da vida militar. Isso ocorre de maneira bem parecida tanto em 1910 quanto em 1964, acetuando-se o fato de que no início do século passado havia uma maior carência de indivíduos engajados¹⁰⁷ do que em meados do século quando do segundo movimento. A qualificação da mão-de-obra sempre foi uma área problemática para a Marinha, entretanto, quando desses movimentos, a situação alcançou maior relevância por aumentar ainda mais a carga de trabalho engendrando erros que significavam faltas nos códigos disciplinares militares. Impossibilitando não apenas algum tipo de ascensão dentro da hierarquia militar, mas também reforçando a imobilidade social existente na sociedade.

Por que pode ser dito isso? Devido à estruturação social brasileira, na qual projetos de nação e de país eram formulados, ou copiados, sem a participação da maior parte da população ficando comumente a cargo dos detentores dos meios de produção. Intentando derrubar qualquer outro movimento ou pensamento não proveniente dos detentores de poder no país. Em geral tais projetos de nação existentes no início do século não contavam com a participação popular e muito menos dos marinheiros e suas demandas. Os

¹⁰⁶ Maneira de se tratar os indivíduos que adentram o serviço militar nos escalões mais baixos.

¹⁰⁷ Como foi visto no primeiro capítulo da dissertação.

marinheiros em tal cenário tinham duplo papel. Primeiro, como seria o de agente repressor de levantes e movimentos políticos contrários à ordem vigente, como ocorria desde a independência. O segundo, e indesejável para a hierarquia militar, seria exatamente a participação direta ou indireta da vida política onde os marinheiros se encontravam. Como foi o caso em 1910, movimento estruturado a partir da vivência deles no contexto sócio-político da época. Utilizando-se dos discursos existentes de crítica política ao tipo de República instaurada no país, além de também se utilizar de todo o arcabouço sobre a escravidão extinta a mais de vinte anos. Possivelmente tal utilização dos discursos críticos existentes na época levou inicialmente a se pensar na época que o movimento era instrumentalizado por setores políticos da oposição e não como coisa genuinamente dos marinheiros.

Nos idos dos anos 60 do século passado também havia projetos que não queriam incluir a participação popular, mas já existia maior disputa pela disputa da *hegemonia* no sentido utilizado por Gramsci. Antonio Gramsci demonstra que o *Estado* é conformatado pela *Sociedade Política* (poder coercitivo) e pela *Sociedade Civil* (ideologia e consenso). O *Estado* para ele não sobrevive apenas de coerção, operando em outras esferas do social buscando por meio da ideologia o *Consenso* e a *Hegemonia*. A *Sociedade Civil* por sua vez é entendida como fruto do embate ideológico dos grupos sociais em busca da *Hegemonia*. Evidenciando que independente da ordem vigente esta ordem está no poder, mas sofre constantes embates na *Sociedade Civil* com outros grupos e idéias contrárias a ela. Entendendo sempre que nada está pré - determinado na História e que esta se dá sempre dentro do processo de luta pela a *Hegemonia* e o *Consenso* entre os segmentos sociais. Dando espaço e importância para demandas sociais e projetos alternativos mesmo que tenham sido derrotados no embate pela *Hegemonia* e o *Consenso*. Os marinheiros e sua Associação (AMFNB) nos anos 60 também acabaram por serem acusados de na realidade serem fantoches de interesses políticos alheios a eles. Para os setores mais conservadores da sociedade e mesmo das Forças Armadas por terem fundado uma associação e passado a participar da vida política de maneira mais ostensiva os marinheiros seriam “vítimas” da influência comunista. Posteriormente ao golpe civil militar de 1964 os marinheiros e sua associação são estigmatizados por setores conservadores e por setores progressistas da

sociedade. Os conservadores pela quebra de hierarquia e os progressistas pela atuação política futura de seu segundo presidente José Anselmo dos Santos dentro do regime instaurado¹⁰⁸.

Sobre tal prisma, entendo que independentemente de qual projeto de nação que os detentores dos meios de produção queriam implementar no país, tiveram que lidar com uma realidade bem distante de seus planos e com o insucesso de algumas de suas idéias. Fizeram parte dessa realidade revoltas e movimentos populares em ambos os períodos abarcados pelos movimentos dos marinheiros. De diferença pode se notar os projetos de nação na República Velha não visavam a participação popular intentando um progresso que acabava por perpetuar a exclusão de boa parte da sociedade do processo político decisório. Enquanto que no período de eclosão da segunda revolta, a participação popular, apesar de indesejada por parte dos grupos sociais era uma realidade presente no país, nas discussões e embates de projetos de nação. A crença de que os marinheiros foram personagens políticos e históricos importantes para a compreensão de ambos os contextos históricos ocorre porque nenhum homem é uma ilha isolada. Denotando-se que embora os marinheiros sejam indivíduos formados pela Marinha de Guerra, eles não se encerram nisto, como Anita Prestes defende em seus estudos sobre os militares:

“A concepção de que os fenômenos sociais devem ser estudados à luz de teoria do modo de produção, da divisão de sociedade em classe e do desenvolvimento da luta de classe implica numa análise do comportamento político dos militares baseada no conhecimento de suas determinações sociais. Mesmo considerando de grande validade o exame dos fatores especificamente organizacionais – decorrentes do fato de os militares pertencerem a uma corporação estatal, como as Forças Armadas – ou, em outras palavras, embora reconhecendo que os militares sofram condicionamentos inerentes à organização em que atuam profissionalmente, é fundamental salientar que eles não se encontram isolados do restante da sociedade por uma muralha chinesa. Ao contrário, como membros desta sociedade, são por ela condicionados e influenciados ideologicamente e politicamente.”¹⁰⁹

A Marinha de Guerra do Brasil em 1910 acabará de sofrer um re-aparelhamento de sua Esquadra de Guerra. Diversos Vasos de Guerra¹¹⁰ foram adquiridos juntos à Grã-

¹⁰⁸ Como já foi dito no segundo capítulo da dissertação.

¹⁰⁹ PRESTES, Anita L. – Os militares e a reação republicana: as origens do Tenentismo, Petrópolis-RJ, ed. Vozes, 1994, (p.14-15).

¹¹⁰ Significa o mesmo que navio de guerra.

Bretanha, sendo tais embarcações e armamentos o que havia de mais avançado tecnologicamente no período. Demandando maior qualificação do Corpo de Marinheiros. Apesar de já haver Escolas de Aprendizes de Marinheiros, o Corpo de Marinheiros ainda tinha em seus quadros homens com pouca instrução, muitas vezes aprendida no labor diário, que não satisfazia completamente às novas demandas¹¹¹. Sem se esquecer da crônica falta de mão de obra existente nas Forças Armadas desde o tempo do Império. Junta-se a isso os códigos disciplinares da Marinha de Guerra e suas antigas práticas continuavam arraigados nas relações entre oficiais e marinheiros, apesar de algumas modificações ocorridas a partir da proclamação da República. Tais modificações, de acordo com a tese de doutorado de Álvaro Nascimento¹¹², apenas contribuíram para o aumento e acúmulo de tensões dentro da Marinha. Pois se exigia mais dos marinheiros, com mais punições. Manteve-se ainda boa parte das práticas punitivas anteriores, com o chamado por Álvaro Nascimento¹¹³ de *tribunal de convés*. Desestruturando a maneira de portar marinheiros perante o oficialato, aprendida desde a independência, bem como o que esperar do futuro de cada um dentro da estrutura militar. Tornando o duro trabalho na esquadra e mesmo nos batalhões navais cada vez mais insuportável e incompatível com o que ocorria na sociedade que tais homens estavam inseridos, mesmo que marginalmente.

Em 1910 tem que ser levadas em consideração ainda as discussões feitas nas últimas décadas no país quando se aboliu o trabalho escravo e se proclamou a República com discursos políticos de construção de um novo país e de uma nova ordem política e social para a nação. O oficialato militar, e em especial o da Marinha, era altamente conservador e proveniente dos meios sociais mais altos da sociedade. Considerando-se agentes civilizadores do povo detentores do poder e do saber fundamental para o progresso do país no cenário internacional. Com influência do positivismo e possivelmente de teorias

¹¹¹ NASCIMENTO, Álvaro P. “A escola dos incorrigíveis”, IN: _____ A Ressaca da Marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001 (pp. 67-102).

¹¹² NASCIMENTO, Álvaro P. Do convés ao porto: A experiência dos marinheiros e a revolta de 1910, Tese de doutorado em História, Campinas-SP: Unicamp, 2002, principalmente capítulos 3 e 4.

¹¹³ _____ - A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.

raciais¹¹⁴, o oficialato se relacionava com os marinheiros de acordo com esse prisma. Dentro da hierarquia militar utilizavam esse discurso para corroborar práticas disciplinares defasadas com o período histórico. Vale a pena lembrar que a composição étnica dos marinheiros era composta por ainda nos anos 60 continuava a ser mais negra e mestiça do que branca como o oficialato da Marinha de Guerra. Sendo ainda os marinheiros indivíduos oriundos de segmentos mais pobres da sociedade. Portanto a imagem dos marinheiros não era das mais positivas nem dentro e nem fora da estrutura militar. Por serem indivíduos pobres, com pouca formação, por vezes obrigados a servir, muitos desprovidos de laços familiares nas cidades que serviam e muitas vezes envolvidos em rixas pela cidade.

Em 1964 a Marinha de Guerra encontrava-se mais uma vez em um período de modernização dos seus equipamentos e armamentos. Contudo dessa vez não era o que existia de mais moderno como ocorrerá em 1910 e sim equipamentos de segunda mão usados pela Grã Bretanha na Segunda Guerra Mundial. Mesmo assim o avanço tecnológico representado por esse re-aparelhamento significou maior qualificação do Corpo de Marinheiros. Qualificação que apesar da existência das Escolas de Aprendizes de Marinheiros não era mais uma vez suficiente para os saberes exigidos para o funcionamento ideal dos equipamentos recém-adquiridos. Tornando-se um ponto de tensão crescente entre o oficialato e os marinheiros por aumentar potencialmente o risco de punições imputadas pelos superiores aos subalternos.

As reivindicações dos movimentos dos marinheiros de 1910 e de 1964 surgem então da mescla do labor nos meios militares e da convivência dos indivíduos engajados na Marinha de Guerra com a sociedade que os abarca em ambos os contextos políticos. Os marinheiros em 1910 estavam exigindo por meio de seu bem orquestrado movimento melhorias na sua qualidade de vida no trabalho, como maior instrução para os marinheiros, reforma do código de conduta e maior controle da Marinha de Guerra sobre a conduta do seu oficialato, como fica claro nessa mensagem enviada ao Palácio do Catete, sem se esquecer da anistia aos revoltosos de 1910:

¹¹⁴ Havia no final do século XIX um debate acerca da imigração de trabalhadores europeus (brancos) para salvar o país do “atraso” de ser composto por indivíduos negros, mestiços e índios.

“Rio de Janeiro, 22 de novembro de 1910

Ilmo. e Exmo. Sr. Presidente da República Brasileira.

Cumpre-nos, comunicar a V. Excia, como Chefe da Nação Brasileira:

Nós, marinheiros, cidadãos brasileiros e republicanos, não podendo mais suportar a escravidão na Marinha Brasileira, a falta de proteção que a Pátria nos dá; e até então não nos chegou; rompemos o negro véu, que nos cobria aos olhos do patriótico e enganado povo.

Achando-se todos os navios em nosso poder, mandamos esta honrada mensagem para que V. Excia. Faça aos Marinheiros Brasileiros possuímos os direitos sagrados que as leis da República nos facultam, acabando com a desordem e nos dando outros gozos que venham engrandecer a Marinha Brasileira; bem assim como: retirar os oficiais incompetentes e indignos de servir a Nação Brasileira. Reformar o Código Imoral e Vergonhoso que nos rege, a fim de que desapareça a chibata, o bolo, e outros castigos semelhantes; aumentar o nosso soldo, educar os marinheiros que não têm competência para vestir a orgulhosa farda, mandar pôr em vigor a tabela de serviço diário que a acompanha.

Tem V. Excia. O prazo de 12 horas para mandar-nos a resposta satisfatória, sob pena de ver a pátria aniquilada.

22 de Novembro de 1910.

Nota: Não Poderá ser interrompida a ida e a volta do mensageiro. – Marinheiros.”¹¹⁵

Os marinheiros participantes do movimento deflagrado em 1964 em torno das festividades de aniversário de sua Associação (AMFNB) tinham uma plataforma de demandas que se assemelha aos objetivos de 1910, mas, com uma inserção maior no cenário político de embates de projetos de nação, houve uma ampliação. Os marinheiros do movimento de 1964 tinham inicialmente demandas assistenciais: melhorar de uma maneira geral as condições de trabalho e vida dos associados dando acesso a auxílio jurídico, atividades recreativas não estigmatizantes¹¹⁶, melhorias das relações com a hierarquia militar entre outras atividades iniciais. Contudo ao decorrer de sua curta existência, a Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil passou a interagir de maneira crescente com a sociedade como um todo, adentrando no amplo e radicalizado debate político existente na época. Passando a empunhar como bandeira questões sem vínculo direto com a vida de caserna como as reformas de base do presidente João Goulart. Com isso, a lista de demandas aumenta no intuito de modificar não apenas as Forças Armadas, mas o país como um todo. Os marinheiros buscaram direitos políticos (ex: votar e ser

¹¹⁵ GRANATO, Fernando “Relato”. In: _____ “O Negro da Chibata: o marinheiro que colocou a República na mira dos canhões.”, Rio de Janeiro: Objetiva, 2000, PP. 57-58.

¹¹⁶ Os marinheiros não gozam da melhor imagem junto à população com foi visto no capítulo 2, seus divertimentos eram igualmente mal vistos.

votado), direitos sociais (ex: como casar independente de tempo de serviço e graduação), reforma no código de conduta e na qualificação do Corpo de Marinheiros, como fica claro num trecho do discurso do presidente da AMFNB José Anselmo durante o movimento:

“Em nossos corações de jovens marujos palpita o mesmo sangue que corre nas veias do bravo marinheiro João Cândido, o grande Almirante Negro, e seus companheiros de luta que extinguiram a chibata na Marinha. Nós extinguiremos a chibata moral, que é a negação do nosso direito de voto e de nossos direitos democráticos. Queremos ver assegurado o livre direito de organização, de manifestar o pensamento, de ir e vir. Defendemos intransigentemente os direitos democráticos e lutamos pelo direito de viver como seres humanos. Queremos, na prática, a aplicação do princípio constitucional: ‘todos são iguais perante a lei’. Nós, marinheiros e fuzileiros navais, reivindicamos: reforma do Regulamento Disciplinar da Marinha, regulamento anacrônico que impede até o casamento; não interferência do Conselho do Almirantado nos negócios internos da Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil; reconhecimento pelas autoridades navais da AMFNB; anulação das faltas disciplinares que visam apenas a intimidar os associados e dirigentes da AMFNB; estabilidade para os cabos, marinheiros e fuzileiros; ampla e irrestrita anistia aos implicados no movimento de protesto de Brasília¹¹⁷.”

Iniciamos esta luta sem ilusões. Sabemos que muitos tombarão para que cada camponês tenha o direito ao seu pedaço de terra, para que se construam escolas, onde nossos filhos possam aprender com orgulho a história de uma Pátria nova que começamos a construir; para que se construam fábricas e estradas por onde possam transitar nossas riquezas. Para que nosso povo encontre trabalho digno, tendo fim a horda de famintos que morrem dia a dia em ter onde trabalhar nem o que comer. E sobretudo, para que nossa bandeira verde e amarela possa cobrir uma terra livre onde impere a Paz, a Igualdade e a Justiça Social.”¹¹⁸

No tocante às reivindicações, os dois movimentos partem de sua experiência no mundo do trabalho, que, como o historiador inglês E.P. Thompson defende, a busca por melhorias de vida engendra a *luta de classes* conformando a consciência de classe e a *classe* propriamente dita. Tendo como amalgama toda uma cultura anterior, que ele denomina *economia moral*, onde ocorre um confronto entre estruturas sociais tradicionais e as novas estruturas capitalistas. Onde os indivíduos defendem, a partir de uma releitura da tradição e do presente a eles favorável, seus interesses. Legitimando suas formas de organização e de visão de mundo em detrimento da nova ordem imposta pelo sistema, gerando no processo uma real consciência de classe sem todavia ter, obrigatoriamente, um

¹¹⁷ Ele refere-se a Revolta dos Sargentos ocorrida em 12 de setembro de 1963 em Brasília.

¹¹⁸ RODRIGUES, Flávio L. “A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil – AMFNB”. IN: _____ - Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64, São Paulo, Cortez, 2004, PP. 109-110.

caráter revolucionário. Recusando-se a valorar negativamente os movimentos sociais (no caso dele revoltas da fome na Grã Bretanha, no meu os movimentos de subalternos da Marinha de Guerra) dos quais os estratos sociais mais baixos participaram. Dando-se a eles a possibilidade de ter uma prática social e política fundamental na dinâmica social não aceitando diminuições ou simplificações de tais grupos e seus movimentos. Sem pressupor assim que tais grupos e ou movimentos estavam fadados a derrota a priori, porque assim foi que a História se sucedeu.

Postas as reivindicações de ambos os movimentos seria interessante abordar algumas análises feitas sobre os movimentos de 1910 e de 1964 e suas reivindicações por autores:

Um dos primeiros autores a serem abordados por tratarem sobre a Revolta da Chibata será o oficial da Marinha de Guerra Antão A. Barata¹¹⁹ que imputa aos marinheiros uma análise de que seriam agentes políticos desprovidos de consciência política de seus atos. Procurando restabelecer a hierarquia militar quebrada pelos marinheiros e sua Revolta. Desmerecendo o movimento como um todo, baseando-se apenas em relatos da versão oficial do evento produzida pelo oficialato da Marinha de Guerra. Impondo um silenciamento a outras possíveis fontes e visões sobre o fato histórico, marginalizando ainda mais os marinheiros e sua causa em prol da manutenção da hierarquia não apenas militar como social. O oficialato da Marinha de Guerra comungava da visão de para ser ator político no cenário social devia-se pertencer as camadas mais abastadas da nação. Sendo indesejável a participação política dos trabalhadores e em especial dos subalternos militares no cotidiano nacional. Já os marinheiros de 1910 que se revoltaram e suas demandas são postos por Álvaro Nascimento dentro do contexto nacional e do contexto militar de forma a demonstrar a construção da Revolta de acordo com o passar do tempo e o aumento crescente de pontos de pressão entre marinheiros e oficiais da Marinha. Expondo todo o colapso do sistema de relação entre comandantes e comandados engendrando maiores punições e ressentimentos dos marinheiros para com seus superiores hierárquicos.

¹¹⁹ BARATA, Antão A. *Revolta dos marinheiros de 1910*. In: Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: abr./mai./jun. 1962.

Engendrando a organização de movimento que eclodiu na Revolta de 1910 que teve suas reivindicações sintonizadas na melhoria das condições de trabalho e discurso fundamentado no ideário político da época. Também pode ser citado Marcos A. da Silva¹²⁰ que buscou analisar os marinheiros de 1910 a partir da imprensa operária e através de depoimentos dados pelos revoltosos. No intento de aferir o discurso real dos marinheiros revoltosos de 1910 que apesar de inicialmente vitoriosos acabaram derrotados. Mário Maestri¹²¹ aborda a Revolta da Chibata de forma a buscar também a voz do oprimido pelo sistema, dando vazão a outra perspectiva do movimento dos marinheiros. Fernando Granato¹²² opta por relatar apenas a Revolta da Chibata dentro da biografia de um de seus principais líderes o marinheiro João Cândido.

Boris Fausto¹²³ apenas cita a Revolta da Chibata de 1910 sem fazer maiores análises e conexões do levante com o contexto social da época, se limitando a falar do levante e das consequências imputadas aos marinheiros e pondo como reivindicações apenas o fim dos maus tratos e dos castigos físicos (falando do soldo e da qualificação). João Gonçalves¹²⁴ aborda na biografia de Rui Barbosa a Revolta da Chibata e as posteriores perseguições aos marinheiros revoltosos pelo viés da atuação política de Rui. Sendo uma temática importante para o político baiano marcar posição contra o governo de Hermes da Fonseca, lutando em prol dos direitos civis dos marinheiros. Apesar de curta, o interessante da análise de João Gonçalves é a percepção de que mesmo que a Revolta da Chibata possa ter sido derrotada, ela de certa maneira continuou presente no cenário político nacional através do embate entre governo e oposição no Senado. Aparecendo como um marco relevante na carreira política de Rui Barbosa e sua atuação no Senado. Por vezes os historiadores, que tratam sobre a época da República Velha abordam de maneira tímida a da Revolta de 1910, sem análises mais aprofundadas, sem pôr os marinheiros como agentes políticos válidos na história do país.

¹²⁰ SILVA, Marcos A. A Revolta da Chibata: marinheiros brasileiros em 1910, São Paulo, Brasiliense, 2002.

¹²¹ MAESTRI, Mário Cisnes Negros: uma história da revolta da Chibata, 1ª edição, coleção polêmica, São Paulo: Moderna, 2000.

¹²² GRANATO, Fernando. O Negro da Chibata: o marinheiro que colocou a República na mira dos canhões. Rio de Janeiro: Objetiva, 2000.

¹²³ FAUSTO, Boris História do Brasil, São Paulo, Edusp, 1995.

¹²⁴ GONÇALVES, João Felipe Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar; col. Os que fazem História, 1ª edição - Rio de Janeiro: FGV, 2000.

O movimento dos marinheiros de 1964 foi analisado por Flávio Rodrigues a partir da criação da AMFNB e sua atuação no seio do Corpo de Marinheiros da Marinha de Guerra. Buscando compreender a partir de documentos e relatos dos antigos associados a eclosão do movimento. Suas demandas por uma vida mais dignas e suas relações com a sociedade e com a Administração Naval. Demonstrando a validade e a real participação dos marinheiros na AMFNB. Relativizando a importância da figura do seu segundo presidente José Anselmo na eclosão do movimento, dando maior destaque as demais lideranças da AMFNB e sua atuação política e social. Indo por assim dizer para além de seu segundo e último presidente e sendo tratada como uma organização inserida nos movimentos sociais reivindicatórios existentes nos anos 60 e não apenas como algo segmentado e restrito a esfera militar. Indo nesse caminho de relativização da importância política de José Anselmo se pode citar as biografias de ex- associados, Pedro Viegas¹²⁵ e Avelino Biden Capitani¹²⁶. As duas biografias demonstram a visão dos dois antigos líderes do movimento acerca da AMFNB e sua atuação. Abordando os fatos que deram origem à fundação como também os fatos que desencadearam o movimento de março de 1964. Pode-se apreender que as demandas iniciais dos marinheiros eram antigas e relativas ao universo militar e seu labor, entretanto foram associadas a elas questões mais gerais existentes na pauta política nacional defendidas por setores sociais progressistas e de esquerda. E ainda que a radicalização dos marinheiros estava em sintonia com a existente na sociedade de então, vide o Comício de Jango da Central do Brasil e as marchas organizadas por setores conservadores em várias cidades do país. Dando a entender que a AMFNB pode ter surgido de uma impossibilidade de diálogo para a resolução de questões do âmbito militar (relações entre oficiais e subalternos) estava em pleno processo de amadurecimento e ganho de consciência de seus associados mais ativos. Independente da consciência ter sido construída ou não, o interessante a ser assinalado é o ganho por parte dos marinheiros de um papel histórico diferente do inicialmente imputado a AMFNB e seus membros por algumas análises da história do período.

¹²⁵ VIEGAS, Pedro. *Trajetória Rebelde* - São Paulo: Cortez, 2004.

¹²⁶ CAPITANI, Avelino Biden. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre – RS: Artes e Ofícios, 1997.

Já Boris Fausto analisa o movimento dos marinheiros e seus desdobramentos, principalmente a anistia, como responsáveis por terminar por unificar setores militares conservadores em prol de uma solução de viés não democrático, o golpe de estado. Além de corroborar com a tese de que José Anselmo, então presidente da Associação, era agente infiltrado do Centro de Informações da Marinha (Cenimar). Moniz Bandeira por sua vez também defende a tese de que José Anselmo seria agente infiltrado pelos setores conservadores das Forças Armadas para desestabilizar o governo de Jango, contudo desta vez ele teria ligação direta com a agência estadunidense de informação CIA. Apesar de Moniz expor as reivindicações dos marinheiros apenas no campo profissional de melhorias de condições profissional e de vida como: fim das restrições para o matrimônio e trajar roupas civis quando estivessem de folga. Pondo a Associação e movimento sob a pecha de massa de manobra para os interesses dos setores militares e civis mais conservadores.

Ainda em consonância com a tese de Anselmo ser agente infiltrado da estadunidense CIA, Fernando Granato tratando da biografia de João Cândido, fala da ida do líder da Revolta da Chibata às festividades da AMFNB no sindicato dos metalúrgicos de maneira melancólica. Pondo como fator desencadeante do golpe civil-militar de 1964 certa inabilidade do governo federal e do ministro da Marinha de Guerra em tratar do movimento da AMFNB. Radicalizando ainda mais o oficialato no conturbado cenário político nacional. Jorge Ferreira¹²⁷ trata do movimento sem se aprofundar, mas como preâmbulo do fim do governo João Goulart. Contudo não põe a culpa diretamente do Golpe Civil-Militar de 1964 nos marinheiros e sua Associação, mas sim no apoio angariado por eles dentro das esquerdas e do próprio governo de Jango. Tendo a anistia dada aos marinheiros da AMFNB sendo concedida pelo ministro da Marinha Almirante Paulo Márcio Rodrigues desagradando de sobremaneira aos oficiais de todas as Forças Armadas e em especial os da Marinha de Guerra. O oficialato já descontente com os rumos políticos tomados pelo

¹²⁷ FERREIRA, Jorge *O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964* IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucília de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

governo federal parte para conquistar mais apoio dentro das Forças Armadas para o projeto de golpe de estado.

Dênis de Moraes¹²⁸ tem como ponto de partida em sua análise da AMFNB e de seu movimento relatos de setores constituintes da esquerda da época. Denota-se uma mescla de opiniões sobre os marinheiros que corroboram a tese de infiltração de agentes conservadores na AMFNB no intuito de desestabilizar o governo de João Goulart. Sobre as demandas, são consideradas justas e há uma compreensão que a AMFNB e suas demandas são fruto de algo espontâneo. Põe ainda as demandas dos marinheiros e dos demais subalternos militares como evolução lógica da politização da sociedade daquele período histórico. São confirmadas as conexões entre a AMFNB e diversos setores da esquerda com relatos de reunião e oferecimentos de possíveis negociadores para solução das demandas dos marinheiros. Além disso também corrobora a tese sobre o apoio de lideranças progressistas ou de esquerda, como Brizola, e instituições civis, como a UNE a AMFNB e seu movimento. Apoio posto como inconseqüente por não ter considerado os possíveis desdobramentos dentro das Forças Armadas, em especial a Marinha de Guerra. A análise de Dênis de Moraes mescla a crença de que José Anselmo era agente dos setores mais conservadores da sociedade com a responsabilização do apoio declarado aos marinheiros por setores mais progressistas. Quando José Anselmo não é apresentado como agente infiltrado de interesses conservadores é posto no mínimo como liderança personalista, inconseqüente e despreparada. Como se as lideranças políticas e dos demais movimentos sociais na época fossem iluminadas em comparação com os marinheiros e sua AMFNB. Pondo negativamente os associados como responsáveis secundários pela derrocada do presidente e de seu projeto reformador. Alzira Alves de Abreu¹²⁹ aborda o final do governo João Goulart pela análise dos principais jornais da época. Para ela a derrocada do governo de Jango ocorre a partir do Comício do presidente de 13 de maio de 1964 na Central do Brasil e trata a cobertura dada ao movimento da AMFNB como um importante fator de

¹²⁸ MORAES, Dênis. *Na boca do fuzil*. IN: _____. *A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões*. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.94-186.

¹²⁹ ABREU, Alzira A. *A participação da imprensa na queda do Governo Goulart*. IN: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de L.; SOUSA, Jessie Jane V.; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha V. (comitê organizador) *Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) / 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil*. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15-25.

aglutinação ao redor de uma solução militar para a crise. Por publicar editoriais e matérias em prol da hierarquia militar e de *impeachment* do presidente. Pondo a maior parte da responsabilidade pela crise pelos desdobramentos do comício do que o movimento da AMFNB. Demonstrando a polarização política da sociedade através dos principais periódicos nacionais. Já Thomas Skidmore¹³⁰ põe o movimento dos marinheiros como espontâneo, mas põe José Anselmo como ex- estudante universitário com ligação com a União Nacional dos Estudantes que adentrou a Marinha para mobilizar os marinheiros.

Pode ser percebido em algumas dessas análises feitas sobre a AMFNB e de seu movimento é a reprodução, em certa escala, de um discurso no qual os marinheiros aparecem como personagens pouco significantes de caráter negativo. Parecido em certa maneira com as análises iniciais da Revolta da Chibata, onde os marinheiros aparecem de maneira o mais negativa possível enquanto o seu papel político. A Revolta de 1910 e o movimento de 1964 da AMFNB são por assim dizer separados por mais de meio século, contudo para ambos os movimentos são abordados de maneira semelhante por parte das análises. Tal semelhança não se deve exclusivamente a questão de os marinheiros estar agregada a temática militar, pode ser que se deva a maneira que em geral movimentos derrotados tem sua imagem construída no período subsequente. Outro fator curioso que diz respeito as marinheiros de ambos os movimentos é que em algum momento de análise a liderança e os reais motivos reivindicatórios seria proveniente de elementos externos ao Corpo de Marinheiros.

Na Revolta da Chibata isso ocorreu apenas ao início dela quando se imaginou uma possível influência política da oposição civilista ao recém empossado presidente Marechal Hermes da Fonseca. Os marinheiros revoltosos em 1910 acabam por demonstrar que eram senhores de suas vontades e que não havia nenhum tipo de influencia ou ingerência por parte de grupos políticos ou de oficiais da Marinha de Guerra desgostosos com o governo federal.

¹³⁰ SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.

Todavia para os marinheiros de 1964, sua AMFNB e suas demandas para explicita ou implicitamente a figura do agente infiltrado em prol de outros interesses alheios aos dos associados. Sempre surge insinuações não documentadas de possíveis agentes do Cenimar ou mesmo da agência de inteligência estadunidense CIA. Principalmente quando se aborda a controvertida figura de seu segundo presidente José Anselmo que, quando do regime militar instaurado acaba por ser cooptado pelo aparelho coercitivo do Estado delatando companheiros da luta armada brasileira. Perde-se com isso a oportunidade de abordar os marinheiros, a AMFNB, suas demandas e sua atuação no cenário político brasileiro de maneira a dar voz a projetos alternativos de país e de nação.

Oprime-se uma vez mais os homens envolvidos, por não se dar vazão a sua visão dos eventos e de suas próprias ações, saem duplamente derrotados. Uma no plano real do golpe civil militar de 1964 e outra no plano das idéias onde sua memória e história são englobadas apenas pela atuação política posterior de seu presidente. Por preferir crer apenas em visões oriundas do projeto vencedor mescladas com visões de outros setores derrotados no embate das forças políticas dos anos 60. Sem precisar na realidade “salvar” a imagem de José Anselmo, o que parece ser mais importante aqui é que, independente de seu segundo presidente, a AMFNB e seus associados tenham seu significado estudado e analisado de acordo com o período histórico que estão inseridos. Tratando de todo o contexto e de como os marinheiros e a AMFNB se relacionavam dentro e fora da esfera militar pode ser vislumbrar as razões, as esperanças e a inserção desses homens no embate de projetos políticos de nação e de país. Com isso o objeto de análise passa a ser o grupo e não apenas um líder carismático de atuação política controversa no período da ditadura militar brasileira. Significando um ganho para uma maior compreensão da história recente do país, indo para além do indivíduo focando no grupo social e suas interações políticas importantes para a interação de forças do período. Evitando assim uma condenação a priori da AMFNB e de seu movimento eclodido em março de 1964.

3.2) A legislação militar

Os movimentos dos marinheiros de 1910 e de 1964 precisam ser analisados também pelo viés da legislação que os regia em ambos os períodos. Por ser um ponto de tensão em comum aos dois movimentos já que aparece nas demandas dos marinheiros a reforma dos regulamentos militares. Sem se esquecer que tais regulamentos militares estão inseridos dentro da ordem vigente e dos projetos de país e de nação conflitantes em cada uma dessas épocas.

No início do século passado o Corpo de Marinheiros era regido pela Companhia Correcional criada com a instauração da República sendo inicialmente abolindo os castigos físicos para as faltas cometidas pelos marinheiros. De acordo com Álvaro Nascimento as penalidades previstas no novo código estavam: a suspensão de folgas, rebaixamento de posto, diminuição do soldo, comer e dormir em separado e poderia ainda ter bordada uma letra “c” na farda que significava ser escolhido para qualquer trabalho pesado que não se exigisse confiança. Todavia o chamado por Álvaro Nascimento *Tribunal do Convéns* continuou e em 1890 os castigos físicos aos marinheiros considerados faltosos foram reintroduzidos no novo código de conduta. Então os marinheiros de 1910 estavam regidos oficialmente por código que os além de poder penalizá-los de maneira a diminuir sua auto-estima ainda podiam ser castigados fisicamente de acordo com o que melhor conviesse ao oficial. Apesar do castigo físico estar previsto apenas 25 chibatadas por dia, esse limite muitas vezes variava de acordo com o porte físico do marinheiro e do “rigor corretivo” intentado pelo oficial responsável pela pena. Engendrando mais vinte anos de castigos corporais e outras penalidades de acordo com a conveniência de cada oficial da Marinha de Guerra. Sem tocar na questão da possibilidade de ascensão dentro da Marinha de Guerra era praticamente impossível para os subalternos. Não havia para os marinheiros em 1910 possibilidade de maior qualificação do que a aprendida com o labor diário nos navios e nos batalhões navais.

Após a Revolta de 1910 os castigos físicos foram abolidos e o Código Penal e Disciplinar foi aprovado apenas nos idos de 1923. Os marinheiros dos anos 60 estavam sob a égide desse novo código penal e disciplinar tendo como maior ponto de tensão a cadernetas de faltas. Na caderneta de faltas era anotada toda e qualquer possível falta do

marinheiro. Isso de novo ficava a cargo do superior militar dos marinheiros dando margem, de acordo com os relatos de Pedro Viegas¹³¹ e Avelino Capitani¹³², a perseguições de alguns oficiais a subalternos que lhes desagradavam. Isso na prática acarretava a inviabilidade de ascensão dos marinheiros a cargos mais importantes previstos na carreira militar. Então na prática o marinheiro era formado nas Escolas de Aprendizes de Marinheiro e quando sentavam praça não havia na estrutura da Marinha abertura real, apesar de prevista, para uma qualificação continuada que significaria em última instância numa ascensão nas escalas hierárquica militar. Levando ainda em consideração a modernização do equipamento a qual demandava maior qualificação e preparo dos marinheiros. Outro ponto de tensão entre subalternos e oficialato interessante seria a proibição aos subalternos de participar ativamente da vida política e social do país. Além de marinheiros com menos de três anos de serviço e patente rasa não poder contrair matrimônio legalmente.

Por isso me parece muito interessante ver a conexão que a AMFNB faz com os movimentos sociais, militares ou não, em busca de maior espaço na hierarquia militar, mas também na vida social do país. A própria fundação e funcionamento da AMFNB demonstram a necessidade dos marinheiros por mudanças no regimento. Por entenderem ter o mesmo direito de outras patentes militares a livre associação. Apoiando ainda o programa de reformas do presidente João Goulart eles teriam atendidas partes de suas demandas. Nisso se encontra um ponto de tensão com o oficialato da Marinha de Guerra e com a Administração Naval. Apesar de apoiarem em última instância o programa de governo do chefe máximo das Forças Armadas, o presidente Jango, apenas a existência e o funcionamento da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil era uma afronta direta a hierarquia da Marinha de Guerra.

Algo que fica aparente em ambos os momentos em relação dos Códigos Penal e Disciplinar da Marinha de Guerra é o imenso poder decisório posto sobre o comandante da guarnição mantendo-se de certa maneira o *Tribunal do Convés*, devido às punições não

¹³¹ VIEGAS, Pedro. *Trajetória Rebelde* - São Paulo: Cortez, 2004.

¹³² CAPITANI, Avelino Biden. *A Rebelião dos Marinheiros*. Porto Alegre – RS: Artes e Ofícios, 1997.

passarem por um tribunal militar. Parte disso deve-se a falta crônica de mão-de-obra das Forças Armadas como foi posto nos primeiros capítulos, principalmente em 1910. Contudo isso pode se dever também a hábitos arraigados na Marinha, força militar, considerada mais conservadora e menos aberta a ascensão social em seus quadros. O conservadorismo da Marinha também pode estar refletido na falta de punição para os excessos cometidos pelo oficialato nas penalidades imputadas aos marinheiros. Em 1910 isso fica mais evidente em relação aos castigos físicos sendo a gota d'água o para a da Revolta de 1910. Enquanto em 1964 possíveis excessos dos oficiais apareciam nas cadernetas de faltas onde era selado o destino do subalterno dentro da Marinha de Guerra.

3.3) A questão da cidadania e a Marinha de Guerra

Para os marinheiros de 1910 e para os marinheiros de 1964 algumas de suas demandas ao decorrer dos fatos em ambos os movimentos podem ser inscritos no processo de lutas pela a ampliação dos direitos civis, sociais e políticos da sociedade brasileira.

Pensando em 1910 o Brasil em pouco menos de um século havia tido se tornado independente de Portugal, abolido a escravidão e proclamado a República. Na questão dos direitos os primeiros a serem expandidos foram os políticos ainda no Império com eleições periódicas. Contudo o voto era restrito a uma série de condicionantes financeiras e na República educacionais (exigia-se ser alfabetizado), para a maior parte da população isso significava ficar a margem do processo eleitoral. Assim como ocorria com os subalternos militares proibidos por lei a votar (sem levar em consideração as exigências legais de alfabetização).

Os direitos civis começam a realmente fazer sentido pleno após a abolição dos escravos em 1888, pois como explica José Murilo de Carvalho:

“A herança colonial pesou mais na área dos direitos civis. O novo país herdou a escravidão, que negava a condição humana do escravo, herdou a grande propriedade, fechada à ação da lei, e herdou um Estado comprometido com o poder privado. Esses três empecilhos ao exercício da cidadania civil revelaram persistentes. A escravidão só foi abolida em 1888, a grande propriedade ainda

exerce seu poder em algumas áreas do país e a desprivatização do poder público é tema da agenda atual de reformas”¹³³

Vale lembrar que a constituição do Corpo de Marinheiros da Marinha de Guerra era formada por parcela significativa de indivíduos mestiços ou negros. Por isso é tão cara aos marinheiros da Revolta da Chibata o fim dos castigos físicos¹³⁴, além da melhor organização do ambiente de trabalho, da melhoria do soldo e das condições gerais de trabalho e vida deles. Tanto que para dialogar com o recém empossado presidente da República Marechal Hermes da Fonseca, o discurso utilizado nas mensagens da esquadra sublevada em 1910 pode ser perfeitamente inserido nas críticas existentes na época ao tipo de República instaurada e seu projeto de país e de nação. Os marinheiros revoltosos questionam o porquê da não inclusão deles como cidadãos honrados que prestam grande serviços a nação. Questionam ainda o porquê das relações hierárquicas na Marinha de Guerra passam pelos hábitos, signos e posturas do tempo da escravidão. Lembrando que o signo da escravidão era forte na Marinha de Guerra bem como no Exército devido à política no século XIX de alistar indivíduos a força de acordo com cotas a serem cumpridas por cada província para suprir a necessidade de contingente das Forças Armadas.

Em relação ao acesso a direitos sociais no Brasil na época do Império praticamente se resumia a obrigação do governo em proporcionar educação primária, obrigação que é retirada da primeira constituição republicana. Isso denota a importância com que o Estado brasileiro e seus governantes tratavam a nação. Sem acesso garantido a instrução de uma forma geral importante parcela da nação se iguala aos marinheiros que apenas aprendiam de maneira rudimentar no cotidiano do ofício na Marinha de Guerra. O não investimento em educação significa também a não ampliação do número de eleitores no país dificultando o acesso aos direitos políticos.

Durante o período compreendido entre a Independência do Brasil e a Revolta da Chibata de 1910 há toda uma gama de protestos, levantes, revoltas e convulsões sociais que auxiliam e fazem avançar a nação no sentido de abarcar uma maior quantidade e qualidade

¹³³ CARVALHO, José Murilo. *Primeiros passos (1822-1930)*. _____. *Cidadania no Brasil: o longo caminho*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004, p.45.

¹³⁴ Como repetidos golpes de chibata, espada de madeira sem fio, grilhões e correntes para pés e mãos.

de direitos civis, políticos e sociais. A Revolta da Chibata eclodida em 1910 pode significar entre outros sentidos uma maior participação das camadas mais baixas da sociedade no cenário sócio-político nacional. Por se utilizar de discursos existentes naquele momento para conformar o seu próprio argumento em prol dos sublevados. Assumindo um papel político ativo para alcançar seus anseios e angariar certa simpatia para sua própria causa.

Os marinheiros sublevados em 1910 demonstraram organização para o levante e uma consciência do que queriam para si e para a Marinha de Guerra ao fazer as reivindicações. Calcando seu discurso no o debate acerca da abolição da escravidão e no que fora prometido como projeto de nação e de país pelos republicanos adentram o cenário político com efêmera força, mas com força. Porque ao fazerem isso expõe parte das incongruências do projeto liberal e do projeto positivista para o para o Estado brasileiro, o discurso feito por eles não comporta os setores mais baixos da sociedade e suas demandas. Mesmo que não houvesse tal intenção a construção do discurso e a postura tomada pelos marinheiros revoltosos quando a frente da esquadra amotinada denotam isso. Pondo em xeque o oficialato da Marinha de Guerra, mesmo que momentaneamente, ao impor melhor estruturação da Força visando o perfeito funcionamento da mesma e a dignidade dos subalternos que nela sentam praça.

No país a continua efervescência sócio-político engendra década após década progressos e retrocessos em relação aos direitos civis, políticos e sociais. O movimento sindical ganha força e presença no cenário, surgindo algumas leis reguladoras do trabalho, surge também o Tenentismo bem como outros movimentos sociais e/ou políticos. A partir da Revolução de 1930 tem-se retrocesso em direitos civis e políticos, apesar de ser sob essa primeira passagem de Getúlio Vargas pela presidência a conquista do sufrágio feminino, embate de campos políticos dissonantes na Revolução Constitucionalista de 1932 em São Paulo e na Constituinte de 1934 no tocante aos direitos políticos. Crescimento do fazer política não sofre um retrocesso em 1937 com apesar da instauração da Ditadura do Estado Novo. Foi durante o Estado Novo que se forjou o discurso que somente existe democracia num país se houver acesso a direitos sociais (educação, saúde, previdência etc) de qualquer outra forma não adianta ter direitos políticos e civis garantidos. Denotando a saída da

República brasileira do perfil liberal para um perfil autoritário e interventor. Todavia, houve uma opção por criar, ampliar e dar acesso para os trabalhadores de uma série de direitos trabalhistas nunca antes vistos no país. Havendo uma grande modificação na qualidade de vida do trabalhador brasileiro ao mesmo tempo que existia também um grande aparato de controle estatal via Ministério do Trabalho aos sindicatos.

Após a saída de Getúlio Vargas da presidência voltam à tona os direitos políticos e se inaugura um período democrático que perdura até 1964. A ampliação dos direitos sociais é mantida, bem como os demais direitos voltam a ser fortalecidos (apesar da cassação do PCB). Vários novos atores políticos surgem no cenário nacional para se juntarem aos antigos no embate de projetos de nação e de Estado. Têm-se os partidos políticos, os sindicatos e suas centrais, a Igreja Católica, as Ligas Camponesas, as Forças Armadas (oficiais, suboficiais e subalternos). A consolidação dos direitos civil, político e social coloca a sociedade e seus atores civis e militares basicamente como membros de correntes conservadoras ou de correntes progressistas.

A Associação de Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) e seus associados estão no bojo de uma disputa pela definição do sentido do progresso tentando para a nação e para o país. Com vários movimentos reivindicatórios existentes e com o ganho no campo da cidadania alcançado no Brasil ao decorrer do século XX os marinheiros da AMFNB dialogam com tal cenário iniciando a busca por reconhecimento de suas demandas e tomando posições desde a fundação da Associação. Por ela ser definida em seu estatuto como:

“Art. 1º - A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, inspira e fundamentada em princípios democráticos e cristãos, é entidade de representação social de Marinheiros e Fuzileiros Navais e de coordenação social, desportiva e cultural de seus associados.”¹³⁵

Apenas pela sua simples existência a AMFNB significa uma busca não apenas por melhores condições de trabalho e de vida. Seu significado primeiro é de estar contida num ambiente social e político de embate por mais direitos. Mesmo que tais direitos inicialmente

¹³⁵ O estatuto da AMFNB consta de maneira integral no anexo da dissertação.

sejam apenas relacionados à caserna. Pois no intuito de alcançar a satisfação de suas demandas foi iniciado todo um processo de interação com os subalternos das demais Forças Armadas e militares (Polícia e Corpo de Bombeiros) que engendrou o diálogo com setores progressistas da sociedade. Por conseguinte os marinheiros passaram a serem agentes políticos válidos e aliados interessantes para a construção e implementação do projeto de nação e de país intentado pelos setores progressistas da sociedade. Isso ocorre à revelia das crenças e de toda a estrutura hierárquica das Forças Armadas. Os marinheiros da AMFNB expõem toda sua diferença de crenças quando põe em seu estatuto que são uma instituição democrática, subvertendo qualquer lógica de patente militar. Estando em consonância com o cenário social que tem nos mais diversos grupos querendo reformas profundas do país como a UNE, as Ligas Camponesas, os sindicatos entre outros.

A postura da Marinha de Guerra em 1964 para com seus subordinados pode até ter progredido em comparação a 1910, entretanto pouco mudou se for comparada a progressão de direitos ocorrida no período no Brasil. Não havia qualquer preocupação em modificar a estrutura mais do que o considerado estritamente necessário na visão do oficialato. Ocasionalmente pontos de tensão crescentes entre oficiais e marinheiros por não serem satisfeitas demandas simples do cotidiano e não se ampliar os direitos que assistiam aos subalternos. O não reconhecimento de demandas simples, a falta de preocupação em melhorar a estrutura militar, o desestímulo a formação continuada, a complexidade crescente do labor na Marinha de Guerra com o conseqüente aumento de faltas cometidas pelos marinheiros denota o descompasso entre o oficialato e a mudanças ocorridas no país.

A Marinha de Guerra e seu oficialato tinham uma ideário relativo as suas questões internas que não davam vazão a nenhum tipo de melhoria das condições de vida e trabalho dos marinheiros. Isso a Marinha de Guerra mantém nos dois períodos abordados tratando os subalternos quase como meros objetos a serem utilizados para o funcionamento da sua estrutura.

Os marinheiros de 1964 e sua AMFNB por tanto passam a travar no cotidiano uma espécie de batalha pela ampliação de direitos. Direito político como votar e ser votado,

direito social como acabar com qualquer barreira para o matrimônio, direito civil como o de ir e vir sem necessariamente estar trajando a farda. Então a fundação e funcionamento da AMFNB surge como uma via de alcançar uma cidadania que sempre foi negada aos marinheiros e que o Brasil teve dificuldade de enxergar. Tanto que o que pode ser considerado uma busca por direitos, encampando as bandeiras reformistas do governo João Goulart, foi uma resposta a ameaça conservadora sobre os direitos civis, sociais e políticos existentes na época.

Comparando com a Revolta de 1910 também pode ser pensado uma busca por direitos civil e social partindo de um ato político. Por causa das reivindicações de melhorias de soldo, da escala de trabalho, fim dos castigos corporais, maior qualificação dos marinheiros, melhores relações entre oficiais e subalternos. Isso tudo pode ser inscrito como meios para alcançar um maior grau de dignidade e por conseguinte cidadania por parte dos marinheiros. Em 1910 lançou-se bases para melhores condições de trabalho e de vida para os marinheiros apesar da forte repressão sofridas posteriormente por vários antigos revoltosos em especial seus líderes.

Tornando-se exemplo dúbio para os futuros subalternos da Marinha de Guerra, explico a razão disso. Ao mesmo tempo em que a Revolta da Chibata abre um caminho para solucionar futuras demandas ou demandas não atendidas completamente pelo meio de ações práticas. A repressão violenta da Marinha de Guerra aos marinheiros sublevados que resultou na prisão, degredo e morte serviram de aviso para os marinheiros evitassem realizar algo remotamente parecido até a conjuntura dos anos 60. Quando houve condições para a fundação e funcionamento da AMFNB já sob a presidência de João Goulart e todo o seu ideário político.

Os dois movimentos são então embates com a estrutura militar que refletem a sociedade brasileira de ambas as épocas trazendo para dentro do âmbito da Marinha de Guerra parte do todo político existente. Independente do querer do oficialato ou mesmo dos demais setores dominantes. Os marinheiros então fazem parte pulsante dos eventos

relacionados a história contemporânea do país tanto na ótica dos estudos militares tanto sob a ótica dos estudos sobre a cidadania.

Conclusão

A Revolta da Chibata e o movimento da AMFNB foram eventos importantes ocorridos dentro da estrutura da Marinha de Guerra do Brasil no século passado. Refletindo uma imagem da própria sociedade brasileira dentro da estruturação hierárquica militar. Com poucas oportunidades de ascensão social/profissional a maior parte da pirâmide social na visão dos meios dominantes era posta num papel político secundário ou de preferência nulo. Isso também fica claro em relação a questão racial, principalmente em 1910, os marinheiros em sua maioria eram negros ou mestiços enquanto o oficialato era composto por homens brancos de famílias importantes socialmente e politicamente.

O ideário político que abarca a revolta de 1910 e o movimento de 1964 é o que está posto nos meios civis não ficando restrito apenas ao mundo do trabalho. A maneira pela qual os marinheiros e o oficialato agiram e/ou reagiram está inserida na disputa política dos projetos de nação existentes em ambas as épocas. Isso pode ser denotado em 1910 pela já citada utilização do discurso de insatisfação com o tipo de República que foi instaurada no Brasil mesclada ainda com a questão racial. Os marinheiros revoltosos em 1910 se utilizaram do discurso do fim da escravidão para exigir tratamento digno para cidadãos que servem a pátria uma vez que não havia diferenças entre ninguém pela instauração da República e pela Abolição da escravidão no Brasil. A organização da revolta e suas demandas foram de tal ordem que o governo federal e o oficialato da Marinha de Guerra inicialmente pensaram em influência externa aos marinheiros. Fato que denota a incapacidade de perceber os revoltosos como indivíduos ativos no cenário social e político. Fazendo questão de esquecer que tais indivíduos interagiam não apenas com a hierarquia militar, mas também com a sociedade como um todo. Em 1964 a AMFNB e seus associados tinham levantado diversas bandeiras políticas em prol do programa de reformas de base do presidente João Goulart. Participando ainda ativamente de reuniões de sindicatos e partidos políticos além de dialogar com os demais subalternos militares.

Firmou posição política, dissonante do oficialato, em relação aos rumos não apenas do país mas bem como das próprias Forças Armadas.

Apesar dos 54 anos que distanciam a Revolta de 1910 e o movimento da AMFNB fica evidenciado em ambos a falta de disposição da estrutura militar melhorar as condições de vida e trabalho dos marinheiros. Dificultando ao extremo a mobilidade dentro dos quadros hierárquicos da Marinha de Guerra. Permanecendo um aparato punitivo que ao fim mantinha os marinheiros afastados de promoções de patentes e melhoria de suas qualificações. No período pós revolta de 1910 a Marinha de Guerra e seu oficialato fizeram alguns ajustes na estrutura da instituição, entretanto apesar disso a formação dos marinheiros continuou insuficiente e o atendimento de suas demandas suprimido das pautas militares. Em outras palavras, não foram efetivadas modificações na estrutura da Marinha de Guerra de modo a seu perfeito funcionamento fosse alcançado. Renegando o papel político e social dos marinheiros e suas demandas como setores conservadores civis gostariam de fazer com a população de uma maneira geral.

A Marinha de Guerra e seu oficialato em ambas as épocas buscaram reparação para a quebra de hierarquia e para a perturbação da ordem causada pelos marinheiros. Apesar de nos dois eventos os marinheiros tivessem sido anistiados, isso não impediu uma reestruturação dos quadros de subalternos e perseguição e prisão dos principais líderes de 1910 e de 1964. Junta-se a isso pequenos ajustes na estrutura militar no intuito de não haver mais nenhuma revolta ou movimento subalterno de caráter reivindicatório.

Por isso entendo que a Revolta da Chibata e que o movimento da AMFNB podem ser inseridos dentro do processo de conquistas de direitos da sociedade brasileira, os discursos tanto em 1910 como 1964 denotam algo mais. Os marinheiros estão dentro do processo de ampliação da cidadania, mesmo que 1910 não haja demandas fora da esfera militar. Isso fica mais aparente nas demandas do movimento da AMFNB, todavia os marinheiros lutaram por melhorias se fazendo presentes no cenário político de ambas as épocas. Em 1964 a AMFNB tinha maior diálogo com a sociedade civil organizada em entidades políticas, significando uma maior interação com o meio não militar em relação

aos marinheiros de 1910. A consequência disso foi que mesmo antes de o movimento da AMFNB eclodir parte dos associados já participava mais ativamente do embate político pelas Reformas de Base do governo de João Goulart. Na Revolta da Chibata de 1910 os marinheiros utilizaram as críticas existentes ao regime republicano mescladas com o ideário do fim da escravidão.

Analisando tanto a Revolta da Chibata de 1910 quanto o movimento da AMFNB de 1964 se percebe então que eles apesar de inseridos no meio militar travam diálogo com as questões políticas e sociais de ambas as épocas do Brasil republicano. Sendo personagens históricos importantes para uma maior compreensão da história do Brasil republicano bem como das próprias Forças Armadas. Entendo assim que a participação política e social dos marinheiros se insere como peça importante nos cenários de ambas as épocas. Independentemente do desfecho de cada um dos eventos mostrou a força política dos marinheiros. Afetando a vida política nacional em ambos os casos e forçando a reforma da estrutura da Marinha de Guerra. Pondo os revoltosos e os associados como personagens políticos válidos e importantes no cenário político e social brasileiro. Sem contudo, querer dizer que os marinheiros de 1910 e de 1964 tinham a mesma consciência política fica evidente que ambos os grupos a tem. A Revolta de 1910 e o movimento da AMFNB comprovam o processo de crescimento, de aumento da participação das camadas menos favorecidas socialmente nos rumos do país. Em outras palavras os marinheiros estão inseridos na luta pela conquista e ampliação de direitos no país de maneira própria e válida. Independentemente da aceitação ou não das suas reivindicações a Revolta de 1910 e o movimento da AMFNB representaram ganho de consciência política dos marinheiros e de aumento de pontos de tensão política no panorama nacional. Incluindo mais grupos sociais como atores políticos no cenário brasileiro a revelia dos anseios dos segmentos sociais mais conservadores.

BIBLIOGRAFIA

- ABREU, Alzira A. *A participação da imprensa na queda do Governo Goulart*. IN: FICO, Carlos; CASTRO, Celso; MARTINS, Ismênia de L; SOUSA, Jessie Jane V.; ARAUJO, Maria Paula e QUADRAT, Samantha V. (comitê organizador). Seminário 40 anos do Golpe de 1964 (2004: Niterói e Rio de Janeiro) / 1964-2004: 40 anos do golpe: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro: 7 Letras, 2004, p. 15-25.
- BANDEIRA, Moniz. O Governo João Goulart: As lutas sociais no Brasil: 1961-1964. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1983.
- BARATA, Antão A. *Revolta dos marinheiros de 1910*. In: Revista Marítima Brasileira. Rio de Janeiro: abr./mai./jun. 1962.
- BASBAUM, Leôncio. História Sincera da República – de 1961 a 1967. São Paulo: Alfa - Omega, 1977.
- BETHEL, Leslie. Historia de América Latina: 15. El Cono Sur desde 1930; Barcelona – ESP: Critica, 2002.
- BLOCH, Marc. Introdução à história. Portugal: Publicações Europa-América, 6ª edição, Coleção Saber.
- BURKE, Peter (org). A escrita da História: novas perspectivas - São Paulo: UNESP, 1992.
- _____. História e teoria social - São Paulo: Unesp, 2002.
- CAPITANI, Avelino Biden. A Rebelião dos Marinheiros. Porto Alegre – RS: Artes e Ofícios, 1997.
- CARDOSO, Ciro F. & VAINFAS, Ronaldo (org.) Domínios da História - ensaios de teoria e metodologia. 1ª reimpressão - Rio de Janeiro: Campus, 1997.
- CARVALHO, José Murilo de. *As Forças Armadas na Primeira República: o Poder Desestabilizador*. In: FAUSTO, Boris (org.) - História Geral da Civilização Brasileira -

- tomo III: O Brasil Republicano - 2º vol.: Sociedade e Instituições (1889 - 1930), 2ª edição - Rio de Janeiro: Difel, 1978, p.181-234.
- _____. Os Bestializados: o Rio de Janeiro e a República que não foi; 3ª edição - São Paulo: Companhia das Letras, 1989.
 - _____. A Formação das Almas: o imaginário da República no Brasil; 1ª edição - São Paulo: Companhia das Letras, 1990.
 - _____. *O marinheiro bordador* IN: Revista de História da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, nº 9, abril de 2006, p.26-29.
 - _____. Cidadania no Brasil: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2004.
 - CORBISIER, Roland *Lógica e cronologia das reformas* IN: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de (orgs.) O Brasil de João Goulart: um projeto de nação Rio de Janeiro: PUC - Rio: Contraponto, 2006, p. 147-176.
 - FAUSTO, Boris & DEVOTO, Fernando. Brasil e Argentina um ensaio de história comparada (1850-2002). São Paulo: editora 34, 2000.
 - FAUSTO, Boris. *A Primeira República: 1889-1930*, IN: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 243-328.
 - _____. *O período democrático: 1945-1964*. IN: FAUSTO, Boris. História do Brasil. 2ª edição. São Paulo: EDUSP, 1995. p. 395-462.
 - FONTANA, Josep. A História dos Homens - Bauru –SP: EDUSC, 2004.
 - FERREIRA, Marieta de Moraes & AMADO, Janaína (orgs.). Usos e Abusos da História Oral - 2ª edição - Rio de Janeiro: FGV, 1998.
 - FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003.
 - FERREIRA, Jorge *Crises da República: 1954, 1955 e 1961* IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 301-342.
 - _____. *O governo João Goulart e o golpe civil-militar de 1964* IN: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.). O Brasil

Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2003, p. 343-404.

- _____ O nome e a coisa: o populismo na política brasileira. In: *O populismo e sua história*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.
- GONÇALVES, João Felipe Rui Barbosa: pondo as idéias no lugar; col. Os que fazem História, 1ª edição - Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- GOULART, João *Discurso de 13 de Março* IN: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de (orgs.) O Brasil de João Goulart: um projeto de nação Rio de Janeiro: PUC - Rio: Contraponto, 2006, p.39-46.
- GRAMSCI, Antonio *Caderno 12 (1932): Apontamentos e notas dispersas para um grupo de ensaio sobre a história dos intelectuais* IN: _____ Cadernos do Cárcere. Volume 2: os intelectuais, o princípio educativo, jornalismo Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2000, p.13-54.
- GRANATO, Fernando. O Negro da Chibata: o marinheiro que colocou a República na mira dos canhões, Rio de Janeiro: Objetiva, 2000,
- HALBWACH, Maurice. A memória coletiva - São Paulo: Centauro, 2004.
- HOBSBAWM, E. J. Rebeldes Primitivos - estudos de formas arcaicas de movimentos sociais nos séculos XIX e XX. 2ª edição - Rio de Janeiro: Zahar, 1978.
- _____ “Notas sobre consciência de classe”. In: _____ - Mundos do Trabalho, 3ª edição revista - Rio de Janeiro: Paz e Terra, 2000, p.33-54.
- LEVI, Giovanni *Sobre a micro-história*. In: BURKE, Peter - A Escrita da História - Novas Perspectivas, 2ª reimpressão - São Paulo: UNESP, 1992, p.133-161.
- LOVE, Joseph *Marinheiros negros em águas internacionais* IN: Revista de História da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, nº 9, abril de 2006, p.30-32.
- MAESTRI, Mário. Cisnes Negros: uma história da revolta da Chibata, 1ª edição, coleção polêmica, São Paulo: Moderna, 2000.
- MARIANI, Bethânia. O PCB e a Imprensa: os comunistas no imaginário dos jornais 1922-1989 - Rio de Janeiro: Revan; Campinas-SP: UNICAMP, 1998.
- MARTINS, Hélio Leôncio *Águas revoltas* IN: Revista de História da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, nº 9, abril de 2006, p.22-25.

- MARTINS FILHO, João Roberto. “Forças Armadas e a política, 1945-1964: a ante-sala do golpe”. In: FERREIRA, Jorge & DELGADO, Lucilia de Almeida Neves (orgs.) – O Brasil Republicano: O tempo da experiência democrática – da democratização de 1945 ao golpe civil-militar de 1964; livro 3 - Rio de Janeiro: Civilização Brasileira; 2003, p. 97-126.
- MELLO, João M.C. de & MORAIS, Fernando A. *Capitalismo tardio e sociabilidade moderna*. In: SCHWARCZ, Lilia M. (org. do vol.) História da Vida Privada no Brasil - tomo 4: Contrastes da intimidade contemporânea; 1ª reimpressão, São Paulo: Companhia das Letras, 1998, p.559-658.
- MENDES, Fábio Faria. “A ‘Lei da Cumbuca’: a revolta do sorteio militar”. IN: Estudos Históricos, Rio de Janeiro, vol. 13, n. 24, 1999, p.267-293.
- MOTA, M^a. Aparecida R. Sílvia Romero: dilemas e combates no Brasil da virada do século XX, col. Os que fazem História, 1ª edição - Rio de Janeiro: FGV, 2000.
- MORAES, Dênis. *Na boca do fuzil*. IN: _____. A Esquerda e o Golpe de 64: vinte e cinco anos depois, as forças populares repensam seus mitos, sonhos e ilusões. Rio de Janeiro: Espaço e Tempo, 1989, p.94-186.
- MOREL, Edmar A Revolta da Chibata, 4ª edição - Rio de Janeiro: Graal, 1986.
- MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de *João Goulart: um Brasil a ser construído* IN: MUNTEAL, Oswaldo; VENTAPANE, Jacqueline e FREIXO, Adriano de (orgs.) O Brasil de João Goulart: um projeto de nação Rio de Janeiro: PUC - Rio: Contraponto, 2006, p.7-36.
- NASCIMENTO, Álvaro Pereira do. A ressaca da marujada: recrutamento e disciplina na Armada Imperial, Rio de Janeiro, Arquivo Nacional, 2001.
- _____. Do convés ao porto: A experiência dos marinheiros e a revolta de 1910, Tese de doutorado em História, Campinas-SP: Unicamp, 2002.
- _____. *Contra a chibata, canhões* IN: Revista de História da Biblioteca Nacional Rio de Janeiro: Biblioteca Nacional, nº 9, abril de 2006, p. 18-21.
- _____. *Qual a condição social dos negros no Brasil depois do fim da escravidão? – O pós-abolição no ensino de História*. IN:

- SALGUEIRO, Maria A. Andrade (org.). A República e a Questão do Negro no Brasil. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 11-26.
- NABUCO, Joaquim O Abolicionismo, Brasília: UNB, 2003.
 - PAMPLONA, Marcos A. Vilela. Revoltas, repúblicas e cidadania: Nova York e Rio de Janeiro na consolidação da ordem republicana Rio de Janeiro: Record, 2003.
 - PRESTES, Anita L. – Os militares e a reação republicana: as origens do Tenentismo, Petrópolis-RJ, ed. Vozes, 1994.
 - RÉMOND, René (org). Por uma história política, 2ª edição - Rio de Janeiro: FGV, 2003.
 - REVEL, Jacques (org.). Jogos de Escalas: a experiência da microanálise - Rio de Janeiro: FGV, 1998.
 - RIDENTI, Marcelo. O Fantasma da Revolução Brasileira - São Paulo: Universidade Estadual Paulista, 1993.
 - _____. Em Busca do povo brasileiro: artistas da revolução, do CPC à era da tv Rio de Janeiro: Record, 2000.
 - RODRIGUES, Antonio Edmilson M. João do Rio: a Cidade e o Poeta – o olhar de flâneur na Belle Époque tropical, col. Os que fazem História, 1ª edição - Rio de Janeiro: FGV, 2000.
 - RODRIGUES, Flávio L. Vozes do Mar: o movimento dos marinheiros e o golpe de 64. – São Paulo: Cortez, 2004.
 - SEYFERTH, Giralda. *A Colonização e a questão racial nos primórdios da República*. IN: SALGUEIRO, Maria A. Andrade (org.). A República e a Questão do Negro no Brasil. Rio de Janeiro: Museu da República, 2005, p. 27-46.
 - SKIDMORE, Thomas. Brasil: de Getúlio Vargas a Castelo Branco (1930-1964). Rio de Janeiro, Paz e Terra, 1982.
 - SILVA, Marcos A. A Revolta da Chibata: marinheiros brasileiros em 1910, São Paulo, Brasiliense, 2002.
 - SODRÉ, Nelson W. História da Imprensa no Brasil, 4ª edição - Rio de Janeiro: Mauad, 1999.
 - THOMPSON, E.P. Costumes em comum: estudos sobre a cultura popular tradicional. 1ª reimpressão - São Paulo: Companhia das Letras, 2002.

- THEML, Neyde & BUSTAMANTE, Regina M. da Cunha. “História Comparada: Olhares Plurais”. In: Revista Phonêx - Rio de Janeiro, n. 10, 2004, p. 9-30.
- VIEGAS, Pedro. Trajetória Rebelde - São Paulo: Cortez, 2004.

Periódicos consultados armazenados na Biblioteca Nacional foram: o Correio da Manhã e o Jornal do Comércio de novembro e dezembro de 1910 e o Jornal do Brasil e o Correio da Manhã de março e abril de 1964.

Anexo

O estatuto da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil (AMFNB) publicado também em anexo em sua forma integral no livro *Vozes do Mar: o movimento soa marinheiros e o golpe de 64* de Flávio Rodrigues:

Estatuto da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil - A.M.F.N.B.

(1º de abril de 1962)

Fonte: Acervo pessoal de Raimundo Porfírio Costa

(Redigido conforme o original)

ASSOCIAÇÃO DOS MARINHEIROS E FUZILEIROS NAVAIS DO BRASIL (A.M.F.N.B.)

Órgão de representação social das classes, fundada em 25 de março de 1962, nesta cidade de São Sebastião do Rio de Janeiro, no Estado da Guanabara.

E S T A T U T O

Art. 1º - A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, inspira e fundamentada em princípios democráticos e cristãos, é entidade de representação social de Marinheiros e Fuzileiros Navais e de coordenação social, desportiva e cultural de seus associados.

Art. 2º - Terá sua sede no Estado da Guanabara, com representações nos demais Estados do Brasil.

SEÇÃO - I DAS FINALIDADES

- Art. 3º - a) - Manter seus associados, unidos em torno dos seus problemas, prestando as assistências: social, cultural, desportiva, educacional a Marinheiros e Fuzileiros Navais, associados, e, assistência geral a seus familiares;
- b) - Zelar pela elevação do nível social dos Marinheiros e Fuzileiros Navais;
- c) - Orientar, prestando assistência social, ao grumete e Fuzileiros Naval recém incorporados;
- d) - Pugnar pela democracia e liberdade fundamentais dentro da A.M.F.N.B., sem distinção de graduação, raça e nível cultural;
- e) - Prestar assistência social ao Marinheiros e Fuzileiro que estejam estudando e proporcionar meios para os que não estejam o fazerem;
- f) - Promover relações amistosas entre Marinheiros e Fuzileiros, associados;
- g) - Proporcionar aos Marinheiros e Fuzileiros, ambiente social digno deles.

SEÇÃO - II DOS PRINCÍPIOS

- Art. 4º - A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, atuará de acôrdo com os seguintes princípios:
- a) Elevação do nível cultural, e elaboração de campanhas diversas com finalidades sociais, entre seus associados;
- b) Fatos [?], para assegurarem sua entidade, a A.M.F.N.B., cumprirão fielmente os preceitos do presente estatuto.

SEÇÃO III DISPOSIÇÕES GERAIS

- Art. 5º - A Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, será composta pelos seguintes órgãos:
- a- Presidência;
- b- Conselho Deliberativo;
- c- Órgãos subsidiários;
- d- Comissões diversas.
- Art. 6º - A vigência para a primeira diretoria, estabeleceu-se por aprovação em assembléia-geral, ser por um periodo de dois anos, a partir da data da posse, quando será eleita e nomeada sua sucessora.
- a- As demais diretorias, exercerão seus mandatos por dois anos;
- b- A diretoria, reunir-se-á mensalmente às primeiras quintas-feiras de cada mês.
- c- Trimestralmente, a diretoria prestará contas de sua gestão aos associados.
- Art. 7º - Não haverá restrições aos cargos da A.M.F.N.B., desde que os membros sejam marinheiros ou fuzileiros navais de graduação até cabo inclusive, e que estejam em condições legais com a Associação.
- Art. 8º - O membro da diretoria que fôr promovido à graduação de 3º sargento, perderá automaticamente os direitos funcionais, permanecendo no quadro social, na qualidade de honorário, que lhe será outorgado pelo Conselho Deliberativo, sancionado pelo presidente, cabendo a este, neste caso, o direito de veto.

- Art. 9º - A diretoria tem autêntica autoridade para admitir novos sócios, desde que estes sejam marinheiros ou fuzileiros navais, na graduação máxima de cabo.
- # Único- Com igual autoridade, a diretoria poderá readmitir um sócio desligado, até mesmo por falta de pagamentos, desde que este apresente razões aceitáveis que possam justifica-lo.
- Art. 10º - Todo sócio que deixar de contribuir por 3 meses, com as cotas de filiação da Associação, será eliminado da mesma, podendo assim, além de perder todo pecúlio dado, poder-lhe-a ser imposta pena de 6 meses a 2 anos de afastamento, sendo que a pena máxima de 2 anos, só será imposta ao sócio que transgridir normas estatutais não previstas no art. 12 deste estatuto.
- Art. 11º - Os sócios punidos com pena máxima de 2 anos, assim como os punidos pelo art. 12º, não mais poderão reverter ao quadro social.
- Art. 12º - É vetado aos associados, qualquer atividade partidária na política interna do Estado, bem como na interna e externa do país, dentro da associação, cabendo à diretoria excluir imediatamente do quadro social o sócio que contrariar os preceitos do presente artigo.
- Art. 13º - Os sócios que galgarem a raduação de 3º sargento, permanecerão no quadro social, na condição de contribuinte, não podendo no entanto fazer parte da diretoria.
- Art. 14º - Aos sócios fundadores, serão conferidos títulos honorários, assim como a quem a diretoria julgar conveniente..
- Art. 15º - O sócio recém admitido, apenas gozará da totalidade dos direitos descritos nos estatutos, decorridos 3 meses, a partir do ato de sua filiação à Associação.
- Art. 16º - Quaisquer atitudes do presidente em exercício, julgada arbitrária pelo Conselho Fiscal, compete ao mesmo ressaltar ponderações, dentro das normas estatutárias, assim como qualquer membro do corpo diretório.
- Art. 17º - Todo sócio que realizar ponderações a qualquer ato do presidente, esta deverá ser justa e através do Conselho Fiscal que a apreciará, não fugindo as determinações estatutais..
- Art. 18º - A Associação disporá de assistência jurídica, que prestará a seus associados, quando dela necessitarem.
- Art. 19º - A diretoria, órgão executivo e coordenador das atividades da A.M.F.N.B., será composta de:
- a) Presidente;
 - b) Vice-Presidente;
 - c) Primeiro e Segundo Vices-Presidentes;
 - d) Tesoureiro-Geral;
 - e) Primeiro e Segundo Tesoueiros;
 - f) Diretor-Social;
 - g) Secretário-Geral;
 - h) Primeiro e Segundo Secretários;
 - i) Conselho Deliberativo.

SEÇÃO IV
DA COMPETÊNCIA, EXECUÇÃO E COORDENAÇÃO
DA PRESIDÊNCIA:

Art. 20º - Ao presidente, compete:

- a) -presidir as seções da diretoria;
- b) -Assinar a correspondência e tudo que julgar de sua competência;
- c) -Apresentar às autoridades Navais o estatuto aprovado em reunião, esclarecendo a estas, o objetivo da Associação;
- d) -Apresentar trimestralmente à diretoria, relatório de suas atividades, quando isto não poder ser feito ao quadro social;
- e) -Convocar reuniões da diretoria sempre que se fizer necessário, sendo as deliberações tomadas mediante a presença de no mínimo dois terços de seus membros;
- f) -Convocar reuniões da diretoria, sempre que se fizer necessário;
- g) -Responder pela Associação junto às autoridades Navais ou outras autoridades;
- h) -Zelar pelo fiel cumprimento do presente estatuto;
- i) -Presidir eleições na diretoria, só votando em caso de empate;
- j) -Assinar, com o Secretário-Geral, as atas das sessões e cartões de identidade;
- k) -Assinar, com Tesoureiro-Geral, todos os vales correspondentes a gastos da Associação, observando sempre a ordem do seu emprego;
- l) -Interessar-se inteligentemente, zelando pelo seu cargo e engrandecimento da Associação;
- m) -Providenciar, quaisquer medidas nos casos imprevistos e urgentes, levando suas decisões ao conhecimento da diretoria, em sua primeira reunião.

DAS VICES-PRESIDÊNCIAS

Art. 21º - Ao Vice-presidente Compete:

- a- Tomar parte nas reuniões, discutindo, propondo e votando qualquer medida.
- b- Tomar parte em todas as sessões juntamente com o presidente;
- c- Antecipar-se, tomando conhecimento do andamento dos serviços dos demais membros da diretoria, levando ao conhecimento do presidente;
- d- O Vice-presidente, tem autonomia para assinar qualquer documento, tomando assim, iniciativas próprias, sem com isso, transgridir normas estatutárias.

Art. 22º - Substituir o Presidente, em casos ausências ou faltas, com as mesmas atribuições.

Único -Auxiliar o Presidente em todos os seus trabalhos.

Art. 23º - Aos Primeiro e Segundo Vices-Presidentes compete:

- a-Substituir, com as mesmas atribuições, o Vice-Presidente em casos de ausência, falta ou impedimento;
- b-Auxiliar o Presidente em todos os seus trabalhos.

DO SECRETARIADO

Art. 24º - Ao Secretário-Geral compete:

- a-Redigir e assinar com o Presidente, documentos expedidos em nome da diretoria, fazer comunicação dos sócios que forem admitidos, suspensos ou eliminados;
- b-Manter sob sua responsabilidade, em completa ordem, o arquivo, de modo que se tornem fáceis as informações;

- c-Proceder a leitura das atas e expedientes em todas as sessões;
- d-Arquivar todo o material necessário à secretária, legalmente autorizado;
- e-Responder pelo expediente da Associação.

Art. 25º - Ao Secretário de educação (1º secretário) compete:

- a-Zelar pelo bom andamento dos cursos, proporcionando boas condições de funcionamento;
- b-Elaborar currículos dos diversos cursos como: preparatórios aos exames de seleção, habilitação, ginásial, cursos rápidos de relações humanas, técnica de chefia, liderança e etc.
- c-Distribuir, convenientemente, os cursos dentro dos horários e os alunos nos diversos cursos;
- d-Efetuar matrículas dos sócios nos cursos que estiverem funcionando;
- e-Informar ao Presidente, o número de alunos matriculados nos cursos, bem como o desenvolvimento dos mesmos;
- f-Providenciar junto ao Presidente, para que os alunos exedentes sejam matriculados em cursos particulares correspondentes, sempre que haja maios para tal.

DA TESOURARIA

Art. 25º - Ao tesoureiro-Geral compete:

- a-Manter sob seu controle a guarda, os bens materiais da Associação;
- b-Depositar em estabelecimento bancário da União ou do Estado, fundos de numerário, que só serão retirados, porém nunca totalmente, com autorização do presidente ou seu substituto legal previsto pelo art. 22º do presente estatuto;
- c-Manter sob sua responsabilidade direta junto a presidencia, escrituração de todo movimento de numerário;
- d-Apresentar, em reuniões da diretoria, os balancetes mensais da tesouraria, prestando contas dos saldos existentes e a arrecadar;
- e-Fornecer ao Secretário-Geral, relação dos sócios que tenham completado três meses de atraso em suas contribuições mensais, para aplicação de sanções previstas no art. 10º dêste estatuto;
- f-Pagar as contas autorizadas pela diretoria e apresentar os recibos, que deverão documentar as despesas importadas, nome do credor e natureza do crédito;
- g-Prestar informações atinentes a tesouraria, sempre que lhe fôr solicitado pela diretoria;
- h-Exercer funções julgadas de sua competência dentro da diretoria.

Art. 26º - Aos primeiros e Segundo Tesoureiro compete:

- a-Substituir o tesoureiro-Geral em caso de impedimento, ausencia ou falta, por ordem sucessiva de cargo e com as mesmas atribuições;
- b-Auxiliar o Tesoureiro-Geral em todos os seus trabalhos.

Art. 27º - Ao Diretor-Social compete:

- a) Promover relações amistosas entre a Associação e entidades congêneres;
- b) Estudar junto aos demais poderes, digo, demais membros da Diretoria, tão logo a tesouraria disponha de capital suficiente para tal, (sem com isso, exceder de doze meses a data da Fundação e Recebimento de Mensalidades), possibilidades de instalação de um dormitório, com mínimo 50 leitos, que

serão mantidos limpos e arrumados para acolher Marinheiros e Fuzileiros Navais Sócios, que por servirem em ilhas, navios fundeados ou em bóias tenham que pernoitar na cidade por falta de condução; Pagando quantia apenas suficiente para lavagem de roupa de cama e despesa de guardião.

Art. 28º - Quando as condições do item “b” do art. anterior, referentes à tesouraria, satisfizerem as exigências de possibilidades, estudar igualmente, meios de instalação de uma Lanchonete, para atender Marinheiros e Fuzileiros Navais, que por motivos de aulas, deixarem de jantar a bordo; Sendo êste lanche, de primeira qualidadee pelo mais baixo preço, sendo estas exigências, fiscalizadas pelos proprios associados, havendo para tal, dentro do lanchonete, uma urna que colherá criticas e sugestões atinentes a essas exigências, que serão levadas diariamente a diretoria para conhecimento e providências.

Art. 29º - Os membros não respondem pelas obrigações sociais.

Art. 30º - Compete ao Presidente representar a Associação em juízo ou fora dêle.

Art. 31º - O Presente estatuto só poderá ser reformado em Assembléia Geral Extraordinária, convocada especialmente para êsse fim.

Art. 32º - A Associação só poderá ser dissolvida em Assembléia Geral Extraordinária, cabendo a mesma Assembléia que a dissolver dar destino ao patrimônio acaso existente.

Art. 33º - O presente estatuto, regerá os destinos da Associação dos Marinheiros e Fuzileiros Navais do Brasil, a partir da presente data.

Rio de Janeiro, Guanabara, em 1º de abril de 1962.